

AA
25
referencial



► Assembleia Geral
Relatório anual da Direcção (2006)

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ N.º 86 ■ Janeiro - Junho 2007

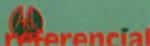
Liberdade

1974 - 2007

25 Abril



www.25abril.org



Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração nº 1042/93)
100-25 de Abril, nº 176, de 25 de Abril

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pizarar Correia

Editor:
José António Santos

Fotografia:
Fernando Farinha (editor)
Agência Lusa

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva,
David Martelo, Fernando da Vaza
Pinheiro, João Magalhães,
José Barbosa Pereira, José Fontão,
Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Mamed Loff, Maria Mamed
Cruzeteiro, Nuno Fisher Lopes Pires,
Nuno Santa Clara Gomes

**Sede nacional, Administração
e Redacção**
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E-mail: a25a.sec@25abril.org
www.25abril.org
www.avenidadaliberdade.org

Delegação Norte
Escaladas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Telf./Fax: 22 203 11 97
E-mail: a25a.del-norte@25abril.org

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra
E-mail: a25a.del-centro@25abril.org

Delegação do Alentejo
Bairro da Esperança, Edifício 2,
Bloco 2 - 1.ºj, 016
7560-145 Grândola
E-mail: a25a.del-alentejo@25abril.org

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontario M4M 2C9

Execução Gráfica
MTM – Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2-A
1070-127 Lisboa
Telf: 21 388 26 29
Fax: 21 383 26 78

Tiragem: 4000 Exemplares

Distribuição gratuita

Depósito legal n.º 32 998/89

Capa: Cartaz comemorativo
dos 33 anos do 25 de Abril,
da autoria de Luís da Mata Almeida

Espíritos lúcidos

Concluiu-se a Acção de Formação n.º 1/2007 que a A25A, em parceria com a Associação dos Professores de História, programou e *O Referencial* vem divulgando. O projecto, que se previa auspicioso, parece estar a exceder as ambições mais optimistas. Não havendo ainda um *feedback* definitivo – outros mais qualificados o avaliarão – posso, pela parte que me coube com Vítor Crespo no Módulo Descolonização, expressar uma sensação confortável. Bom acolhimento, boa participação, objectivos atingidos. E as notícias que chegam da forma como terão decorrido os restantes Módulos Formadores justificam que generalize o meu registo pessoal.

Matéria que sempre surge, às vezes de forma controversa, no debate da descolonização e/ou da guerra colonial, é a forma como na sociedade portuguesa se posicionaram intelectuais e políticos da chamada oposição republicana liberal face à questão colonial, à autodeterminação e independência das colónias e às origens da guerra. Salazar aproveitou essa ambiguidade para reclamar um pretenso apoio e unanimismo para a sua política.

O livre debate depois do 25 de Abril demonstrou como este equívoco se devia ao obscurantismo, fruto da censura e dos condicionamentos à informação e ao debate político, impeditivos do contacto com o mundo emergente da II Guerra Mundial, no qual o fim da era colonial era uma exigência. Como derivava dos laços históricos do republicanismo português com o projecto imperial, com a mobilização contra o ultraje do ultimato inglês e pela participação na I Guerra Mundial, incapaz de distinguir que então se tratava da defesa de interesses portugueses contra ambições de outras potências coloniais, ao passo que na década de 60 chegara a hora da libertação dos povos colonizados. E para o qual também contribuiu a forma brutal como a UPA abriu a frente de guerra no norte de Angola favorecendo o aproveitamento emocional de apoio a uma rápida reacção para conter essa vaga de terrorismo sistemático.

De facto, com excepção de restritos núcleos militares que se pronunciavam nas folhas clandestinas da Tribuna Militar e das posições que o PCP tinha aprovado no V Congresso de 1957, foi só com o início da guerra colonial em 1961 e com o seu alastramento e agravamento que a tomada de consciência sobre a injustiça colonial, o legítimo direito à independência e a crua realidade da guerra foi atingindo as várias camadas da sociedade, juventude e estudantes, sindicalistas, intelectuais, políticos oposicionistas, igreja, militares. Ironia das ironias: a guerra, bandeira do regime, despertando as consciências virou-se contra o próprio regime.

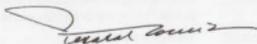
Mas houve outras excepções e espíritos lúcidos que se anteciparam.

No corrente mês de Junho a Sociedade Portuguesa de Matemática evocou num Colóquio, em Lisboa, o centenário do nascimento do eminente matemático António Aniceto Monteiro que, depois de brilhante doutoramento em França a vaga repressiva de Salazar no pós-II GM impediu de trabalhar em Portugal, se viu obrigado a emigrar para o Brasil vindo depois a fixar-se em Bahía Blanca, Argentina, onde pôde então exercer o seu magistério universitário. Com o 25 de Abril teve finalmente oportunidade de vir a Portugal e eu tive o privilégio de o conhecer, porque frequentou uma tertúlia de amigos, que ultrapassou largamente a centena e se reclamavam de uma dupla cumulicidade: o culto e a entrega aos valo-

res democráticos do 25 de Abril e a condição de ex-alunos do Colégio Militar, que Aniceto Monteiro frequentara entre 1917 e 1925 e ao qual, apesar das longas ausências, sempre se sentiu muito ligado.

Neste Colóquio uma comunicação do Dr. Jorge Rezende com o título "Angola e António Aniceto Monteiro", revela como o homenageado, tendo nascido em Angola, Moçâmedes, onde seu pai, militar, viria a falecer em plena época das campanhas do sul de Angola, se mostrou solidário com os angolanos quando estes se lançaram na luta pela independência. Em Abril de 1961, na Bahía Blanca, manteve correspondência com o núcleo oposicionista do Brasil que, através de Manuel Sertório, o convidava a subscrever uma tomada de posição sobre o início da guerra, que Aniceto Monteiro inicialmente contestou por considerar os seus termos demasiado ambíguos. Só viria a assiná-la quando viu satisfeitas as suas exigências de clarificação. Em causa estava a questão, que atrás referi, de o grupo do Brasil ser liderado por Henrique Galvão, ligado à oposição republicana e condicionado pela sua experiência colonial. Exigia Aniceto Monteiro, em carta de 24 de Abril de 1961, que Rezende transcreve e aqui reproduzo: «(...) sobre o problema da autodeterminação dos povos coloniais não pode haver nenhuma espécie de reticências. Depois de uma política de opressão, escravidão e extermínio que durou séculos o governo iniciou actualmente uma guerra de extermínio em Angola e outras colónias que é necessário condenar nos termos mais enérgicos apoiando os povos coloniais na sua luta pela independência nacional». Notável é a frase da carta de 29 de Maio pela qual, vendo introduzidas as correcções que propôs, dava o seu acordo: «Estamos frente a uma guerra colonial que só terminará com a derrocada do fascismo e a instauração dum governo provisório revolucionário (...)»

Aniceto Monteiro era um espírito superior. Não só previu os factos como, com 13 anos de antecedência, foi rigoroso na antecipação terminológica: um governo provisório revolucionário!... De facto, foi com os Governos Provisórios do Período Revolucionário que a guerra colonial terminou. Aniceto Monteiro constatou-o, mas nunca se pôs em bicos de pés a invocar a sua lucidez premonitória. ■





www.avenidadaliberdade.org

O blog da A25A

PEDRO LAURET

A COMUNICAÇÃO SOCIAL encontra-se em processo de profundas transformações.

A propriedade dos órgãos de comunicação social de massas depende cada vez mais de grandes grupos empresariais privados, num processo de grande concentração que nos permite colocar a questão da independência, isenção e objectividade da informação.

Por outro lado, o avanço científico e tecnológico permitiu o desenvolvimento de uma rede mundial de comunicação, a Internet, onde circulam dados voz e imagem a velocidades tais que, para utilização comum, poderemos considerar a transmissão de dados imediata.

Mas não é só. Foram desenvolvidos equipamentos de acesso a preço de electrodomésticos e são fornecidos serviços capazes de permitir, de forma cada vez mais generalizada, a entrada na rede.

O telemóvel é hoje também uma plataforma com capacidade de acesso, permitindo, por exemplo, que em "tempo real" se recolham som e imagens e de imediato se disponibilizem a toda a rede.

Entidades públicas, empresas, escolas, órgãos de comunicação social, associações, e todos que se relacionam de alguma forma com a sociedade não podem ignorar esta rede global de comunicação, e passam a utilizá-la para comunicar as suas competências, as suas mensagens, os seus serviços.

Também os cidadãos a utilizam entre si, quer através do sistema de correio electrónico, quer através de outros sistemas de comunicação

a que podem associar voz e imagens, sem custos e cobertura planetária.

Não é hoje possível prever a dimensão as consequências e o alcance que este fenómeno potencia.

A comunicação social passou a contar com um novo meio concorrente e complementar. A imprensa escrita passou de imediato a ter as chamadas edições on-line, alguns jornais e revistas extinguíram as suas edições em papel mantendo edições electrónicas. A televisão e a rádio colocaram programas transmitidos nas suas páginas para acesso público.

O aumento constante da largura de banda, com a possibilidade de circulação irrestrita de imagem permite a pergunta: o que será a televisão no futuro?

Um outro fenómeno associado surge, o blog: os cidadãos passaram a desenvolver pequenas plataformas de comunicação, exprimindo as suas opiniões, disponibilizando imagens e experiências e em alguns casos permitindo o diálogo e a crítica.

Os blogs constituem uma nova forma de comunicar. Com muito poucas regras, vivendo num ambiente de enorme liberdade, abrem caminho a uma nova forma de comunicação social. Sublinho a enorme liberdade, a ausência de regras e de controlos. A velocidade de comunicação e penetração constituem a sua maior potencialidade. Não queremos deixar de sublinhar que este espaço também comporta riscos e como em todo o espaço de liberdade há sempre quem dela abuse.

A Associação 25 de Abril pretende com "Avenida da Liberdade" contribuir para a criação de um espaço aberto, de partilha de opinião, de

crítica e debate, aumentando os níveis de participação e de exercício de cidadania.

Este blog não é um fim em si mesmo. Pretendem-se lançar outras iniciativas, podendo o blog funcionar como meio complementar de comunicação, divulgação e arquivo de conteúdos.

O próprio *O Referencial* poderá vir a ter uma edição on-line, e embora o seu cariz seja essencialmente diferente do blog, poderá haver complementaridade de conteúdos, num processo a estudar.

Quer assim a A25A criar mecanismos de alargamento do debate e participação que amplamente já mostrou ter capacidade de dinamizar, mas que muitas vezes, por falta de mecanismo de comunicação ficam restritos aos participantes físicos das iniciativas.

O blog Avenida da Liberdade está no ar há cerca de dois meses. O seu Corpo Redactorial altamente qualificado e plural, não colaborou, até agora, massivamente. Apenas cerca de um terço dos seus elementos o fez. O resultado dessa colaboração foram cerca de 130 textos em que a qualidade e diversidade de temas são uma constante. Também o Espaço Público, aberto a todos, conta com vinte colaboradores e quarenta e cinco textos, também estes de grande qualidade.

Temos a convicção que o caminho agora encetado é o certo, pelo que o futuro, com trabalho e persistência irá permitir que a A25A continue a cumprir a sua missão de forma mais efectiva e alargada.

Apelamos a todos os associados que consultem diariamente www.avenidadaliberdade.org, que participem, que nos enviem as vossas opiniões e críticas.

Vale a pena! ■

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL

Uma memória por construir

PEDRO LAURET

A SEGUNDA METADE do século XX, constitui um período histórico da maior importância para Portugal e para o mundo.

Terminada a II Guerra Mundial, profundas alterações se verificaram: novos conceitos de relacionamento entre os povos; reconhecimento dos direitos do homem e da sua dignidade; libertação da mulher; independência das colónias; novas realidades geoestratégicas; novos hábitos e novos comportamentos; revolução científica e tecnológica; globalização...

Portugal, inserido no espaço geográfico onde se processavam tão profundas mudanças vai, através de um processo repressivo, evitar o "contágio" das novas ideias de Liberdade, Democracia, Autodeterminação e Independência dos Povos

Esta política repressiva conduz o movimento oposicionista a momentos de extrema dificuldade e ao levantamento dos povos das Colónias, iniciando-se uma guerra de 13 anos em teatros de operações a milhares de quilómetros, que mobilizará centenas de milhares de jovens, que fará milhares de vítimas, que impedirá o desenvolvimento e bem-estar do País e fomentará uma emigração em larga escala.

Esta lógica só será interrompida em 25 de Abril de 1974, por um grupo de jovens militares que, assumindo a responsabilidade do derrube da ditadura, dará origem a um vasto conjunto de profundos processos de mudança que conduzirá à legitimação do poder e abrirá portas à Democracia à Descolonização ao Desenvolvimento.

Muitos dos protagonistas destes acontecimentos estão ainda hoje vivos e, por estranho

que pareça, a sua experiência não passou de geração em geração.

Podemos dizer com grande probabilidade de acerto, que as gerações dos que hoje contam 40 anos de idade e menos, têm, de um modo geral, um conhecimento muito vago de tão importantes factos da nossa História.

Devemos colectivamente partilhar responsabilidade por não termos conseguido comunicar e motivar os mais jovens para a História recente do nosso País. Não estão isentos de culpa, em primeiro lugar, o nosso sistema de ensino; os órgãos de comunicação social; os escritores, dramaturgos e cineastas; os académicos e investigadores e cada um de nós, testemunhas e protagonistas dos acontecimentos.

Entendemos que o sistema de ensino deve formar homens e mulheres capazes de se integrarem na sociedade activa, aptos para desempenharem funções técnico-profissionais cada vez mais exigentes.

Entendemos também, que o sistema de ensino deve colaborar na formação de cidadãos, para quem os valores da Liberdade, Democracia, Tolerância, Solidariedade e respeito pelas diferenças, constituam referências éticas, valores guia para a vida.

O conhecimento da nossa história recente, pela sua própria natureza, constitui uma importante peça para a formação e consolidação do espírito cívico e apreço pela liberdade.

Alguns recuperação da imagem do Estado Novo, da Ditadura a que actualmente assistimos só pode resultar do desleixo a que tem sido votado o ensino da nossa história e da amnésia traumática que parece ter invadido a sociedade portuguesa.

A A25A ciente desta situação resolveu contribuir, dentro das suas capacidades para minorar esta situação, estando a desenvolver um plano que comporta três áreas fundamentais:

1. Colocação de conteúdos na Internet – tendo consciência de que as camadas mais jovens dificilmente se debruçam sobre matérias ausentes da Internet, a A25A desenvolveu um site, com o apoio do Plano Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC), que além de alguns aspectos generalistas tem uma base de dados histórica com dados referentes aos anos de 1973 e início de 1974, com especial relevância para o período da conspiração e o 25 de Abril. Este site está no ar desde 25 de Abril de 2006, tendo tido, no primeiro ano, cerca de 180 000 visitas e tendo triplicado a média de visitantes diários desde o início até hoje.

Actualmente encontra-se em desenvolvimento um outro site sobre a Guerra Colonial, também com o apoio do POSC, que irá ter por base a obra de Aniceto Afonso e Matos Gomes "Guerra Colonial". Contará ainda com um módulo pedagógico para professores e alunos do ensino básico e secundário, elaborado em parceria com a Associação de Professores de História (APH) e com o apoio financeiro e técnico do Ministério da Educação.

2. Formação de Professores – temos hoje consciência de que mesmo os professores de história têm conhecimentos escassos sobre a nossa história contemporânea. Há necessidade de efectuar um esforço sobre os que são os principais veículos de divulgação histórica aos jovens. A A25A estabeleceu um protocolo de colaboração com a APH no sentido de colaborar em diversas áreas. Foi com a sua colaboração que foi desenhado e concretizado um curso para professores de história designado: "Portugal: Ditadura, Revolução, Democracia". O curso é constituído por cinco módulos e é leccionado por:

- O Estado Novo no pós-guerra – professores Fernando Rosas e António Reis
- A Guerra Colonial – coronéis Aniceto Afonso e Matos Gomes
- A Conspiração e o 25 de Abril – coronel Vasco Lourenço e capitães-de-mar-e-guerra Almada Contreiras e Pedro Lauret
- A Descolonização – general Pezarat Correia e almirante Victor Crespo
- A Transição Democrática (1974, 1976, 1982) – coronel Vasco Lourenço, almirante Martins Guerreiro e coronel Rosado da Luz

Neste ano lectivo o curso decorreu em Lisboa (2 cursos) e em Faro com a colaboração imprescindível da Comissão Instaladora da Delegação do Algarve.

Frequentaram o curso cerca de 80 professores. O curso foi acreditado pela Comissão Científica de Formação Contínua.



Armando Isaac

Almada Contreiras, Vasco Lourenço e Pedro Lauret durante a aula sobre a "Conspiração e o 25 de Abril"

COM A PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

A25A celebra protocolo com Ministério da Educação para divulgar Abril

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, reconhecendo o esforço da A25A na divulgação da nossa história junto de alunos e professores, e reconhecendo a mais valia proporcionada pelo protocolo já existente entre a A25A e a APH, resolveu dar o seu apoio às iniciativas programadas pelo que, no passado dia 23 de Abril, foi celebrado um protocolo de colaboração entre o Ministério da Educação e a A25A e a APH, que regula aquele apoio e as tarefas a desenvolver.

A assinatura do protocolo realizou-se em cerimónia pública na Escola Secundária de S. Domingos de Rana, assinando a ministra da

Educação, o presidente da A25A e a presidente da APH.

No âmbito do protocolo, as acções junto das escolas do País que tenham a participação da Associação 25 de Abril através dos militares de Abril ou de outros seus associados, terão o apoio do Ministério da Educação. O Ministério da Educação irá ainda disponibilizar os seus estúdios de gravação vídeo, para que possam ser registados depoimentos de militares protagonistas dos processos que conduziram ao 25 de Abril e ao período de transição, constituindo assim documentos de história oral. ■



▶ HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DE PORTUGAL

Uma memória por construir



Panorâmica do fórum da sede transformado em sala de aula

No próximo ano tencionamos dar continuidade a esta iniciativa estendendo-a ao Porto, Coimbra e Évora, contando com o apoio das

diversas Delegações. Este curso teve o patrocínio do Montepio Geral. O Ministério da Educação promoveu a divulgação dos cursos. No

próximo ano lectivo o Ministério disponibilizará os meios previstos para as acções de formação contínua de professores, que actualmente se encontram em fase de reavaliação e reestruturação.

3. Acções junto dos alunos – Pretende-se levar a cabo, anualmente, um concurso para alunos dos ensinos básico e secundário e para as próprias escolas, sobre um tema de história contemporânea. Este concurso é organizado em parceria com a APH tendo apoio do Ministério da Educação e do Montepio Geral. O primeiro concurso será lançado no início do próximo ano lectivo.

As acções de divulgação, que a A25A tem feito ao longo dos anos a pedido de escolas por ocasião do 25 de Abril, passarão no próximo ano lectivo a contar com o apoio do Ministério da Educação, quer nos aspectos de divulgação, quer no apoio de organização. Os elementos designados pela A25A contarão com as suas deslocações e estadias subsidiadas pelo Ministério, de acordo com as tabelas em vigor. ■

Protocolo com a GNR

NO QUARTEL da Guarda Nacional Republicana (GNR) do Carmo funciona um museu que integra a evocação dos acontecimentos do 25 de

Abril de 1974. A Associação 25 de Abril e a GNR celebraram um protocolo de colaboração que prevê a realização de acções e iniciativas

conjuntas no âmbito da divulgação histórica, da permuta e análise de documentos e, ainda, da investigação histórica e cultural. ■

Discutir o «16 de Março de 1974»

MONTEIRO VALENTE

O CENTRO de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra e a Delegação do Centro da Associação 25 de Abril organizaram em Coimbra, no dia 16 de Março de 2007, um debate público sobre aquela que foi a última revolta militar fracassada contra o Estado Novo e precursora do 25 de Abril – A revolta de 16 de Março de 1974, também conhecida por «revolta das Caldas da Rainha».

Participaram na discussão, como convidados, dez dos seus protagonistas ou intervenientes indirectos, além de outros presentes na assistência. O debate foi coordenado pela Dra. Manuela Cruzeiro, investigadora do Centro de Documentação 25 de Abril, e pelo autor desta notícia, na qualidade de presidente da Direcção da Delegação do Centro da A25A. Na conferência de encerramento participaram o historiador Aniceto Afonso, oficial do Movimento das Forças Armadas e ex-diretor do Arquivo Histórico Militar, e o presidente da Direcção da A25A, Vasco Correia Lourenço.

A revolta de 16 de Março de 1974 continua ainda envolvida em algum nevoeiro, apesar dos 33 anos já decorridos sobre ela. Algumas feridas então abertas mantêm-se por sarar e subsistem dúvidas, contradições e incoerências por esclarecer entre as várias narrativas que têm vindo a público. Foi o segundo debate que o Centro de Documentação 25 de Abril organizou em Coimbra, com o propósito de recolher novos depoimentos e aprofundar anteriores análises em torno do tema. O primeiro teve lugar em 20 de Novembro de 2003. As declarações produzidas em ambas as discussões ficaram gravadas e em arquivo naquele Centro, à disposição dos investigadores que queiram debruçar-se no estudo aprofundado daquela revolta.

Na introdução ao debate foi claramente esclarecido não se pretender fazer juízos sobre comportamentos, justificar atitudes, discutir responsabilidades, nem, muito menos, fazer a apologia heróica dos protagonistas da revolta, mas, tão somente, recolher novos dados sobre esse acontecimento, com vista à sua melhor compreensão e interpretação pelos especialistas, no pressuposto da complexidade e limitação de toda a investigação histórica.

Uma conclusão consensual foi a de que aquela revolta, independentemente dos seus protagonistas e motivações e apesar do seu fracasso, teve o mérito de acelerar o Movimento das Forças Armadas e tornar mais fácil o seu êxito em 25 de Abril. A partir dela, as motivações do Movimento acrescentou-se uma outra não menos determinante para os «militares de Abril»: a solidariedade para com os camaradas presos. Também as muitas transferências de unidade determinadas na sua sequência acabariam por facilitar a execução do plano de operações



A mesa que orientou os trabalhos da conferência

naquela madrugada libertadora. E, sem o pretender ser à partida, o «16 de Março» acabaria por constituir um ensaio para o 25 de Abril, confirmando a fraqueza da capacidade de reacção do regime vigente.

Aniceto Afonso, na sua conferência final, concluiu que na origem do «16 de Março» esteve “uma sucessão de equívocos” sobre a verdadeira situação que se vivia em algumas unidades, especialmente do Norte e Centro, motivados por uma certa descoordenação que se instalara no Movimento após as transferências compulsivas de elementos importantes da Comissão Coordenadora, determinadas poucos dias antes pelo Governo, e na coexistência então dentro do Movimento de duas tendências com objectivos comuns mas projectos políticos distintos. Mas ficou mais claro que a «sucessão de equívocos» resultou, sobretudo, de pressão exercida naquelas unidades por elementos

conotados com o grupo vulgarmente conhecido por «spínolista». Após a manifestação da «brigada do reumático» e as demissões dos generais Costa Gomes e Spínola, eles terão tentado aproveitar o clima de indignação criado entre os militares do Movimento para, precipitadamente, porem em prática um incipiente plano para um golpe de Estado autónomo previsto para o dia 19 de Março, depois de cancelado um primeiro para cinco dias antes. Assim como ficou, também, mais esclarecido o envolvimento do general Spínola.

Houve, contudo, pormenores importantes que continuaram por esclarecer, justificando novo debate. Uma dúvida substantiva ficou a pairar no final: afinal o «16 de Março» foi produto de uma “sucessão de equívocos” ou de manipulação por parte daquele grupo? A discussão continua aberta. A História é isso mesmo – é um processo em construção! ■



Um aspecto da assistência

Dia Mundial da Paz

JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES

O PRIMEIRO DIA do ano foi dedicado à paz. Naturalmente, nenhuma instituição poderia entender tão bem a necessidade da paz como a A25A. A paz funda-se na justiça e a justiça no respeito pelos direitos humanos. Ora, foi para que se promovesse a Justiça e para que se respeitasse os direitos do homem que se fez o 25 de Abril. Quem não se lembra dos três "Ds" que marcaram o sentido da Revolução dos Cravos?!...

Naturalmente, a justiça não se faz de uma vez por todas, nem os direitos humanos estão definitivamente determinados. A justiça (no seu sentido amplo) vai-se construindo num processo de desenvolvimento económico, social. Não há justiça, onde os homens são tratados de forma desigual na política, na vida social e cultural; e, ainda, quando se permite que alguns delapidem riquezas naturais que põem em causa os direitos das gerações futuras.

Portugal é um dos países com maior desigualdade de rendimentos e onde se cavou maior distância entre ricos e pobres. Segundo os dados mais recentes, em Portugal, as desigualdades têm-se agravado chegando ao ponto de ser o nosso País o que "lidera" os índices de desigualdades dos restantes países da Europa. Tem, por exemplo, um índice de desigualdade mais de duas vezes superior ao da Suécia. Esta situação traz obrigatoriamente ao de cima um problema de direitos humanos. É que o problema dos "Direitos Humanos" só se coloca, quando há questões de justiça por resolver.

Os direitos humanos mantêm, por isso, uma relação directa com a ética política. São eles que colocam um travão à discriminação, à exploração, ao desemprego, à fome e à miséria; e obrigam os governantes a assumirem as consequências das suas responsabilidades perante frustradas expectativas dos cidadãos.

A vocação da A25A

O papel natural da A25A, a sua vocação, como Associação marcada pelo 25 de Abril, está neste espaço: promover uma consciência cívica mais solidária, capaz de romper com o egoísmo individualista que marca as injustiças e com o pragmatismo que não abre esperanças para o nosso futuro colectivo.

A construção de um futuro melhor para todos nós e para os nossos filhos só será possível com o dever cívico de todos contribuírem para aperfeiçoarem a convivência humana, fazendo respeitar os direitos humanos, desenvolvendo uma melhor justiça social, económica e cultural e aprofundando a democracia, tornando-a mais participativa e, por isso, mais capaz de promover uma mais justa organização política do Estado.

A ideia geradora de mais justiça, melhor democracia e duradoura paz encontra-se no

conceito de Direitos Humanos. Mas não podemos pensar os direitos humanos como algo de adquirido ou já definitivamente promulgado.

Várias gerações de direitos humanos se desenvolveram e outras surgirão para dar resposta aos problemas que se colocam no aperfeiçoamento da dignidade humana, da vida em sociedade e aprofundamento da democracia.

Há valores que alimentam a democracia e que derivam directamente dos direitos humanos, como a liberdade, a igualdade e a autonomia. Tais valores, à medida que se vão consolidando politicamente, necessariamente transformam a vida social do homem num sentido mais justo, com mais concórdia e mais duradoura paz.

Inventário genérico dos Direitos Humanos

Se quiséssemos um inventário genérico dos direitos humanos, poderíamos dizer que estes consistiriam nos seguintes direitos:

- à vida;
- à integridade pessoal (a não sofrer mutilação física ou psíquica);
- a não ser maltratado, nem torturado;
- a não ser condenado sem processo prévio;
- à intimidade da vida privada;
- a exercer a cidadania
- ao segredo da correspondência;
- à inviolabilidade do domicílio;
- ao bom nome e à fama;
- à escolha de estado: solteiro, casado, etc.;
- à livre expressão do pensamento;
- à informação;
- a escolher residência e a deslocar-se de um lugar para o outro;
- à educação; ao trabalho; ao descanso; a associar-se para conseguir fins lícitos: económicos, culturais, religiosos, etc.
- a utilizar o próprio idioma e viver segundo a própria cultura;
- à qualidade de vida;
- à preservação das espécies;
- etc.

As diferentes gerações dos Direitos Humanos

Podemos falar de várias gerações dos direitos humanos.

A primeira geração dos direitos humanos surgiu como reacção à desigualdade política e cívica. Esta fase corresponde ao projecto de emancipação do homem da modernidade. O liberalismo do séc. XVIII até ao século XIX cobriu o período de expansão e consolidação dos direitos civis e políticos. Direito ao trabalho, à propriedade, a uma nacionalidade, à liberdade de reunião, a eleger e ser eleito, a circular livremente, ao bom nome, etc.

A segunda geração ganha força com a reacção às desigualdades socio-económicas e à exploração do homem pelo homem. Corresponde à ideia de Estado Social de Direito. É o período da conquista dos direitos sociais e

económicos: direito ao trabalho, ao lazer, à organização sindical, à segurança social, à instrução, etc.

A terceira geração aparece como reacção à desigualdade cultural, à massificação social e à globalização. Corresponde à crise do modelo de crescimento económico apoiado na ideia de industrialização intensiva e procura também dar resposta à globalização, entendida como o "mercado da aldeia global".

A globalização e os Direitos Humanos

Numa sociedade de mercado global, a base moral está dominada por leis não escritas cuja finalidade última é o lucro. Tudo o que dá lucro é bom, e tudo o que leva a perdê-lo é mau. O meio é a compra e venda ilimitada de tudo. E, assim, tudo se converte em mercadoria para dar lucro, incluindo os próprios seres humanos. Valora-se mais o dinheiro do que a dignidade da pessoa humana. Os valores do mercado invadem a própria convivência, condicionando privades, decisões e atitudes. A consequência desta situação é o desenvolvimento de um "vazio moral" que origina problemas de justiça social: os pobres tornam-se cada vez mais pobres e em maior número e os ricos mais ricos e em menor número. E esta injustiça promove a revolta dos mais pobres, do que se sentem injustiçados.

Com a globalização, trocam-se informações a uma velocidade nunca pensada e os interesses de mercado vão fazendo desenvolver um único modo de ver o mundo e nele actuar. Esta dinâmica desenvolve o "pensamento único", pondo em risco a diversidade cultural e os direitos das culturas minoritárias.

A uma globalização do mercado vai-se opondo uma globalização da cidadania exercida através das organizações não governamentais (ONGs) que lutam pelos direitos culturais, ecológicos, defesa das minorias, etc. Também nesta fase surgem os movimentos feministas, pacifistas, anti-racistas, anti-nuclear, etc., o direito à intimidade e à privacidade, à objecção de consciência e à diferença nos comportamentos sexuais.

Novos problemas trazidos pela ciência

Os problemas suscitados pelos progressos científicos e tecnológicos no domínio da biologia, da medicina, da saúde e da informação também colocam, nos nossos dias, problemas de natureza ética e social. Fala-se já numa "sociedade do conhecimento e da informação" e na quarta geração dos direitos humanos que compreende a protecção de dados pessoais face à informática, a defesa da dignidade da pessoa humana nos transplantes, nos progressos da engenharia genética e sua aplicação, nomeadamente nas experiências com embriões para obter indivíduos com idêntico património genético (clonagem).

A Revolução de Fevereiro de 1927 contra a ditadura, 80 anos depois

MONTEIRO VALENTE

O CENTRO de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 – evocou em Coimbra o movimento revolucionário de 3/7 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar. A sessão teve lugar no dia 2 de Fevereiro, na sala D. João III, do Arquivo da Universidade de Coimbra, com a participação de António Reis e Fernando Rosas, professores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Luís Farinha, doutor em História pela UNL e coordenador da revista História, Heloísa Paulo, professora da Universidade Salgado de Oliveira, do Rio de Janeiro, e colaboradora do CEIS 20, Luís Bigotte Chorão, mestre em Direito, doutorando da FLUC e colaborador do CEIS20. Participámos também na evocação a convite da organização, por havermos publicado recentemente uma obra histórico biográfica sobre o general Sousa Dias, o chefe militar daquele movimento.

Os temas apresentados permitiram analisar sob perspectivas diversas aquele que foi o

primeiro levantamento civil-militar contra a ditadura e o único a constituir uma verdadeira ameaça ao novo regime. Fernando Rosas e Luís Farinha dissertaram sobre o longo período de revoltas republicanas contra o regime saído do 28 de Maio, desmistificando a falsa ideia, criada pela propaganda salazarista, de que com aquele pronunciamento militar se inaugurara um longo período de paz e acalmia social que pusera termo à conflitualidade e agitação permanente da I República; e demonstraram, igualmente, a falácia de alguma historiografia que tende a reduzir aquelas revoltas a meras tentativas «putschistas». António Reis centrou a sua comunicação no papel de Raul Proença e do grupo da Seara Nova/Biblioteca Nacional no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927, especialmente no campo do combate político contra a ditadura. Por seu turno, o autor desta notícia e Bigotte Chorão deriveram-se em particular na figura do general Sousa Dias: o primeiro, apresentando a sua biografia de indefectível republicano, democrático e civilista, opositor ao 28 de Maio, e analisando a sua

participação como chefe militar da revolução; e o segundo descrevendo os termos da sua bem sucedida defesa contra a pena de separação de serviço que lhe foi imposta, como exemplo paradigmático de um processo judicial contra a ditadura, movido por aquele (e pelo coronel Fernando Freiria, chefe do estado-maior revolucionário) que foi o mais graduado, prestigiado e combativo resistente militar antes da institucionalização do Estado Novo. Por último, Heloísa Paulo falou das trajetórias de vida e de combate pela liberdade dos exilados políticos republicanos após o 28 de Maio e o fracasso das muitas revoltas que ingloriamente sustentaram durante vários anos.

Das várias comunicações produzidas resultou clara a conclusão de que a revolução de Fevereiro de 1927, no Porto e em Lisboa, foi, no conjunto das revoltas contra a ditadura, aquela que melhor se identificou com o ideário do republicanismo democrático e liberal segundo a matriz constitucional de 1911, ou seja, com os mais autênticos valores e ideais republicanos. Resultou igualmente claro o reconhecimento da importância do movimento de resistência que ficaria conhecido por «revirinho», desfazendo equívocos a esse propósito. Inefelmente, após aquela primeira revolução a ligação civil-militar foi-se perdendo e as várias sensibilidades políticas republicanas foram extremando os seus campos, aí radicando a causa principal do fracasso do combate à ditadura. A solução só chegaria em 25 de Abril de 1974. Por isso José Freire Antunes chamou ao «3/7 de Fevereiro» o «primeiro «25 de Abril» falhado».

Aprofundar o estudo deste período de combate pela liberdade, numa perspectiva de pedagogia e de memória, é uma exigência democrática, pois deixá-lo esquecer, como pretendeu fazer o Estado Novo, será cortar a raiz ao Portugal livre que Abril fez renascer! A melhor arma de combate contra o regresso dos fantasmas do salazarismo será, sem dúvida, o conhecimento rigoroso do que foi realmente aquele regime político. Não das suas «estórias» mistificadoras e manipuladoras, alimentadas por retrógradas projeções ideológicas desse passado, mas da sua verdadeira História, entendida esta como ciência, como ensino e como memória! ■



A Revolta de 3 de Fevereiro de 1927, no Porto. Barricadas na Rua 31 de Janeiro

Os direitos humanos não podem, por isso, ser olhados como um conjunto de documentos jurídicos, pois constituem, desde as primeiras formulações, um ideal de concórdia e paz a atingir e uma utopia humanista que aponta um caminho a percorrer na defesa dumha ética da dignidade humana.

Uma proposta

Construir a paz é lutar pela defesa dos direitos humanos, erguer a justiça e aprofundar a democracia. Estas ideias podem constituir a bandeira que orientará os trabalhos da A25A neste Ano que agora começou.

Certamente, todos os sócios e apoiantes da A25A estarão de acordo com este objectivo. Esperamos, então, que com as suas achegas ajudem a construir um programa para levar este objectivo a bom termo. ■

Stella Piteira Santos uma vida de 90 anos

Stella Piteira Santos quis reunir um conjunto de amigos, no dia dos seus 90 anos (1 de Junho de 2007). Nesse convívio onde os militares de Abril estiveram "representados" por Vasco Lourenço, a sua filha, Maria Antónia, fez uma intervenção poética e comovente, que publicamos, como homenagem a uma mulher que dedicou toda a sua vida à causa da Liberdade e da Paz

MARIA ANTÓNIA FIADEIRO

ESTE É O DIA do aniversário dos teus 90 anos. Nascestes no princípio do século passado, em 1917, o ano das grandes utopias socialistas na Europa, utopias a que aderiste, aos dezassete anos, eras uma menina, quando te casaste com o nosso pai, Inácio Fiadeiro. O teu pai médico militar estava na Flandres, em França, fazendo a 1.ª Grande Guerra e foi ele que telegrafou para a tua mãe o nome que viria a ser o teu: Stella. A tua mãe, Maria do Carmo Bicker fora de Lagoa para Portimão para dar-te à luz nas melhores condições de saúde e de apoio familiar.



O Algarve é a tua terra, como sempre dizes, com veemente alegria. O Algarve outrora das amendoeiras em flor, hoje dos longos alendros floridos.

Casaste uma segunda vez, em 1948, com Fernando Piteira Santos, um amigo e companheiro de lutas estudantis políticas, que fora padrinho de tua filha, (eu própria, nascida em 1942) que viera, uns tempos antes, da cadeia Forte de Peniche. Foste então viver para a Amadora, a sua cidade natal, então uma vila. Viveste com o Fernando durante 44 anos, como tantas vezes sublinhas, para salientar o teu marido-companheiro-de-uma vida, que sempre acompanhaste corajosamente, nos seus escritos e nas suas lutas políticas, até à sua morte inesperada, em 1992, aos 74 anos. Foste uma esposa dedicada, abnegada, que respeitou e ajudou com coragem e determinação as actividades e os sacrifícios exigidos pelas lutas políticas pela liberdade e contra a ditadura em Portugal, que durou tantos anos, tantos anos, quase 50 anos. Sempre fiz tudo para que ele pudesse fazer a sua vida política. A minha, fazia-a com ele. Tudo era mesmo tudo. Fazias de motorista, de secretária, de telefonista, passavas à máquina os manuscritos, fazias pesquisas na Biblioteca Nacional, além de assegurar a gestão e a contabilidade doméstica. Duplas e triplas tarefas. Estive sempre presa, foste refém, quase dois meses, em Caxias. Acompanhaste-o no longo exílio de quase 13 anos, onde sempre exerceste a profissão que já tinhas em Portugal, a de secretária bilingue executiva, em grandes empresas, como a Siemens, por exemplo. Foste funcionária do Ministério de Turismo da Argélia de Ben Bella. Ocupaste, pois, como profissional, cá e lá, cargos de confiança e de responsabilidade, onde sempre te reconhecera a lealdade e a competência.

Foste, desde jovem, uma nova mulher moderna. Completaste o 7.º ano já com dois filhos pequenos, tinhas carta de condução, desde os anos 40 e guiaste até ao novo milénio. Trabalhavas fora de casa, fumavas, (tens um enfisema pulmonar), vestias calças compridas sempre que te apetecia e também escrevias à máquina em casa (uma portátil que pesa "toneladas"), quase sempre à noite, durante 44 anos, praticamente.

Participaste, em 1938, grávida de teu primeiro filho, com 21 anos, na fuga do Aljube do António, o mítico Pavel, então do Comité Central do Partido Comunista Português, uma fuga histórica, muito pouco falada, mas muito bem sucedida. Foi por causa dele que deram o nome de António ao vosso filho (nascido em Setembro de 1938) cujo padrinho foi o Cunhal, então vosso companheiro e amigo. É por isso que o meu



A tua agenda de telefones, que dá nas vistas, bem grande, bem organizada e bem cheia (vestígios perenes do exercício da tua profissão?), tão cobiçada e tão útil, que trazes sempre contigo, na tua mala de senhora, junto com o telemóvel sempre activo, é uma enorme prova da tua ânsia de comunicação e de convívio. A democracia assim deve ser entendida: participativa, participante, comunicativa, tolerante. A democracia, quando nasce, é para todos.

irmão se chama António e é por causa do meu irmão que eu me chamo Maria... Antónia... Éramos, somos, fomos, "Somos os Toninhos". A história da nossa família funde-se intimamente com a história política antifascista de Portugal, ou, se preferires, cruza-se perigosamente. Dois anos antes, em 1936, no ano da Guerra Civil de Espanha -houve grandes e devastadoras guerras

na Europa do Século XX - foste sócia fundadora da Associação Feminina Portuguesa para a Paz. Mais tarde, em 1945, filiaste-te no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, era então presidente dessa antiga associação feminista, Maria Lamas, vossa querida amiga. Foste uma jovem cidadã interveniente, uma adolescente emancipada. Mais tarde, em meados dos anos 40, aderiste ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, era então presidente Maria da Conceição Vassalo e Silva da Cunha Lamas, a mítica Maria Lamas, tua amiga. Foste uma nova mulher, as tuas coisas, enfim, foi uma surpresa para nós todos, filhos, netos e amigos e, porventura, foi também uma grande surpresa para ti. Foi uma grande coragem. Com a mesma coragem com que enfrentavas a polícia, recusaste o isolamento Presa à vida e agarrada ao telemóvel, soubeste desprender-te. Não te bastava viver, querias conviver. A sobrevivência à repressão, à censura e ao medo, face à banalidade da ditadura, tinha sido diária e muito, muito longa.

Aqui, tens um quarto que é teu e para onde pediste que te trouxesse, uma cómoda que era da tua mãe; duas cadeiras de braços em esquina, que pertenceram à casa dos teus bisavós; uma pequena aguarela com uma chaminé e uma buganvília do Algarve cheio de sol; uma pequena pintura, muito escurela do Cunhal pai, uma família amiga da família dos teus pais; a foto de casamento de teus pais; uma foto do teu marido, Fernando António Piteira Santos, na antiquíssima moldura que já fora de sua mãe Leonilde; fotos dos filhos, dos netos e dos bisnetos, uma foto do teu neto João artista coreógrafo e bailarino, em palco; uma carta com uma aguarela da tua neta, Isabel, artista pintora na Mauritânia; uma foto do casamento do teu neto Pedro; a reprodução do brasão da tua família do lado Bicker e uma fotografia oficial, em que recebes das mãos do Presidente Jorge Sampaio, no início deste milénio, a insígnia da Ordem da Liberdade. Ah! E é claro, as tuas *toilettes*, o teu guarda-roupa. E, claro, as tuas bijuterias, as tuas fantasias e as tuas buganvílias.

Com estes poucos pertences e os muito cuidados que aqui tens, manténs a tua proverbial

Stella Piteira Santos uma vida de 90 anos



Maria Barroso e Vasco Lourenço felicitam Stella pelos seus 90 anos

elegância e o teu sorriso radioso, uma cara laroca, às vezes, de uma exigência extrema, com modos de muito mando, em legítima defesa, como comentários sibilinaamente. Experiências de autoritarismos adquiridas na dura luta dos antigamente, como insinuas, mais ou menos com estas palavras. Pequenos e plenos poderes perversos.

És uma senhora educada e conversadora, muito convívial, com quem se gosta de conver-

sar e de rir, todos sabemos. Os amigos que reunimos hoje à tua volta e muitos outros, admirante e apreciam-te e têm-te dado bastas provas disso. Sempre foste uma senhora inteligente e elegante, embora insistas, muito frequentemente, nos cabelos sem pente, sinal de rebeldia intrínseca.

Stella Piteira Santos. Conquistaste o direito à tua improvável biografia, contra ventos e mares preconceitos e estereótipos, um feito que te

dá lugar, por mérito próprio, na história das Mulheres deste país, no século XX.

Tens aqui, contigo, hoje, amigos e amigas de longa duração, amigas e amigos sem prazo de validade, de antes e depois de Abril, amizades que ainda cultivas e que também resistem ao tempo e aos tempos. A tua agenda de telefones, que dá nas vistas, bem grande, bem organizada e bem cheia (vestígios perenes do exercício da tua profissão?), tão cobiçada e tão útil, que trazes sempre contigo, na tua mala de senhora, junto com o telemóvel sempre activo, é uma enorme prova da tua ânsia de comunicação e de convívio. A democracia assim deve ser entendida: participativa, participante, comunicativa, tolerante. A democracia, quando nasce, é para todos.

Sempre foste uma resistente, em muitos sentidos, mãe, mas essa época acabou, com século XX, o século assassino das grandes guerras e das pequenas e grandes ditaduras, na Europa. O futuro tem pressa e vem aí a alta velocidade digital. Há novos mundos na Europa do Ocidente e do Oriente. Já não há só novas mulheres. Há novos homens, novos jovens e novos pais, novas famílias que crescem. O tempo das pioneiras acabou no ocidente. Há países novos na Europa do século XXI. E em todo o mundo, novos países livres surgem. Há, também, muita pobreza, muita miséria, muita ignorância. Ainda não soubemos, nós os humanos, acabar com esse flagelo social. Intenso, tenso, embora para qualquer pessoa de bom senso a resolução da fome no mundo, seja uma simples problema de aritmética.

Agora, tu que nunca te deitavas de dia na cama, já não resistes às sestras com oxigénio, mas ainda resistes dificilmente, heroicamente aos molhos e aos doces, tu que foste uma doceira e uma cozinheira de gabarito, embora nunca tivesses sabido fazer bifés... Porque é que nunca me deste a receita da sopa de amêijoas brancas? Também, é verdade, que não resistes aos múltiplos mimos que te prodigalizam. És uma mimocas, dizem-me.

Estás dentro da razão, mãe. A verdadeira democracia promove e autoriza a liberdade das ideias e do pensamento, tal como a liberdade das emoções e dos sentimentos, e muitas, muitas outras liberdades vitais, como sabemos.

MÃE: estamos muito contentes com os teus 90 anos e com a presença dos teus amigos, entre os quais nós, os teus filhos, os Tominhos, se sentem incluídos. São as forças vivas do teu coração.

Esta festinha de aniversário dos teus 90 anos é uma homenagem à tua vida, mãe.

MUITOS PARABÉNS. ■

ANICETO AFONSO

A grandeza da simplicidade

VASCO LOURENÇO

A VIDA CONTINUA, não pára. Apesar de alguns ficarem tristes, consoante vão envelhecendo, considero que envelhecer é um bom sinal. Continuamos vivos, a desfrutar dos maus e bons momentos da vida. Os 65 anos do Aniceto Afonso forçaram-no a abandonar a situação de "reserva activa". É um momento menos bom, mas o facto é que provocou a oportunidade para o Aniceto, a sua família e os seus amigos viverem momentos que, pela sua natureza, são mesmo dos bons e deixam marcas. Com efeito, um conjunto de amigos tomou a iniciativa de promover uma homenagem ao Aniceto.

Porquê? Perguntarão alguns. Nomeadamente os que não conhecem.

Homem simples, nada dado a ribaltas e a palcos, o Aniceto é um dos que são essenciais para que as obras se construam, para que a sociedade progrida. Essenciais na construção do futuro, autêntico alicerce para que outros possam sobressair, raramente se dá pela sua enorme importância, na construção do sucesso. Com a agravante de, muitas vezes, como aconteceu com o Aniceto, serem maltratados e ofendidos na sua qualidade e condição de cidadãos.

Serei suspeito a falar do Aniceto Afonso – sou muito seu amigo, tenho por ele enorme consideração, devo-lhe muito –, no entanto, não hesito em apontá-lo como um dos (já dizer muitos, mas, infelizmente não fomos assim tantos...) que foram essenciais para que o 25 de Abril fosse possível e se realizasse, nos seus desígnios fundamentais.



O homenageado

Sinto-me com autoridade mais que suficiente para fazer essa afirmação, eu que colaborei directamente da sua acção, como meu colaborador mais directo. Por tudo isto, tive enorme prazer e maior honra em ter colaborado na organização da homenagem ao Aniceto, que teve duas sessões: um jantar na Associação 25 de Abril, onde intervimos, eu próprio, o professor João Medina e o

próprio Aniceto; uma sessão no Museu Militar, onde entrevistaram o Carlos Matos Gomes, o professor António Telo e, novamente, o Aniceto.

Pelo seu significado especial e porque não foram de improviso, publicamos as intervenções do Carlos Matos Gomes e do Aniceto (na A25A).

É sempre bom, faz-nos sentir melhor, quando podemos homenagear pessoas vivas. ■

Devemos-lhe o saber e o conhecimento

CARLOS MATOS GOMES

ESTA HOMENAGEM ao Aniceto Afonso é um anacronismo. Somos anacrónicos. Estamos fora do nosso tempo. Em desacordo com o nosso tempo. Reunimo-nos numa quinta-feira à tarde para homenagear um homem que não distribui prebendas, tenças e sinecuras, que não pertence a grupos, igrejas ou partidos, que não está envolvido em nenhum escândalo, que não fala de futebol, nem aparece na televisão. Coisa raramente vista, a exigir uma boa explicação. Que nos traz aqui? A resposta parece-me muito simples: a admiração por aquilo que ele fez e, principalmente, por aquilo que ele é. Estamos aqui por aquilo que lhe devemos.

Devemos-lhe o saber e o conhecimento que ele nos proporcionou através da sua actividade como professor de História Militar na Academia Militar, como historiador com vasta e diversificada obra publicada. Obras tangíveis: «A Cen-

tralização do Poder no Estado Moderno Português», «A Revolta de Tomar», «Serpa Pinto», «Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães», com Manuel Braz da Costa, os textos da «História Contemporânea de Portugal» dirigida por João Medina, sobre António Enes, Mouzinho de Albuquerque, a Grande Guerra e as colónias portuguesas, Norton de Matos, Sinel de Cordes, a Guerra Colonial. Os textos sobre a Grande Guerra da obra «Portugal e o Mundo» dirigida por Luís de Albuquerque, «Exército Português, organização» para o Dicionário de História de Portugal, dirigido por António Barreto e Maria Filomena Mónica, os «Subsídios para o estudo da Inquirição Portuguesa no século XIX». Devemos-lhe o «Diário da Liberdade», «Guerra Colonial» e «Portugal e a Grande Guerra» em que tive a honra de ser seu companheiro.

Devemos-lhe o prestigiante trabalho desenvolvido como membro da Comissão Portuguesa

de História Militar e as suas comunicações nas reuniões internacionais em que participou.

Devemos-lhe o extraordinário trabalho de modernização do Arquivo Histórico Militar, que, como escreveu Luís Alves de Fraga, «era um local de arrumação de papéis muito velhos, bem guardados e bem catalogados, muito pouco consultados, porque não tinha divulgação entre os meios académicos e pouca ou nenhuma entre os investigadores da História de Portugal e que é hoje, graças ao Aniceto Afonso, um dos mais modernos e eficientes arquivos históricos portugueses, prestigiado nacional e internacionalmente. Um arquivo dinâmico, em constante enriquecimento. Um local de tratamento e recolha de fundos e de processos dos militares de maior relevo na nossa história e que ainda recentemente recebeu o arquivo fonográfico do professor Josep Sánchez Cervelló da Universidade de Tarragona, o estrangeiro que mais documentos possui sobre a revolução portuguesa do

Devemos-lhe o saber e o conhecimento

25 de Abril e autor do livro de referência «A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola – 1961-1976».

Estas são as grandes marcas que balizam o percurso já de si invulgarmente rico de um historiador, seja ele militar ou civil. Um percurso feito de trabalho e talento, de inteligência e rigor. Um percurso tão mais difícil de percorrer quanto o seu caminho é militar e teve de vencer os preconceitos que sobre eles recaem.

A Instituição Militar, os militares, devem ao Aniceto Afonso este abrir de caminhos pela floresta de ideias feitas, de ciúmes, de desconfiança e de menosprezo pelos militares em que a sociedade portuguesa, ou parte das suas elites pensadoras, continua a persistir. As medalhas de Prata de Serviços Distintos com que há anos o agraciou o então chefe de Estado-Maior, general Martins Barreto, a medalha de Ouro de Serviços Distintos com que o actual chefe de Estado-Maior do Exército o condecorou na data da sua passagem à reforma, honram o Tenente-Coronel Aniceto Afonso (e quanto me custa continuar a tratá-lo por tenente-coronel), mas honram simultaneamente o Exército e a Instituição Militar.

Pela nossa parte, pela parte dos seus amigos, entendemos promover esta singela homenagem por mais do que ele fez. Perdoo-me a impertinência, nós estamos aqui para homenagear mais do que o Aniceto Afonso historiador de nome respeitado pelos trabalhos que levou a cabo e por causa das funções desempenhadas no Arquivo Histórico Militar, por mais do que fez o Capitão de Abril a quem foram confiadas funções delicadas na comissão coordenadora do MFA de Moçambique, na descolonização, no Estado-Maior do Exército, na Região Militar de Lisboa, no Conselho da Revolução. Estamos aqui por aquilo que de mais importante o Aniceto nos transmite: o seu reconfortante exemplo. Estamos aqui para prestar a nossa homenagem ao que o Aniceto Afonso é, porque foi o que ele é que determinou tudo o que fez e do modo como o fez.

Porque ele é um reconfortante e raro exemplo de cruzar a vida com a constância dos Bons, com o coração dos Puros, com os olhos dos Leais, com a magnanimidade dos Generosos.

Que ele seja e continue a ser tudo isto é motivo de orgulho para todos os seus amigos e companheiros. A sua existência dignifica-nos, dignifica a obra colectiva que o 25 de Abril foi e é, dignifica as academias onde ensinou e as organizações onde trabalhou.

Esta singela homenagem – que a sua humildade não permitiu que tivesse a devida dimensão – é, antes de tudo, uma expressão de emoções e de afectos por um grande homem que deu a receita de si mesmo no discurso do jantar na Associação 25 de Abril, ao definir como paradigma para o seu modo de ser, a tentativa de criar um soldado razoável. Razoável entendido como o que conforme à razão. Razoável, porque



Alguns dos muitos convivas presentes no jantar de homenagem a Aniceto Afonso

justo, apropriado, oportuno. Jamais porque sofrível.

Deixem-me referir uma pequena história politicamente incorrecta, de alguém que, em dificuldades para escrever sobre um grande homem seu amigo, porque não encontrava as palavras adequadas, decidiu: «Vou ter de falar de mim!»

É o que me aconteceu. Vou falar do Aniceto através de mim. Isto é, vou falar de nós. De nós que é uma maneira de falar de uma geração de portugueses, militares e civis, homens e mulheres, onde o Aniceto Afonso surge como um caso exemplar a todos os títulos e em vários campos.

Para definir essa geração ocorrem-me palavras caídas em desuso. Palavras antigas que queriam dizer coisas que parecem esquecidas, ou que foram adulteradas e conspurcadas. A primeira de todas essas palavras é dignidade. A nossa geração é a geração da dignidade. É claro que é a geração da liberdade, mas o combate pela liberdade fizemo-lo em nome da dignidade. Fizemo-lo porque éramos dignos. Como muitos dos nossos antecessores, seríamos dignos mesmo que não tivéssemos conseguido fazer o 25 de Abril, mesmo que tivéssemos sido derrotados. Seríamos dignos porque teríamos lutado. Ora, o Aniceto Afonso é, irremediavelmente, um homem digno. É essa dignidade que lhe forma o carácter, que se expressa em todas as suas atitudes, nos mais pequenos gestos. Na sua vida pública e na sua vida privada ele transporta consigo uma dignidade ancestral. A que se bebe na família, na história, a que se vive naturalmente e se transmite sem alarde.

O percurso do Aniceto é comum a muitos da nossa geração: nascidos em pequenas terras do interior, filhos de gente comum, de gente de trabalho, a carreira militar surge como uma possibilidade de ascensão social, de melhoria de vida.

Fomos educados por sobreviventes. Por uma geração que sobreviveu às dificuldades da II Guerra, à dureza e pobreza da terra, por gente que emigrou e voltou. Por gente que esperou sempre mais de si e dos seus do que do Governo e do Regime.

Somos os filhos desses homens e mulheres de casa dura, somos filhos de portugueses, nunca fomos filhos do Regime. Sabíamos de onde vínhamos. Apanhados numa dura curva da estrada da história, com a guerra colonial a exigir de nós o confronto, o sacrifício, visitámos a indignidade da prepotência, da exploração, da brutalidade. Vimo-nos confrontados com a realidade e soubemos reagir. Reagimos afrontando a indignidade. Sem rede, sem outros faróis que não fossem os acesos pela nossa consciência.

O 25 de Abril, o antes, o durante e o depois, é uma caminhada de portugueses dignos no sentido do bem. Um acto de generosidade, com erros e percalços, mas sempre na direcção do que, em consciência, julgávamos justo. O Aniceto tem, neste processo turbulento, uma posição marcante, uma posto de referência. Ele personificou a serenidade digna. Para alguns de nós, mais exaltados, mais urgentes nas soluções, mais radicais – e falo do que sei – o Aniceto, a sua presença discreta, calma, respeitada nos momentos mais conturbados, foi sempre um conforto, uma voz calma, um ponto de reflexão. O Aniceto foi para muitos de nós o irmão mais velho. Eu, pelo menos, senti-o sempre assim.

O Aniceto foi sempre um daqueles que nos temperou. Que temperou a geração do 25 de Abril. Nesta nossa riquíssima língua, temperar é dar consistência, mas é também adubar. É abrandar, suavizar, conciliar, harmonizar, mas também acrescentar, fortalecer, avigorar.

A História, como o Aniceto Afonso tão bem sabe e tão duramente sentiu, é quase sempre injusta para estes homens e mulheres. Prefere os

exaltados – os chamados grandes homens – aqueles que, como dizia Jean-Francois Revel na sua “Carta à Direita” – provocam as grandes catástrofes. A História esquece, mantém na sombra, os que os evitam.

O Aniceto sabe o valor do tempo. Saber o valor do tempo é aquilo a que se resume a cultura. A raiz da cultura é conhecer o efeito do tempo. A sua firmeza de carácter – cá está outra velha palavra – alimenta-se de tempo. Do muito que aprendi com ele foi a valorizar o tempo, a ajudá-lo a cumprir o seu trabalho nos grandes e nos pequenos momentos (os mais difíceis).

É um homem de respeito por si e pelos outros. Um homem sem inveja, essa indústria nacional que consome homens como ele e que a todos, enquanto Nação, nos consome e nos apouca. Voltamos à dignidade. Não há indignidade que o tempo não deixe a nu. A História está cheia de exemplos desses. Mas não foi por saber que é assim que o Aniceto Afonso a não frequente, nem pratica, mas porque ela é estranha à sua natureza.

Como escreveu o nosso comum amigo Luís Alves de Fraga no seu blogue, o Aniceto Afonso é um transmontano com algumas das características daqueles homens de «para lá do Marão»: sério, persistente, frontal e sem rodeios no discurso, franco, corajoso, cheio de brios, generoso, modesto na sua grandeza e, acima de tudo, ami-

go do seu amigo. É um Homem com quem se pode contar!

É um daqueles raros seres que nos fazem acreditar na Humanidade, contra a insanidade de tantos dos nossos semelhantes, contra a iniquidade, a mediocridade, a vaidade, a maldade que tantas vezes se nos apresenta como a nossa intrínseca marca de origem. Por isso a sua modestia é a resposta dos que não necessitam de se colocar em bicos de pés, nem berrar, nem dobrar a espinha, dos que nunca aceitam a indignidade nem a humilhação.

Fala-se hoje muito de ambição e de competitividade para explicar e justificar crises. Nunca o Aniceto Afonso percorreu esses caminhos. Mas eu tenho de falar do valor e do reconhecimento do valor. Neste caso, o caso do Aniceto Afonso é emblemático da forma como a sua e a nossa geração de militares foi e tem sido tratada. Todos, uns mais que outros, sentimos que o facto de sermos militares e militares cívica e politicamente empenhados, de sermos aquilo que a se tem chamado a geração dos capitães de Abril nos discrimina, nos desqualifica.

O Aniceto não é homem de queixumes – se nem mesmo nos momentos mais dramáticos da sua vida lhe ouvimos um queixumel, se foi sempre ele, nesses momentos, a perguntar como estávamos nós! – não o ofenderei queixando-me

por ele. Direi apenas que esta Pátria (para usar um designativo suficientemente abrangente para nele caberem as injustiças da nossa História) o tratou mal. Tratou-o mal, atirando-o para um arquivo que estava morto, tal como atirou o Fernando Salgueiro Maia para um lugar no Presídio de Santarém. Como ao longo de séculos atirou tantos dos melhores de nós para os vãos das escadas, para exílios e degredos, para fogueiras inquisitoriais, para asilos e terras de desterro onde esperou que apodrecessem no esquecimento. Até na redenção que o Aniceto conseguiu a partir do beco perdido na esquina do pátio dos canhões ele é um exemplo.

O Aniceto honra-nos a todos. É um militar que nos fortalece na nossa condição de cidadãos. É um homem grande. É um homem rico, porque enriqueceu os outros, em saber e em exemplo.

Por último, mas não em último, uma referência à família de Aniceto Afonso. Peço-te desculpa, Aniceto, por esta invasão à tua intimidade e à dos teus, mas não posso deixar de referir aqui a tua mulher, as tuas filhas, os teus netos, todos os teus. O amor entre nós é causa e efeito do modo como vives. Permito-me deixar uma lembrança para a Ana, aqui presente nos nossos espíritos, a primeira a orgulhar-se de ti.

Acerta esta homenagem, que te parecerá a ti excessiva e desmedrada e a nós exagua e inteiramente justa. ■

O soldado é um persuasor

ANICETO AFONSO

QUERIDOS AMIGOS e meus camaradas:

As palavras que escolhi para vos dizer não exprimem os meus sentimentos de gratidão. Falta-me habilidade literária para traduzir o que me vai na alma. Peço-vos que as aceitem como a forma mais genuína que consegui. Todos vós sois testemunhas do meu reconhecimento e credores do meu afecto.

Permitam-me então que vos apresente uma receita para fazer um soldado razoável.

Houve um tempo em que o Exército me deu a incumbência de fabricar soldados. Eu sempre tive a ideia, moldada pelas circunstâncias, de que era mais eficaz fazer de todos, soldados razoáveis, do que fazer meia dúzia de bons soldados e uma multidão de incapazes. Talvez possa hoje ter a ideia de que procurei reproduzir-me, nos meus instruendos.

Pois qual é a receita para fazer um soldado razoável?

Pega-se num homem em bruto. Vem de uma zona rural, traz linhas angulosas de pensamento, mentalidade, hábitos e horizontes. A primeira tarefa é... afeição-lo.

Muitos destes vestígios permanecerão para sempre, mas não há outra alternativa – esse las-

tro só deve reaparecer, eventualmente, em situações limite.

Porém, e ponto importante, tudo aquilo que não prejudicar a razoável solução, pode continuar a fazer parte do fundo do nosso homem. Não se pretende inventar nenhum homem novo.

A certa altura, há que mandar o homem para a guerra, destino do verdadeiro soldado... Foi isso que pensou o nosso ido regime, quando o nosso ditador caminhava para lá dos seus 70 anos. Pois que melhor escola se não a guerra nas colónias? E foi assim que o soldado razoável se viu, como tantos de vós, nessa aventura de vida a muitos milhares de quilómetros da sua terra. Procurou sempre que os homens que lhe meteram nas mãos se comportassem como militares razoáveis – sensatos, dignos, cumpridores.

Mas quando a guerra se prolongou para lá do razoável, esses soldados, moldados no bom senso da vida e das opiniões, acharam-se perante o dilema de obedecerem à sua consciência ou aos ditames do seu juramento. Foi um momento complicado, mas de breve hesitação. Tinham aprendido comigo que há sempre uma hora em que o homem decide sozinho. Os meus soldados, aqueles que eu formei (aqueles que todos vocês formaram) responderam firmemente à chamada que lhes fizemos. Optaram pelo

cheiro da liberdade. Desejaram secretamente o triunfo da liberdade. Lutaram pela vitória da liberdade.

E no dia que se escolheu, todos agiram firmemente. Há dias em que o soldado razoável, age como um bom soldado. E os dias de grandes causas, são os melhores para testar as suas capacidades.

Nas palestras de sexta-feira era comum me dizer a todos – não te imponhas pela espingarda. O soldado é um persuasor. Deve explicar-se tanto quanto possível e, sobretudo, espera que quem manda explique os actos que lhe impõe.

Um dia, ele próprio descobre que a liberdade pertence ao povo, e que a si, só pertence defendê-la e não oferecê-la. Nem invocá-la em seu favor ou exigir-lhe recompensa. A liberdade é a marca da sua conquista e da sua servidão.

Como soldado, aprendi, e assumi, os limites da minha vida. Procurei convencer-me do exacto papel que me era destinado – optei por continuar soldado, cumprindo deveres que embora novos, não deixavam de ser a continuação do percurso de sempre.

Foi assim que cheguei ao Arquivo Histórico Militar.

Preferi continuar soldado às alternativas que me ofereceram. Porquê? Nem eu sei expli-

O soldado é um persuasor

car. Porque era o meu ambiente e porque era ali que estavam os meus camaradas. Porque não tinha aprendido a viver em outro lugar.

E querem saber o que aconteceu? Tive oportunidade não apenas de contactar com camaradas do meu tempo, estes para quem eu agora falo, mas também com gente mais nova e sobretudo, gente muito mais antiga. Podem crer que conheci centenas de camaradas, e em muitos encontrei afinidades, especialmente quando verifiquei que também eles tinham sido soldados razoáveis.

Eles jaziam ali, em prateleiras infundas, esperando porventura que algum camarada do futuro compreendesse como e porquê eles tinham cumprido o seu dever, nas circunstâncias que a sua vida e o seu tempo lhes proporcionaram. De certa forma, constatei aquilo que era minha convicção - eles constituíam o suporte do nosso tempo e da nossa atitude, da compreensão dos nossos dias e das nossas raízes, da nossa tradição e da nossa capacidade de entendermos o presente. Aprendi imenso com eles.

Essa aprendizagem ditou-me um dever, que me impus - é necessário preservar a memória que todas essas gerações nos podem transmitir. O esforço de salvaguarda deve ser assumido por

todos os responsáveis. Só quando compreendermos que não estamos sós, porque inúmeras gerações sustentam as nossas convicções e os nossos princípios, que de certa forma vigiam as nossas opções e nos apontam o caminho, é que poderemos tirar da vida todas as lições que devem moldar o nosso tempo.

Estou certo que todos esses nossos camaradas continuam disponíveis para nos darem lições de vida. Experimentem conhecê-los e talvez consigam dar solução a muitas das dúvidas que hoje ainda vos assaltam. São lições da História, que eu procuro não desprezar.

Foi gratificante verificar que, apesar de tudo, o Exército tratou de preservar memórias de si e dos seus. Claro que há imensas clareiras, mas o essencial desse imenso património existe e espera pelo dia da descoberta.

Contudo, quando me achei naquele lugar, não me bastou, como soldado razoável, cópia que era dos soldados saídos das minhas mãos, fazer o óbvio - continuar a recolher em rotinas anteriores, a papelada que ia chegando. Pretendi tornar-me garante da memória de uma geração especial, da geração que fez transitar Portugal da antiguidade para a vida contemporânea, do mundo obscuro para o mundo moderno - a

nossa geração, esta que aqui está representada.

O meu trabalho no Arquivo Histórico Militar destinou-se, também, a salvaguardar a memória da nossa geração e daquilo que foi o nosso contributo (de que nos orgulhamos) para a História do nosso país.

Hoje há uma certeza que eu tenho e vos transmito: está preservada a memória desta geração de transição. Está preservada em níveis que muito ultrapassam os níveis de qualquer outra geração. A guerra colonial, o 25 de Abril, a transição democrática terão um peso não apenas como factos decisivos que foram, mas também no testemunho disponível que deixam no Arquivo Histórico Militar. Isso ninguém, no futuro, vai poder esconder. Essa foi uma das minhas orientações essenciais, na convicção de cumprir também a minha responsabilidade perante o Exército. Pelo que fiz nesse sentido acho que a vossa aprovação é merecida. Quanto ao resto que me quiseram e estão a transmitir, vou considerá-lo como um incentivo e como a certeza de grandes amizades de que muito me orgulho.

Podem crer que é, porque sempre foi, um soldado razoável que vos diz, do fundo do coração - muito obrigado. ■



QUATRO ANOS DE OCUPAÇÃO MILITAR DO IRAQUE

Ana Gomes e Soares dizem que Barroso não pode ficar impune

A EURODEPUTADA SOCIALISTA Ana Gomes e o ex-Chefe de Estado Mário Soares consideraram que o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, não pode ficar "impune" pelo seu apoio à intervenção norte-americana no Iraque. As posições de Ana Gomes e Mário Soares foram assumidas num debate sobre os quatro anos da ocupação militar dos Estados Unidos no Iraque, realizado dia 20 de Março, na sede Associação 25 de Abril, em Lisboa, onde também participaram o fundador do CDS-PP e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, e o jornalista Nuno Ramos de Almeida, numa iniciativa da Cooperativa Contraponto.

Segundo noticiou a Agência Lusa, Ana Gomes apontou como principais culpados da guerra no Iraque os "quatro bés, Bush, Berlusconi, Blair e Barroso, aos quais se junta um A, de Aznar".

"Não vou tão longe e não digo que têm que ser julgados no Tribunal Penal Internacional, mas não podem ficar impunes e têm que prestar contas", declarou a eurodeputada do PS, antes de exigir a Barroso, "no mínimo, um pedido de desculpas" face aos "muitos milhares de mortos" e "milhões de deslocados" gerados pela guerra do Iraque.

Na sua intervenção, Ana Gomes lembrou alguns dos argumentos que Durão Barroso invocou para apoiar a intervenção norte-americana, durante uma audiência com o PS (então liderado por Ferro Rodrigues) em 2003.

"Durão Barroso disse-nos que Portugal não podia ser ultrapassado pelos Estados Unidos na sua relação com Espanha, o que foi para mim um argumento revelador de um deprimente servilismo", referiu.

Ainda segundo Ana Gomes, Durão Barroso "achava que, com o apoio aos Estados Unidos, vinham contratos mirabolantes para as empresas portuguesas no Iraque e até mandou para lá o dirigente socialista José Lamego".

"Mas ninguém viu nada desses contratos. Agora, até se decidiu fechar a embaixada portuguesa no Iraque", observou.

Mário Soares apenas discordou de Ana Gomes por esta equiparar o ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi aos restantes três bés: Blair, Barroso e Bush.

"O Berlusconi fez jogo de cintura. Blair, Aznar e Durão Barroso - que agora disfarça porque está noutras funções - têm que dar explicações. Aqueles que foram os autores da propalada 'Nova Europa' foram juntamente com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, os responsáveis pelo desastre do Iraque", considerou o ex-Presidente da República.



Ana Gomes, Mário Soares e Joana Amaral Dias durante o debate

O ex-Chefe de Estado exigiu ainda saber a verdade se o então Presidente da República, Jorge Sampaio, foi posto ao corrente da organização da cimeira das Lages em 2003, que juntou os chefes de Governo de Portugal, Espanha, Grã-Bretanha e o presidente dos Estados Unidos dias antes da intervenção norte-americana no Iraque.

Mário Soares: «O Berlusconi fez jogo de cintura. Blair, Aznar e Durão Barroso – que agora disfarça porque está noutras funções – têm que dar explicações. Aqueles que foram os autores da propalada 'Nova Europa' foram juntamente com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, os responsáveis pelo desastre do Iraque»

Mário Soares lamentou, depois, que Bush ainda tenha um ano e meio de mandato como presidente dos Estados Unidos, referindo que, de acordo com a constituição norte-americana, só poderá abandonar o cargo a curto prazo por "impeachment" (impugnação).

"Se ameaçaram Bill Clinton de impeachment por causa de uns amores, por que razão não se aplica isso a Bush por causa de motivos bem mais fortes", interrogou-se Soares, numa nota de humor.

Presente na plateia, o dirigente do PCTP-MRPP Garcia Pereira referiu-se também aos "culpados" portugueses na questão do Iraque, acrescentando à lista de Ana Gomes e de Mário Soares o nome de Jorge Sampaio e a comunicação social.

"Como em muitas ocasiões nos seus dois mandatos presidenciais, Sampaio foi nem sim nem não, escolhendo o ním. Se Sampaio era contra aquela cimeira das Lages, no primeiro dia tinha que demitir o Governo de Durão Barroso. Se achava que não podia fazer nada, então demitia-se ele do lugar de Presidente da República", advogou.

Conforme noticiou a Lusa, Garcia Pereira considerou ainda que Jorge Sampaio "aceitou a suprema hipocrisia" de enviar militares da GNR para o Iraque, para assim não ter que se pronunciar sobre a decisão do Governo de coligação PSD/CDS-PP.

Já sobre a comunicação social, o candidato presidencial do PCTP-MRPP afirmou que se "bandedo vergonhosamente com o lado do mais forte, os Estados Unidos", ao longo da intervenção no Iraque.

"Os directores [citou o nome de José Manuel Fernandes do jornal *Público*] e os editores de política são os novos censores do pós-25 de Abril", disse, recebendo fortes aplausos.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros recordou as dez razões que apresentou em 2003 para se pronunciar contra a guerra no Iraque, das quais destacou consequências como o "desprestígio dos Estados Unidos, maior fraqueza dos países moderados árabes e das Nações Unidas,

QUATRO ANOS DE OCUPAÇÃO MILITAR DO IRAQUE

Ana Gomes e Soares dizem que Barroso não pode ficar impune

o aumento do peso do Irão, do terrorismo e do preço do petróleo”.

“Quatro anos depois, todos sabemos o que se passou e como o povo norte-americano votou em Novembro último” nas eleições para o congresso (em que os democratas derrotaram os republicanos), observou Freitas do Amaral.

Na sua segunda intervenção, Freitas do Amaral comentou com humor a ideia de que o presidente dos Estados Unidos se gaba, alegadamente, de falar directamente com Deus.

“Bush diz que fala directamente com Deus mas os seus adversários, em particular Bin Laden, também dizem que falam directamente com Deus. Fico a saber que há várias linhas directas para o céu”, comentou, provocando risos.

Neste contexto, refere o despacho da Lusa, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros manifestou-se apreensivo com “o renascimento do fundamentalismo protestante” nos Estados Unidos. ■



O debate juntou Mário Soares e Freitas do Amaral





33 anos do 25 de Abril

VASCO LOURENÇO

PASSADOS 33 ANOS sobre a libertação do país, a Revolução dos Cravos continua a ser evocada, das mais diversas maneiras, pela generalidade dos Portugueses.

Com efeito, em Portugal ou no estrangeiro, são muitos os actos comemorativos da data libertadora, onde assenta o regime democrático que vivemos em Portugal.

A A25A, para além das comemorações por si organizadas, procura dar resposta aos inúmeros convites, onde a sua presença é solicitada: se as sessões solenes, organizadas pelas entidades oficiais (Assembleia da República e autarquias) são muitas, as sessões de debate/esclarecimento vindas dos diversos estabelecimentos de ensino continuam a ocupar o primeiro lugar. A todos se procura responder afirmativamente, seja através das Delegações da A25A, seja através da sede nacional.

Pelas dimensões atingidas, destacam-se as comemorações organizadas pela Junta de Freguesia de Matosinhos, com a feitura de cerca de duas dezenas de cravos gigantes, elaborados pelos alunos das escolas, que foram "plantados" nas diversas rotundas da cidade, com a presença do presidente da Direcção da A25A; e as comemorações organizadas pelo Município da Maia, com uma série de exposições, nomeadamente a obra colectiva, realizada em Abril de 1982, em Santarém, pertença da A25A.

No referente às comemorações organizadas pela A25A (Festa Jovem, Corrida da Liberdade, jantar, etc.) saliente-se a participação no jantar dos delegados das Ligas dos Direitos do Homem, que realizaram o seu congresso internacional em Lisboa e se quiseram associar às comemorações da Revolução dos Cravos.

Para além do convívio no jantar, realizado dia 24 nas instalações da FIL, integraram-se no desfile popular que, no próprio dia 25 de Abril, em Lisboa, desceu a Avenida da Liberdade.

Nestas comemorações populares, a intervenção no Rossio foi proferida pelo militar de Abril, coronel António Rosado Luz, cuja publicação aqui fazemos. ■

COMEMORAÇÕES POPULARES EM LISBOA (COMÍCIO NO ROSSIO)

Podem contar connosco

ANTÓNIO ROSADO DA LUZ

I
VIVA O 25 DE ABRIL! Hoje é dia de festa! Celebra-se o dia da liberdade! As celebrações têm dois momentos: a festa; a reflexão. A festa está muito boa. Sentimo-nos sempre bem neste desfile: porque estamos juntos; porque sentimos este calor de fraternidade; porque encontramos aqui velhos companheiros e companheiras de luta; porque continuamos a cantar com alegria as nossas velhas canções e a gritar com força as nossas palavras de luta; porque nunca desistiremos; e porque os nossos camaradas podem sempre contar connosco.

II
Chegou agora o momento da reflexão. Estamos aqui hoje uma vez mais a celebrar, porque a liberdade é um valor essencial da nossa vida em sociedade que nos é muito caro.

Só damos valor a algo quando o perdemos. E a liberdade andou muito tempo perdida. Custou-nos muito reconquistá-la. Já não a quisemos de vós, mas aos vossos pais e avós. Por isso, não a queremos perder nunca mais.

É por isso que a festejamos, celebrando a data em que a alcançámos, faz exactamente hoje, 33 anos.

É muito importante que insistamos em aqui voltar todos os anos. Porque a liberdade, que para muitos de vós, é algo de natural, que nos é dado gratuitamente, tal como o ar que respiramos... na realidade não o é.

Pelo contrário, não só custou muito a alcançar, como pode perder-se novamente se não a soubermos manter.

Hoje, o sol da liberdade brilha com fulgor. Mas há nuvens negras no horizonte e só as podemos manter afastadas, se insistirmos em fazer sempre deste dia um dia de festa. Se fomos muitos, muitos mil, para continuar Abril e se, tal como hoje, voltarmos a encher a Avenida da Liberdade e todas as avenidas e praças deste país.

III
Celebramos hoje igualmente a Democracia. Porque foi a liberdade conquistada que nos permitiu alcançá-la. Porque não há uma sem a outra.

Tal como acontece todos os anos, já hoje de manhã assistimos, directamente ou pelas televisões, às celebrações solenes e oficiais do 25 de Abril, da iniciativa dos vários órgãos do poder político democrático.

A festa foi digna, houve, como habitualmente, hinos, desfiles, foguetes e discursos. Estiveram todos muito bem. Fizeram o que lhes

competia, pois são os nossos representantes e é para isso que lhes pagamos.

Por este lado, não há nada mais há a dizer.

IV
Em democracia, o poder, o verdadeiro poder, reside nos cidadãos, no povo, em cada um de nós. O poder somos nós!

É fundamental que nunca o esqueçamos, porque senão, não faz sentido andarmos a cantar pela Avenida abaixo que somos livres.

Mas democracia significa também igualdade: igualdade de direitos e igualdade de oportunidades. Em democracia, cada um de nós, jovem ou velho, pobre ou rico, homem ou mulher, analfabeto ou engenheiro, crente ou ateu, detém, uma parcela de poder, exactamente igual à do vizinho, qualquer que seja ele.

Por isso mesmo, democracia significa ainda, responsabilidade, da qual nenhum de nós se pode eximir.

A reflexão que neste dia se impõe é a de nos interrogarmos sobre o que é que nós temos feito com a liberdade que conquistámos há 33 anos?

Como é que temos utilizado nestas 3 décadas, o poder que cada um de nós detém.

Façamos então o balanço.

É já um lugar comum dizer-se que o país de hoje nada tem a ver com o de há 33 anos. Acabou a guerra e o sistema colonial, vivemos em democracia, o país está desde há 20 anos integrado na União Europeia e é inegável o progresso económico, relativamente a 74.

Continua no entanto a haver quem argumente que o 25 de Abril foi, não só desnecessário, porque o regime de então evoluiria naturalmente no sentido este lhe impôs, como contraproducente, pelos sobressaltos que gerou, e pela sequelas que deixou.

Claro que sabemos que, quem assim argumenta, se esquece, ou se faz esquecer, que a criação e a eternização daquele regime retrógrado, ditatorial e criminoso, foram feitas em benefício dos interesses de grupos, de classes sociais e de pessoas, que entretanto se foram travestindo de democratas, virgens e mártires.

Mas já passaram três décadas. Vivemos hoje em democracia e não nos move qualquer ressentimento. Várias gerações lutaram muito tempo, para que chegasse o dia em que todos, sem excepção, vivéssemos num sistema político, no qual, os naturais conflitos sociais fossem dirimidos através de mecanismos democráticos.

No entanto, não podemos permitir, que nos apaguem a memória e que se faça o branqueamento da história do fascismo. Porque a democracia é uma construção frágil, e o fascismo não apareceu por alguma maldade intrínseca de pessoas ou grupos. Pelo contrário, ele surgiu em

circunstâncias concretas e especiais da luta de interesses económicos, sociais e políticos, entre grupos, franjas e classes sociais, num dado estágio de desenvolvimento da nossa economia e da nossa sociedade. E não há nada que nos assegure, que ele não volte a surgir, noutras circunstâncias.

É hoje, há muitos indicadores que nos deixam apreensivos.

É por isso que interessa reflectirmos, aqui, sobre os tempos que vivemos.

V
Portugal está hoje política e economicamente integrado na União Europeia. É um vasto espaço de 500 milhões de habitantes, no qual o sistema político é a democracia liberal e o sistema de relações económicas e sociais dominante é o capitalismo.

Tanto um como o outro são sistemas com dinâmicas muito próprias.

Um dos princípios básicos da democracia é o do primado do político sobre o económico. Sem igualdade de direitos e de oportunidades não há democracia e sabemos a que conduz um sistema em que há uns que são mais iguais que outros.

Ora, uma condição necessária para a preservação de formas democráticas de governo, é um empenhamento democrático, cada vez mais largo e a existência de uma cultura democrática. Desta forma, a sobrevivência da democracia, exige uma dinâmica, no sentido de mais democracia e não no sentido contrário.

Quanto ao capitalismo, a questão é mais complexa. Na sua dinâmica espantosa, o capitalismo bateu no fim do mundo. Já não há mais mundos para conquistar. O sistema estendeu-se ao planeta. Entrámos numa nova fase, cuja palavra de ordem é: globalização.

Há duas perguntas que têm ocupado o mundo nos últimos tempos. A que mais nos tem ocupado, é a de sabermos, quais as consequências desta nova fase do capitalismo, para nós, quer como sociedade, quer como indivíduos. A segunda, muito mais preocupante, mas que tem sido relegada para um plano inferior, é a de se saber, se este actual estágio de desenvolvimento do sistema económico e social dominante é compatível com a democracia.

VI
Comecemos pelas consequências da globalização.

Embora ande tanta gente a falar sobre globalização, é importante recordarmos alguns aspectos essenciais.

Aqueles que detêm grandes fortunas, preferem colocá-las, em qualquer bolsa do mundo,

porque, hoje, a liberdade de circulação dos fluxos financeiros é total e porque, a sua rentabilidade, é três a quatro vezes maior, do que seria, se a investissem na indústria.

Desta forma, é o sector financeiro que domina as economias nacionais e a economia mundial.

Aqueles que ainda se mantêm no sector industrial levam as suas indústrias para a China, onde ganham o dobro, ou o triplo, em razão do baixo custo da mão-de-obra. Consequência disto tudo: desemprego.

Os produtos fabricados na China, entram, depois, na Europa, mais baratos que os cá fabricados, porque aqui, os direitos sociais dos trabalhadores, ainda são importantes (embora, por este motivo, estejam cada vez mais ameaçados). Consequência: fecho de empresas e mais desemprego.

A globalização faz assim, uma "triagem" permanente, entre o capital e o trabalho. Como o capital, tem sempre mais mobilidade que os homens é o capital que ganha.

Hoje, tal como aconteceu no século XIX com os grandes bancos, os fundos privados dos mercados financeiros, têm na sua mão, os destinos de muitos países e da própria economia mundial, ditando as suas leis aos Estados. O global impõe-se ao nacional e a empresa privada ao Estado.

O único actor de desenvolvimento é a empresa privada, que é a única reconhecida como competitiva, à escala internacional. É ela a realidade única, em torno da qual nos devemos hoje reordenar.

Eis pois a nova ordem!

A enorme dinâmica do capitalismo é baseada na desigualdade. No último século, a nível mundial, o fosso entre os rendimentos, da faixa dos mais ricos para a dos mais pobres, alargou-se, de 1:20 para 1:100.

Mas, com as duras lutas dos trabalhadores nos países mais desenvolvidos e com o constante aumento da produtividade, foi possível criar um novo modelo de Estado, o Estado Social, que passou a intervir na esfera económica e social, promovendo uma redistribuição mais justa da riqueza produzida. Isto correspondeu a um aumento global do nível de vida nesses países, como nunca até então tinha acontecido.

O capitalismo cresceu sempre em dois sentidos, simultaneamente: em extensão e em intensidade.

A globalização marca o fim da fase de crescimento extensivo.

Para continuar a garantir as elevadas taxas de crescimento dos lucros, o mercado tenta agora, por todos os meios, alargar o seu perímetro de intervenção, em detrimento do Estado.

Por toda a parte se multiplicam as privatizações, transferindo para o sector privado, fragmentos do património público, quer sejam empresas, quer sejam serviços. Aquilo que era gratuito ou barato, e que, em resultado de tantas lutas de muitas gerações, estava à disposição de todos os cidadãos, passa a ser pago, ou muito mais caro.

Esta regressão social, atinge, sobretudo, as classes sociais mais pobres, porque os serviços públicos são o património, daqueles que não têm património. Esta nova ordem quebra assim, a solidariedade, no seio dum mesmo país.

Chega-se desta forma ao divórcio, entre o interesse da empresa e o da colectividade nacional, entre a lógica do mercado e a da democracia.

A globalização constitui, uma imensa ruptura económica, política e cultural e impõe esta ideologia neoconservadora, a todo o planeta.

VII

Em Portugal passa-se o mesmo, mas a situação é complementada com alguns factores agravantes.

- Para começar, o estágio do nosso desenvolvimento económico e social, é bem mais atrasado do que o da média europeia e continuamos a divergir;
- O nosso grau de desigualdade, entre as classes mais alta e mais baixa de rendimentos, é o mais elevado entre todos os países da União e tende a crescer continuamente, mostrando bem a situação em que ainda se encontram as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa.
- Atravessamos uma acentuada crise económica e social, caracterizada por reduzidas taxas de crescimento económico e por um elevado desemprego, que atinge sobretudo as faixas extremas da pirâmide de idades, que são exactamente as mais frágeis;
- Esta crise é estrutural e não meramente conjuntural, pelo que, mesmo com políticas e reconversões acertadas do aparelho produtivo, só a médio ou longo prazo se poderá inverter, pelo que, os próximos tempos tenderão a provocar muita crispação e preocupação;
- O Estado, ele próprio, atravessa uma grave crise financeira, para cuja resolução são pedidos grandes sacrifícios a todos nós;
- Esse esforço está a ser muito desigual e quem mais se está a sacrificar, é quem menos capacidade tem para o fazer;
- Aos sacrificados, ainda é imposta a humilhação e o vexame suplementares, de terem que ouvir afirmações, de que não se podem exigir sacrifícios aos ricos, senão eles vão investir junto dos nossos concorrentes, como que numa

sádua "palavra de ordem": "os pobres que paguem a crise" (crise que eles não criaram);

- A reconversão do Estado, que já se sente e se pressente, está a ir, tal como em todo o mundo capitalista, no sentido do fim do Estado Social. Os mecanismos de redistribuição do rendimento, em favor das classes mais desfavorecidas, ir-se-ão extinguindo, até sua completa desaparecimento, passando a regulação totalmente para o deus mercado. Os resultados que daí virão serão muito mais graves entre nós, pelo baixíssimo limiar em que se encontram as nossas camadas mais desfavorecidas;
 - Ao Estado, apenas restarão as funções de soberania. Como a nossa soberania externa é a que conhecemos, restarão as de soberania interna. Soberania de quem, e imposta a quem? A resposta não nos parece muito difícil;
 - E isto acontecerá inexoravelmente, se não formos capazes de exercer o nosso poder soberano de forma a evitá-lo;
 - A alternância democrática funciona, mas os seus efeitos, em termos de melhoria de perspectivas, teimam em não se fazer sentir;
 - Tem-se desenvolvido, ao longo dos anos, uma estreita mancha, entre, titulares de órgãos de poder político democrático e o sistema económico dominante, situação que atravessa transversalmente a maioria das cores políticas, constatando-se que, a mais bem remunerada profissão nacional, é a de ex-titular de um cargo público;
 - Estes factos têm provocado, um crescente alinhamento dos cidadãos, relativamente ao exercício do poder democrático que detêm.
- ## VIII
- A questão que se levanta agora é: será que toda esta dinâmica é compatível com a democracia?
- A tese, da compatibilidade natural, entre o sistema capitalista e a democracia liberal, nunca foi universalmente aceite. E os que a negam não são apenas os autores marxistas. Muitos analistas, de tradição liberal, têm mostrado, que as condições de reprodução a longo prazo, de uma sociedade capitalista, são contrárias a essa compatibilidade.
- Embora sejam muito importantes para fundamentar bem as nossas convicções, não sentimos uma necessidade absoluta de grandes teses, pois elas não fazem mais que constatar o óbvio, dada a brutalidade daquilo a que estamos a assistir diariamente.
- Desta não compatibilidade resultam três corolários:
- 1.º) Ou o capitalismo acaba com a democracia ou a democracia acaba com o capitalismo.
 - 2.º) Os democratas consequentes vão ser postos perante a opção, de ter que lutar cada vez



Em Lisboa, o desfile desceu a Avenida da Liberdade

COMEMORAÇÕES POPULARES EM LISBOA (COMÍCIO NO ROSSIO)

Podem contar connosco

mais pela manutenção do sistema democrático, ou serem responsabilizados, pela passividade com que assistem ao seu colapso; 3.º) Essa luta tem que ser travada com um tipo de armas e de organização, completamente novos, porque, as do outro lado, são muito mais "sofisticadas", e eficazes, do que aquelas que nós, ou os nossos pais e avós, já conhecemos.

IX

Uma faceta característica do actual estágio de desenvolvimento deste sistema dominante, que entre nós surgiu há pouco mais de duas décadas, é a "doutrina do sucesso". O valor ideológico essencial, que é apresentado à sociedade, é o sucesso.

Na ausência de melhor definição ter sucesso, é simplesmente ter riqueza ... e mostrá-la. Como esta doutrina não cobre a forma como essa riqueza se atinge, os fins passam a justificar sempre os meios.

E como é que esta doutrina se articula com a nossa vivência num sistema democrático?

Em democracia, e para mais num sistema republicano, a política só tem sentido como "serviço do povo", como "causa pública", como dedicação ao "bem comum".

A base, em que assenta o funcionamento do sistema democrático, é constituída pelos partidos políticos. É neles que se inscrevem os cidadãos que se querem dedicar à causa pública. Cada partido, corresponde, à expressão, de uma determinada maneira de ver o homem, a sociedade e o mundo e, à luz dessa ideologia, ele propõe aos eleitores, uma dada forma de organizar a sociedade. E é no confronto entre os vários partidos políticos, que se organiza a luta democrática pelo poder político. Só que ideologia do sucesso passou para a esfera da política, e envisionsse significativamente tudo isto.

Assiste-se hoje, com uma frequência indesejada, à utilização da política, como mera plataforma para o enriquecimento privado pessoal,

através de mecanismos de corrupção e comércio. Surgem casos flagrantes de mancebia entre o poder político e o económico.

Os partidos políticos são cada vez mais vistos como agências de empregos, como centros de um obscuro jogo de poder, em que se misturam interesses económicos, mesmo contranatura relativamente às ideologias exteriormente propagadas.

No jogo político, o confronto de princípios e a ética democrática, estão a ceder o lugar, à luta pelo interesse privado pessoal e imediato. Passou a valer tudo: intriga, difamação, predomínio do virtual sobre o real e, sobretudo, a utilização das mais modernas e sofisticadas tecnologias de manipulação de massas.

Estamos perante uma situação preocupante. É que não há democracia sem políticos, sem partidos políticos e, muito menos, contra os partidos políticos.

Na resolução desta situação, a palavra e a acção, têm que ser devolvidas aos cidadãos, pois

são eles os verdadeiros detentores do poder. Só eles podem resolver uma situação, cujos efeitos é sobre eles que recaem.

Até agora, essa ação tem simplesmente sido a demissão: abstenção, desinteresse na participação cívica e enfraquecimento das organizações sindicais e populares de base.

Ora é isto exactamente que corresponde aos objectivos dos grupos e classes sociais que dirigem o sistema dominante. O poder nunca cai à rua. Se os cidadãos deitam fora o poder que lhes foi transmitido, em resultado de tantos séculos de luta, de tantas gerações, outros o apanharão.

Mas esta polémica, acerca da legitimidade dos eleitos, não se passa apenas entre nós. Ela existe, há mais de 30 anos, em todas as chamadas sociedades desenvolvidas e as suas razões são muito mais fundas.

Os chamados "cientistas" do pensamento político dominante, dão para esta polémica explicações políticas, económicas ou institucionais. Chegam a argumentar que as questões com que se defrontam, nos nossos dias, as sociedades, são demasiado complexas para que os cidadãos comuns as possam entender. E, os mais condescendentes, até admitem que as falhas, até podem ser de "comunicação".

A particularidade comum destas análises é que, para elas, o que há, é simplesmente uma "mudança de paradigma", na direcção de uma «pós-democracia», o que é uma forma muito concreta de dar aval ao fim «desta» democracia, ou dizer simplesmente que a democracia não serve os seus interesses.

E, na realidade, a intensa confrontação política que caracterizava o combate democrático até aos anos 80 cessou. Como exemplo, os actuais debates eleitorais são de uma sensorial anestesia. É tudo virtual. Nada de real, nada de importante se discute. É só marketing e folclore de imagem, em torno de questões menores. Não interessa o que se diz. Apenas interessa "o ar" com que se diz.

Há uma intensa pressão dos interesses mundializados e uma total ausência de coragem política. Mas há algo muito pior!

Que é a aceitação, pela classe dirigente (tanto de esquerda como de direita), dos argumentos justificativos de uma visão única e fatal do mundo.

Cavou-se assim um fosso ideológico entre o povo e os seus representantes. De um lado, há cidadãos que desejam ser representados, desejam ter porta-vozes políticos. Do outro, as "elites", consideram que, são elas quem sabe o que é o bem comum; consideram-se portadoras dum "interesse geral", de essência quase imane, inclusive contra os seus próprios concidadãos.

A legitimidade, já não provém, portanto, do povo.

Há, desta forma, uma evolução aristocrática dos responsáveis políticos modernos, que se submetem aos constrangimentos das forças dominantes, contra as reivindicações populares, evolução essa, que se constata na própria semân-

tica: responder ao povo é agora ser populista e falar de soberania popular é ser soberanista. Isto configura um verdadeiro golpe de estado histórico. Enquanto que, em democracia, os cidadãos julgam os responsáveis, na pós-democracia são os responsáveis a julgar os cidadãos.

O Sr. Jospin, após ter sido afastado da segunda volta das eleições de 2002, dizia que "tínhamos que acabar com a complacência para com cidadãos que não cumpriam o seu dever cívico". E o Sr. Blair, perante a rejeição manifestada pelo povo britânico, relativamente à guerra do Iraque, declarava que "esta se devia a uma compreensível emoção, mas que ela não tinha qualquer importância política".

Desta forma, a abstenção crescente às eleições, não é um sinal de desafeacção relativamente à democracia, mas sim, a consequência natural, do enfraquecimento da soberania popular.

X

Este é o retrato do mundo dos nossos dias e do nosso país, feito neste dia em que são passados 33 anos sobre o 25 de Abril.

Perante isto, que fazer?

A primeira coisa que temos que fazer é a definição dos campos. Quem somos nós, e quem está do outro lado?

Daquilo que neste dia se trata, o nosso campo é claramente o campo da democracia. É isso que celebramos e é por isso que aqui viemos.

Mas a questão é que, hoje em dia, só há democratas. Faz-se tudo em nome da democracia, mesmo aquilo que nada tem a ver com ela.

Ora, definir é limitar. Quando cabe tudo numa definição, ela deixa de servir como tal. Teremos então que trazer o dicionário, para verificarmos se estamos todos a falar do mesmo.

A lista é infindável, mas a nossa concepção de democracia tem claramente que conter

conceitos como os de: solidariedade, fraternidade, responsabilidade, equilíbrio, harmonia, ética, paz, tolerância, contenção, respeito pelo homem, quer como indivíduo, quer como sociedade, respeito pelos valores universais do homem, respeito por todos os povos, raças e credos, respeito pelos "outros", mesmo e sobretudo, se adversários, pela natureza e pelo ambiente, respeito para com as gerações passadas e, sobretudo, para com as gerações futuras.

Provavelmente faltaram muitos elementos para uma mais completa definição, mas estes, já "dão o tom", para sabermos, quem é que está e quem não está nesta margem.

Definidos os campos, a segunda questão é a de sabermos, face à situação descrita, e uma vez que em democracia é em nós que reside o poder, o que devemos fazer?

Ir embora e voltar cá para o ano?

É muito bom mas não chega.

Sem querer plagiar um conhecido *entertainer* televisivo dominical podemos perguntar e responder:

A situação é preocupante? É!

Há ameaças sobre o nosso sistema democrático? Há!

Exige que façamos alguma coisa, para além de protestarmos, de empurrarmos a bola para os outros e de aqui vírmos uma vez por ano? Exige! Então qual a solução?

Não a tenho nem nenhum de nós a tem. Apenas tenho três pistas para a encontrar.

A primeira, é que em democracia, há sempre solução. Fora da democracia, não há.

A segunda, é que a solução, só pode ser encontrada pelo esforço conjunto e democrático de todos nós.

A terceira, é que podem sempre contar connosco. Nós estaremos sempre na primeira linha desta luta.

VIVA O 25 DE ABRIL!!! ■



Pausa para descansar

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

Vencer o medo

A REVOLUÇÃO do 25 de Abril de 1974, por tudo o que teve de emancipador e pelos caminhos que deixou em aberto às opções, tanto políticas como ideológicas, dos portugueses, faz parte indissociável do património institucional, cultural e até afectivo de todos eles.

Há 33 anos os Portugueses, depois de um longo processo de luta, acordaram livres e, deixando para trás os 48 anos de repressão e os 13 anos de guerras coloniais, assumiram a Liberdade e, em tempo de todos os sonhos, travaram todas as lutas, realizaram muitos desejos. Foi o tempo do fim da guerra e da construção da paz.

Comemorar anualmente aquela data assumiu, por isso, o carácter de uma reafirmação de confiança nos valores que restituiram a dignidade individual e colectiva aos cidadãos e lhes deram o consequente direito de escolher os caminhos colectivos por que melhor entendam enveredar.

O 25 de Abril identificou-se naturalmente, no imaginário comum, com a ideia de Liberdade. A Liberdade factor de emancipação, a Liberdade condição inalienável para vencer as injustiças e para alicerçar as bases de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

A liberdade representa, de facto, o vector tendencial a que deve obedecer a arquitectura do Estado e os direitos dos cidadãos plasmados na Constituição do país. Dada a sua natureza primordial, ela terá de estar subjacente em todos os dispositivos instrumentais que regem a sociedade e a respectiva auto-regulação fazer-se sem atentar contra os direitos essenciais de quem quer que seja, nomeadamente dos mais desfavorecidos.

É sobre a Liberdade, que obtivemos, que temos construído a Democracia. Sem ela estaríamos pior, ainda que seja pouco compreensível como foi possível, passados mais de 30 anos de Democracia, defrontarmo-nos com as actuais dificuldades. Mas, como a responsabilidade da construção da Democracia foi de todos, também a sua renovação, o seu aprofundamento e melhoramento não podem deixar de caber a todos.

A Constituição da República Portuguesa, independentemente das leituras a que a sua prática possa estar sujeita, assenta numa matriz progressista. O projecto social que lhe está subjacente, em que a componente da justiça social tem um peso determinante, só será concretizável por sucessivas aquisições ao longo do tempo, consoante as conjunturas tanto políticas como socio-económicas, internas e externas, o permitirem.

É portanto à luz de uma dimensão temporal de média duração que os julgamentos políticos acerca dos poderes instalados se reverterão de um carácter bem fundamentado. Esse reconhecimento não invalida, antes estimula, a luta política de todos os dias, já que dela depende a visibilidade dos objectivos mais distantes a atingir e a própria vitalidade da democracia, que se alimenta do contraditório e dos conflitos de ideias e de interesses.

A liberdade auto-regulada é pois o denominador comum que deverá informar todos os comportamentos sociais. O seu limite superior corresponderá ao princípio de nunca consentir

que a liberdade sirva para atentar contra a existência da própria liberdade.

Numa altura em que, por força dos descontentamentos inerentes à situação difícil que o país atravessa, começam a aflorar aqui e ali algumas manifestações saudosistas de um autoritarismo, do racismo e da xenofobia que a revolução dos cravos parecia ter extirpado, nunca será demais permanecermos atentos aos fenómenos que tais sintomas traduzem.

Ao comemorar Abril, mais do que relembrar os pormenores da acção e os seus autores, importa relembrar a miserável situação do país que levou à necessidade de uma ruptura como foi o 25 de Abril.

É imperioso evitar que novas situações semelhantes se criem, pois, sabemo-lo por experiência própria, é sempre mais fácil deixar degradar as instituições, do que, mais tarde, recuperá-las.

E, se queremos que o 25 de Abril se mantenha com a perenidade que se deseja, não queremos que seja necessário que outro 25 de Abril se torne indispensável.

Durante a segunda grande conflagração mundial Roosevelt caracterizou uma das etapas da luta pela liberdade, em que os países aliados estavam envolvidos, como a de uma luta contra o medo. Tal como no passado, importa que todos os democratas se empenhem na luta por uma sociedade liberta de medo.

Na actualidade, por mor da mundialização desregulada que se instalou em toda a parte e de que Portugal, até pela sua pequena dimensão, também é objecto, incide sobre os cidadãos um clima pesado de insegurança e de instabilidade. O medo gerador de angústia colectiva quanto ao porvir imediato, a obscuridade quanto ao futuro e quanto à estabilidade dos empregos, dentro de condições mínimas de dignidade e mesmo de sobrevivência, está a originar um clima social depressivo. Vencer o medo, nas presentes circunstâncias, pressupõe restabelecer os laços de solidariedade entre os diversos segmentos da nossa sociedade e reafirmar o compromisso de manter o modelo do Estado Social de harmonia com o carácter redistributivo que o caracteriza. Há que, nesse contexto, persistir no desenvolvimento das nossas potencialidades para estimular a economia. Isso passa por uma aposta na valorização educativa do povo português e por uma deliberada correcção dos desequilíbrios estruturais de que a nossa terra continua a padecer. E passa, sobretudo, por compenetrar os homens e as mulheres deste país de que a sua emancipação e a sua dignidade constituem os objectivos permanentes de uma política cuja substância só a eles cabe, em última instância, seguir e acatar.

Confiante na nossa capacidade colectiva, a Associação 25 de Abril reafirma a sua vontade em contribuir para um Portugal cada vez mais livre, mais junto, mais fraterno e em Paz.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal! ■

Abril de 2007

HOMENAGEM DA CIDADE

Medalha de Ouro de Santarém para Fernando Salgueiro Maia



A Câmara Municipal de Santarém decidiu atribuir a Medalha de Ouro da cidade a Salgueiro Maia, numa cerimónia, em que participou a AOFA, tendo o seu presidente, coronel Alpedrinha Pires, pronunciado o discurso que a seguir se transcreve.

Sr. Presidente da Câmara Municipal Santarém, Sra. D. Natércia Salgueiro Maia, Minhas senhoras e meus senhores:

A Associação de Oficiais das Forças Armadas, por mim aqui representada, na qualidade de presidente, acompanhado por outros camaradas, decidiu, em reunião do seu Conselho Nacional, festejar o 33.º aniversário da revolução de 25 de Abril, escolhendo, como acção principal, vir a Santarém, homenagear o nosso camarada Salgueiro Maia, herói de Abril e oficial como nós.

E sendo a primeira iniciativa pública do colectivo que representamos em relação a esta data histórica, pretendemos que ela seja vista como um gesto de harmonia e respeito inter-geracional pela nossa história contemporânea aos olhos do interesse nacional.

Bem-haja Sr. Presidente por nos ter proporcionado esta oportunidade.

Recordamos, hoje e aqui, toda a generosidade, honradez, competência, sangue frio, lealdade e sobriedade demonstradas pelo capitão Salgueiro Maia, durante a acção revolucionária que veio pôr fim ao antigo regime ditatorial e

devolveu a liberdade e dignidade ao povo português, traços vinculados de um carácter que o impuseram aos seus pares, pese embora a modestia de que sempre deu mostras. Mas recordamos também o grande comandante, que demonstrou ser também depois do 25 de Abril, como exemplo de um profissional altamente competente e com uma vasta cultura, constituindo-se num líder e num exemplo para o futuro do país e para as gerações vindouras.

Bem-haja senhora D. Natércia Salgueiro Maia por ter pactuado com as ideias do seu marido, possibilitando a execução de várias reuniões do Movimento de Capitães em sua casa, embora sabendo os riscos que corria caso fosse descoberta essa acção.

Recordo, hoje e aqui, que há 33 anos, Salgueiro Maia e os seus camaradas eram todos jovens. Viviam no tempo em que "o sonho comandava a vida", mas sem que isso embotasse a capacidade de decisão e o sentimento de responsabilidade cimentado na experiência que foram acumulando.

O país estava de luto.

▶ HOMENAGEM DA CIDADE

Medalha de Ouro de Santarém para Fernando Salgueiro Maia

A "primavera marcelista" constituía um logro e uma oportunidade perdida, pois embora tivesse permitido um certo abrandamento da censura, que assegurou a publicação de artigos de opinião sobre a questão da Guerra de África, a verdade é que a opinião pública e o poder económico não acreditaram em Marcelo e o poder político não arranjou solução para pôr fim a um conflito que já durava há 13 anos, pelo que, mais uma vez, os militares se viram compelidos a resolver a crise.

Os capitães, que já tinham comandado companhias, na Guerra de África, e sofrido na pele os seus dissabores, começaram a reunir-se para analisar a situação vivida, e criaram o Movimento de Capitães, que mais tarde originou o Movimento das Forças Armadas e fez o pronunciamento militar de 25 de Abril, celebrado como a revolução dos cravos.

Mais uma vez os Oficiais das Forças Armadas desempenharam um papel decisivo nos destinos de Portugal, resolvendo a crise para a qual

a classe política não tinha soluções e indo deste modo ao encontro do sentir profundo do povo português.

Bem-haja Salgueiro Maia, por ter comandado a coluna que saiu de Santarém e soube estar no lugar certo à hora certa, cumprindo os objectivos a que se tinha proposto, honrando e dignificando o Exército Português ao restituir ao povo a sua liberdade e os seus direitos. Bem-haja Salgueiro Maia por ter sabido ter o seu dia.

O dia em que, como Oficial, decidi, por imposição da dignidade e da isenção que o enformavam, cumprir o principal papel de cidadão-fardado: zelar pela liberdade e pelos direitos de cidadania do Povo Português.

Bem-haja senhora D. Natércia, por tudo o que apoiou.

Bem-haja o amigo e camarada Salgueiro Maia. É e será sempre eterno... Os oficiais de hoje saberão honrar o seu legado!

Viva o 25 de Abril... Viva a Democracia... Viva a Liberdade... e Viva Portugal... ■

Maia

Por mais que tentem vilipendiar o dia em que devolveste a soberania ao Povo a que pertences e juraste defender nada, nem ninguém apagará da História o que fizeste e conseguiste embora outros a seguir hajam traído a oportunidade que lhes deste.

Álvaro Fernandes
25 de Abril de 2007

Festa Jovem em Almada

No dia 28 de Abril decorreu no Complexo Municipal Desportivo "Cidade de Almada" a já tradicional Festa Jovem, organização conjunta de A25A, CM Almada, FP de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Assoc. de Ginástica de Lisboa e Assoc. de Ginástica do Distrito de Setúbal. Viveu-se nesse dia um verdadeiro ambiente de festa, voltado e inteiramente para as camadas mais jovens, e por elas executada, mediante as actuações de diversas entidades, oriundas de vários pontos do País, que não quiseram deixar passar em claro mais um aniversário do 25 de Abril, esse Abril que abriu, entre outras portas, as da liberdade de reunião e de participação e as do poder autárquico. Da longa lista de associações, houve representações de lugares tão dispares como o Bombarral, Mexilhoeira Grande, Frielas, Queluz, Feijó, Vialonga, Vale de Figueira, Sintra, Rio Seco, Oriental de Lisboa, Seixal, Amadora, Miratejo e Almada, através de associações de cultura e recreio, de escolas ou órgãos autárquicos, todos juntos nesta festa. A que não faltou também o Colégio Militar, através da classe de mesa alemã. A organização foi impecável. Cumpriu-se assim o que já vem sendo tradicional: a nossa presença numa festa dedicada aos que terão a seu cargo a tarefa de continuar a construção de um Portugal democrático, mais justo, mais humano, mais próspero. NSC

Comemorações no Porto

A exemplo dos últimos anos, a Delegação do Norte da Associação integra, em conjunto com outras Instituições da cidade e do distrito, a comissão organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril, cujo programa incluiu, no dia 24, um espectáculo musical na Praça General Humberto Delgado, onde actuaram o Grupo Índico, Jorge Lomba e o Coral de Letras da Universidade do Porto e foi prestada uma homenagem a Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira.

Já no dia 25, ocorreu a homenagem aos resistentes antifascistas, no Largo Soares Reis (junto às instalações da ex-PIDE/DGS) e o Desfile da Liberdade que cumpriu o percurso até à Praça General Humberto Delgado, a que se seguiu a Festa Popular.

Um representante da nossa Associação leu na tarde do dia 25, no palco instalado na baixa portuense, a mensagem da A25A.

Jantar de oficiais em Guimarães

Como é da tradição, mais uma vez muitos dos oficiais da zona norte do país e respectivas famílias se juntaram no dia 25 de Abril no

Hotel da Penha em Guimarães, comemorando a efeméride.

A ementa foi a do costume – mas isso não tem importância. Importante mesmo, é verificar o fervor com que os presentes cantam a Grândola, cada vez mais afinados.

Terminou-se com o Hino Nacional, após o que cada um abalou para o seu destino com a felicidade espelhada no rosto.

Ryanair oferece 600 bilhetes

A Ryanair organizou esta quarta-feira uma acção de rua em que desafiava o público a comparecer de cravo ao peito, numa praça de Madrid, onde se ofereciam bilhetes com destino aos aeroportos de Faro ou do Porto, por ocasião das comemorações do dia 25 de Abril em Portugal.

O resultado foi a oferta de mais de 600 bilhetes gratuitos, excluindo taxas, junto de um público que conhecia melhor os destinos turísticos da companhia aérea irlandesa, que a revolução que após o Estado Novo.

A iniciativa teve lugar na praça de Santa Ana, em Madrid e, para a responsável de vendas na Península Ibérica, Maribel Rodriguez, foi um êxito, tendo conseguido entregar mais do dobro dos bilhetes previstos. ■

LATITUDE: 37°06'N; LONGITUDE: 08°40'W

Soltar amarras em Abril



Clarinda Veiga Pires ao fazer soar o sino

Sábado, 21 de Abril de 2007
Marina de Lagos

JOÃO CALDAS FERNANDES

MAIS DE TRÊS décadas volvidas após a Revolução dos Cravos, imbutidos de um espírito livre e participativo, zarpámos rumo ao conhecimento e ao convívio.

Este é mote de uma viagem a bordo da Caravela "Boa Esperança" organizada pela A25, que largou da Marina de Lagos, com destino nenhum.

A visibilidade era boa, de um lado, uma cidade serena, do outro, "Os Índios da Meia Praia" e, em frente, um mar a perder de vista. Argumen-

tos que se revelaram um convite irrecusável para (re)viver a magia do período das Descobertas.

As manobras ainda na marina cedo trouxeram à participação toda a tripulação, na sua maioria constituída por marinheiros de primeira viagem.

— "Leme 3/4 a Bombordo!", ordenava o Comandante Gravata, qual descobridor de uma expedição de outros tempos.

— "Leme 3/4 a Bombordo!", ecoava uma participante incauta, que entretanto fora dada como voluntária para o posto de repetidora.

— "Leme a 3/4!", retorquia prontamente o marujo Francisco, Lobo-do-mar, ao leme da caravela.

Orientados pelos faróis de São Vicente e da Ponta da Piedade, com o vento de feição, uma equipa de cerca de trinta participantes dirigia-se agora para a barra.

Entretanto, outros "marinheiros de água doce" eram agora chamados a cooperar nas várias tarefas de governo da embarcação.

Por entre molhes e na companhia de torres brancas, a caravela arripiava caminho. O bom tempo marcava presença, tornando a viagem ao largo de Sagres, um momento para, com prazer, desfrutar da excelente vista que um passeio no mar oferece.

A navegar sem rede, já no Oceano Atlântico, o comandante manda desfrialdar as velas para que a caravela possa bolinar. À proa, o navio corta a água, oferecendo-lhe a menor resistência possível. Assim era agora, como há 500 anos.

Entretanto o convívio toma conta do barco. A organizadora do evento, Clarinda Veiga-Pires, é aliada a tocar uma sineta dourada que estava mesmo a pedi-las! Mal sabia a simpática pioneira naquele acto que se tratava de uma partida para que arcasse com a despesa do repasto a bordo.

Na extremidade posterior do navio, à popa, a geóloga Delminda Maria de Jesus Moura, estimulava os resistentes às desventuras da ondulação com informações sobre as formações geológicas da costa do Barlavento.

No convés, os comes e bebes aconchegavam os viajantes que, em amena cavaqueira, trauteavam "E Depois do Adeus". A primeira senha utilizada como sinal para o início das movimentações militares que haveriam de conduzir o Movimento das Forças Armadas à vitória. Também eles aventureiros, prontos a enfrentarem tempestades, naquela madrugada de Abril.

Chegada a hora de arribar. Eis que a bordo da "Boa Esperança" surge a segunda senha da revolução, "Grândola Vila Morena", a que pôs definitivamente cobro à ditadura que havia governado Portugal durante 48 anos.

Como eles, também nós chegámos a bom porto. Quatro horas volvidas e algumas milhas gastas pelo caminho. Contra tormentas (poucas ou nenhuma para ser sincero) e marés tínhamos atacado!

Já no cais de recepção, a estibordo da entrada da marina, a tripulação era unânime, tinha-se comportado com uma exemplar bravura. Exagero, talvez... Um reflexo do espírito de Abril e das empolgadas canções com que a equipa tinha brindado a chegada a Lagos!

Faltava, contudo, a cereja em cima do bolo! Relembrando que os desafios de hoje são os de outrora — quando os portugueses se voltaram para novos mundos — a professora Mariana Teles Fernandes deliciou a plateia que, apesar da chuva ténue mas insistente, se mostrava "firme e hirta como uma barra de ferro".

Concelho da Maia comemora Abril

DO PROGRAMA das comemorações do 25 de Abril no Concelho da Maia destacamos a acção "Parlamento da Maia" que teve lugar na terça-feira, 24 de Abril, pelas 10 horas, no Grande Auditório do Fórum da Maia.

O "Parlamento da Maia" é uma iniciativa que tem como objectivo promover a cultura democrática, de pendor pedagógico, dedicada à comunidade educativa concelhia.

Alunos de escolas secundárias do concelho constituíram-se em "grupos parlamentares" e encenaram o "Parlamento da Maia", onde exercitaram momentos da vida democrática da comunidade

Esta sessão pretende estimular a participação dos jovens, alunos do 3.º ciclo do ensino básico e secundário, na vida democrática da comunidade, proporcionando-lhes uma interacção directa com os protagonistas dos cargos públicos legitimamente eleitos e adquirir uma experiência que os desperte e motive para uma cidadania responsável e participativa.

Os "Grupos Parlamentares" foram constituídos por alunos eleitos nas respectivas escolas,

à razão de dois por turma. Cada aluno/deputado terá direito a votar as propostas de resolução. Cada grupo parlamentar/escola teve de eleger o seu líder de bancada que, por sua vez, teve direito a usar da palavra, em defesa das propostas que o seu grupo apresenta ou subscreve. O líder de cada bancada pode nomear ou submeter a eleição, um porta-voz.

Grupos Parlamentares:

Escola Secundária da Maia; Escola EB 2,3 da Maia; Escola EB 2,3 e Secundária do Castelo da Maia; Escola EB 2,3 Vieira de Carvalho; Escola EB 2,3 de Nogueira; Escola EB 2,3 de Gueifães; Escola Secundária de Águas Santas e Escola EB 2,3 de Pedrouços.

Para além desta iniciativa fizeram ainda parte do programa de comemoração a inauguração de várias exposições no Fórum da Maia:

- Liberdade – trabalhos de arte postal realizados pelos alunos das escolas da Maia;
- Fotografias históricas do 25 de Abril – exposição fotográfica da colecção de Eduardo Gajeiro, com imagens emblemáticas da revolução;
- Cronologia de uma Revolução – exposição da colecção de painéis construídos pelo Instituto Camões, nas comemorações do 25º aniversário do 25 de Abril;
- Painel de Santarém – exposição constituída por uma painel alusivo ao 25 de Abril, pintado por um colectivo de artistas que engloba al-



guns dos mais representativos nomes da pintura contemporânea portuguesa;

- Exposição émero-bibliográfica na Biblioteca Municipal Doutor José Vieira de Carvalho.

Na noite de dia 24 foi exibido no Grande Auditório do Fórum da Maia o espectáculo "Noite da Liberdade", cujos protagonistas foram alunos das escolas da Maia.

Já no dia 25 teve lugar o "1.º Rally-paper 25 de Abril", organizado pela Associação de Pais da Escola Secundária de Águas Santas, com o apoio da Câmara Municipal da Maia. No Grande Auditório do Fórum da Maia foi apresentado o concerto comemorativo do 25 de Abril, pelos alunos e professores do Conservatório de Música da Maia. ■

O Rosto da Revolução

Não sou Poeta eu sei
Tenho pena de o não ser
Mas o que sinto na Alma
Eu vou tentar descrever

Vou falar de um Homem simples
Um Herói desta Nação
Seu nome, Salgueiro Maia
O Rosto da Revolução

Um dos Capitães de Abril
Homem simples deste Povo
Que com outros camaradas
Derrubou o Estado Novo

Foi ele quem enfrentou
As situações mais graves
Homem forte, corajoso
Sempre em frente, sem entraves

De lenço branco na mão
Avançaste de peito aberto
Passo a passo com firmeza
E o perigo sempre mais perto

Enfrentaste o General
Que mandava disparar
Mas tais ordens os Soldados
Não quiseram acatar

Depois foste ao Carmo
Com pujança e valentia
Onde os então Poderosos
Estavam em Franca agonia

E um General apareceu
De Marcelo foi o Patrono
Da Revolução nada sabia
Mas logo quis ser o dono

E conquistado o Poder
Muitos mais apareceram
E aos que ajudaste a subir
Logo de ti se esqueceram

E tu bravo Lutador
Não tiveste muita sorte
E uma maldita doença
Venceu-te. Ele foi mais forte

E a vila de Castelo de Vide
Terra que te viu nascer
Foi ela mas com desgosto
Que acabou por te receber

É tal como um Bom Filho
No regresso a sua casa
E os teus restos lá ficaram
Numa simples campá rasa

Herói da Revolução dos Cravos
Capitão, Bravo soldado
Tinhas direito a Panteão
Se soubesses cantar o fado

E aqui fica a Homenagem
Dum simples Homem do Povo
A este Grande Comandante
Que partiu ainda tão novo

Mário Luís dos Santos Raimundo

Grande festa em Toronto

JOSÉ MARQUES GONÇALVES NOVO

EM 27 DE ABRIL de 2007 voei até Toronto, acompanhado de minha mulher Maria Teresa, para ali comemorarmos com o Núcleo Capitão Salgueiro Maia o 33.º aniversário da "Revolução dos Cravos".

Tive o privilégio de ser o convidado de honra da Associação Cultural 25 de Abril de Toronto, na condição de "Capitão de Abril" e delegado do presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, de quem fui portador de uma mensagem que li à comunidade portuguesa residente no Canadá.

Passados alguns dias do nosso regresso, sinto que demos o nosso contributo com o maior prazer nessas comemorações do 25 de Abril, que se revestiram de grande dignidade e significado, que jamais esquecerei, face ao modo simpático e acolhedor como sempre e em todo o lado fomos recebidos.

Recordo já com saudade o que lá se passou junto das nossas comunidades, tão sequeiras de novidades e de esperanças do nosso país e pretendo agradecer ao Núcleo Salgueiro Maia, na pessoa do seu presidente Carlos Morgadinho todo o apoio, o acompanhamento disponibilizado e a programação atempada para que todos os dias fosse possível visitar locais diferentes e contactar com o maior número possível de portugueses residentes no Canadá, ouvi-los e debater a mensagem de Abril.

Recordo que, logo no dia da chegada, depois de uma rápida passagem pelo Days Inn Hotel, o Carlos Morgadinho disse-me que já estávamos com pouco tempo, pois a Festival Português TV (Portuguese Digital Television) estava a contar connosco para uma entrevista em directo para o telejornal. A entrevista durou cerca de quinze minutos, foi retransmitida vários dias seguidos a horas diferentes, recebi diversas felicitações acerca do modo como tinha abordado o tema do 25 de Abril e foi-me entregue uma cassette contendo a gravação.

Seguidamente houve um jantar informal, num restaurante português, onde me foram apresentados vários elementos da Direção do Núcleo (Dr. Tomás Ferreira, Henrique Santos, Silvino Nazaré, Manuel Martins, Rogério Vieira, Manuel Torrá) as suas famílias e amigos.

No dia seguinte, em 28 de Abril, depois de uma visita guiada pela cidade, realizou-se o jantar convívio comemorativo do 33.º Aniversário do 25 de Abril na "New Casa Abril Restaurant", com a presença de mais de cento e setenta pessoas, onde fui homenageado, na qualidade de Capitão de Abril. Estiveram presentes diversas entidades, designadamente o embaixador de Angola no Canadá, Miguel N'Zau Puna, o representante do cônsul geral de Portugal, Fernando Gonçalves, o representante do edil de Toronto



O casal Gonçalves Novo junto de Tomás Ferreira, Manuel Martins e Rogério Vieira



Os "túnicos" Carlos Morgadinho e Gonçalves Novo



O representante da A25A corta o bolo dos 33 anos do 25 de Abril



O deputado Paulo Ferreira recebe o representante da A25A

vereador, Adam Giambone, o deputado provincial Paulo Ferreira, a deputada federal Olivia Chow e o deputado a nível federal e líder do partido político NDP, Jack Layton, outros deputados provinciais e alguns conselheiros da cidade de Toronto.

A cerimónia decorreu com muita dignidade, muitos discursos, várias entrevistas para as televisões canadiana e angolana, entrevistas para a rádio local e para jornais. Durante o convívio actuaram entre outros a Banda do Senhor Santo Cristo, o Trio Nuno Miller, Sónia Tavares, Victor Martins e a Tuna Luso-Canadiana, tendo sido interpretadas diversas canções ligadas ao 25 de Abril. Foram-nos oferecidos presentes comemorativos do momento e claro o corte dum grande e saboroso bolo de aniversário que foi acompanhado e saudado com uma taça de champanhe por todos quanto enchem aquele salão de festas.

As televisões divulgaram bastante os acontecimentos, tendo os diversos jornais de língua portuguesa dado ampla divulgação ao facto, inclusive como notícia de primeira página, colocando alguns, inclusivamente lado a lado as notícias de "Jaime Gama no Canadá a convite da Câmara dos Comuns" e "25 de Abril, 33 anos de Liberdade e Democracia", com as fotos de ambos e a transcrição dos discursos realizados.

Em 29 de Abril fomos convidados para o almoço dos açorianos da Praia da Vitória, com mais de seiscentas pessoas, onde mais uma vez, na qualidade de Capitão de Abril fui homenageado e muito saudado. Usei da palavra para agradecer o convite e falar sobre o 16 de Março e o 25 de Abril, os seus ideais, o que se conseguiu, a esperança no futuro e a responsabilidade da juventude em continuar a promover a democracia assumindo um papel de luta e desenvolvimento a partir do legado dos capitães de Abril e de outros que nos têm sucedido, no sentido de se resolverem os diversos problemas de ordem social, económica, cultural e política com que nos confrontamos.

Finalizei a minha intervenção fazendo referência aos tempos que passei na ilha Terceira, a

quando do sismo de 1 de Janeiro de 1980, pois tinha sido colocado de véspera no Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo e logo tomei parte na acção de socorro e apoio aos sinistrados e desalojados do terramoto.

A 30 de Abril, dia organizado pelo Henrique Santos e esposa, visitámos a Câmara Municipal, o tribunal, a cidade subterrânea e a zona do grande capital. Foi-nos também possibilitada uma perspectiva global da cidade e das zonas periféricas.

Em 1 de Maio, na companhia do José Carlos Sousa, visitámos a Universidade de Toronto, fomos recebidos pelo doutor Elvino S. Sousa, professor e investigador açoriano, que nos fez uma dissertação sobre engenharia de computadores e a sua aplicação nas comunicações mundiais. O professor Elvino integra a comunidade científica internacional e mantém ligações a Portugal numa área que se encontra em grande desenvolvimento. Depois, fomos levados a visitar a empresa TEL-e Group Corporation Canada, onde fomos recebidos pelo seu chefe executivo, David N. Tavares, que nos apresentou o sistema GLOBESTAR e a sua aplicação na segurança das comunicações e na optimização da gestão dos serviços dos hospitais e de emergência (segundo disse já implementado no bloco operativo de um hospital Português) e nos informou ter sido a sua empresa a escolhida para garantir o controlo da segurança das comunicações e coordenação das acções de apoio aos Jogos Olímpicos da China, em 2008. Esse contrato foi firmado num importante encontro internacional, com cerca de 300 pessoas, decorreu na Ilha de S. Miguel, Açores, e passou despercebido no nosso país, designadamente no Continente, não tendo tido a cobertura dos OCS.

No mesmo dia, fomos convidados a visitar os diferentes membros de uma família de portugueses ali residentes a quem explicámos, especialmente aos mais novos, o que se passou em Portugal na altura do 25 de Abril, o que se conseguiu e o que se pretende para o futuro. Pude



Durante o jantar, entou-se a "Grândola"

assim conhecer com emoção o neto Ricardo e o irmão José Eduardo Sousa, de uma figura pública que conheci enquanto delegado do MFA nas Caldas da Rainha, o Abílio Sousa, à época presidente da Câmara Municipal da Nazaré, conhecido antifascista muito empenhado na modernização da Nazaré e na resolução dos seus problemas de autarca, tais como a construção do porto de abrigo para os barcos de pesca.

Em 2 de Maio, convidados pelo deputado Paulo Ferreira, almoçámos no Parlamento, tendo-nos sido apresentado o "chairman" que nos convidou para assistirmos à cerimónia de entrada e abertura da sessão parlamentar, tendo-nos sido atribuídos lugares na Assembleia, para assistirmos aos trabalhos da tarde. Posteriormente, no decorrer da sessão, foi anunciado pelo "speaker" que na sala estava presente o Sr. Coronel do Exército Português José Novo, com na sua qualidade de Capitão da Revolução de 25 de Abril se encontrava em Toronto, representante da A25A, nas comemorações do 33.º aniversário da "Revolução dos Cravos". De imediato, grande parte da Assembleia aplaudiu de pé, tendo havido gritos de "Vive la révolution !!!". De seguida, foram anunciadas e aplaudidas as presenças de minha mulher, do Carlos Morgadinho, do Manuel Martins e do Bill Gates (que também lá estava a assistir à sessão, porque tinha oferecido dinheiro para uma acção humanitária). Foi um dia inesquecível em que o 25 de Abril além de relebrado foi dignificado pelos diferentes grupos parlamentares e pelo governo de Ontário.

Em 3 de Maio, visitámos as Cataratas de Niagara, onde almoçámos num típico restaurante com uma vista fantástica, mesmo à beira das quedas de água, e ao jantar foi-nos apresentado o presidente da Assembleia Regional dos Açores, Dr. Fernando Menezes, que simpaticamente me deu os parabéns pelas entrevistas e pelos esclarecimentos sobre o 25 de Abril, passados nas televisões, rádio e jornais do Canadá e expressou também um convite para um encontro nos Açores e para visitar a Assembleia.

Grande festa em Toronto

Em 4 de Maio visitámos a "CN Tower". Fomos convidados para jantar ("Amor de Artista, e do portal da internet Venuscreations.ca, para o lançamento de um novo CD para o ano 2007"), no restaurante português Abril em Portugal. Nesse jantar foi mais uma vez oferecido um ramo de flores a minha mulher, como agradecimento expresso pelo Aveleiro Teixeira às mulheres dos Capitães de Abril.

Em 5 de Maio, de manhã, visitámos o mais antigo clube português, no Ontário senão em todo o Canadá, o First Portuguese Club, onde agora funciona um centro de apoio à terceira idade e a escola de Português, encontramos dezenas de crianças de diferentes idades desde pré-escolares a estudantes do 12º Ano, que frequentavam aulas de Português, tomando conhecimento com a língua e cultura portuguesa. Passámos nas diferentes salas e falámos do 25 de Abril e de Portugal. De seguida, guiados pelo director do museu, José Mário Coelho, visitámos o Museu dos Pioneiros, inteirámos-nos do seu conteúdo e assinámos o livro de honra.

Depois tivemos um almoço de despedida com elementos da Direcção, onde também

estiveram presentes Mário Corte Real e a Maria João Lisboa e fomos transportados pelo Carlos Morgadinho e família ao aeroporto.

Chegámos talvez um pouco cansados, mas satisfeitos, com a sensação de dever cumprido e de agradecimento aos compatriotas portugueses residentes no Canadá, em especial à Delegação de Toronto da A25A - Núcleo Capitão Salgueiro Maia, que mais uma vez se esforçou para que tudo corresse com dignidade, mostrando-se dignos de usarem o nome do nosso saudoso companheiro de Abril.

De tudo o que aqui foi relatado, considero que deve ser dada especial atenção ao seguinte:

- O esforço desenvolvido pela Delegação de Toronto para ter sempre presente durante as celebrações de aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, um Capitão de Abril.

- O modo como a comunidade Portuguesa do Canadá e em especial de Toronto mostrou o seu apreço nos festejos de Abril e na recepção aos Capitães de Abril e às suas mulheres, a quem agradeceu os sacrifícios e o apoio prestado à causa, ao longo dos tempos.

- O modo como o Capitão de Abril foi recebido e saudado na Assembleia de Toronto, com a saudação de "Vive la Révolution!!!" e aplauso de pé, por muitos deputados.

- O permanente empenho e acompanhamento dos diversos membros da direcção do Núcleo Capitão Salgueiro Maia, a todos os locais, que possibilitaram um maior contacto com a comunidade portuguesa, o conhecimento dos seus problemas e seus anseios, um maior esclarecimento sobre os ideais do 25 de Abril e a realidade portuguesa.

- As possibilidades de criação de bolsas que permitam a execução de conferências sobre o 25 de Abril, a nível da Universidade de Toronto.

- A necessidade de se manter bem viva a ligação com os portugueses residentes no estrangeiro e ajudar a resolver alguns pequenos problemas que são de difícil resolução quando tratados longe do nosso País.

Foi para mim e minha mulher uma experiência inesquecível, vivemos dias de muita partilha, podemos dizer que estivemos com amigos... ■



A Revolução dos Cravos e os últimos crimes da PIDE

ÁLVARO REBELO

UNCA É DEMAIS recordar como ocorreu a grande Revolução do 25 de Abril de 1974, em particular aos jovens actuais porque não a conheceram directamente.

O regime vigente encontrava-se enfraquecido pelas crescentes acções antifascistas, clandestinas, legais ou semi-legais, e pelas lutas dos povos coloniais que aspiravam à independência.

No entanto, o 25 de Abril não foi um simples golpe de Estado, como por vezes é propagado por manifesta incompetência ou má-fé. Foi de facto uma grande revolução que, por felicidade e muito mérito, decorreu pacificamente.

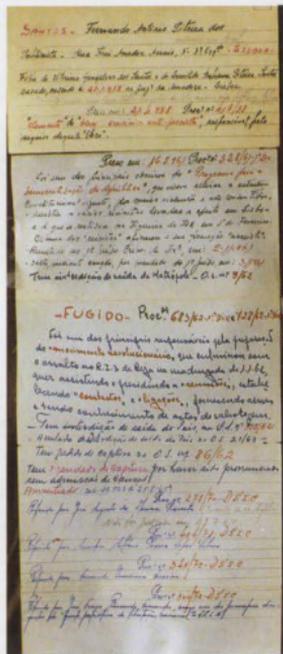
Na minha modesta opinião de observador, esse mérito resultou da conjugação de variados factores decisivos, entre os quais julgo correcto destacar os seguintes:

- Larga extensão do movimento, com vasta adesão dos militares que vieram a ser os "Capitães de Abril";
- O Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), que colocou claramente os objectivos de Democracia, Descolonização e Desenvolvimento – os três Dês;
- O inteiro cumprimento das tarefas assumidas por todos os intervenientes na revolução;
- No decurso desta, em frente da sede do governo no Terreiro do Paço e no Largo do Carmo, a atitude heroica de Salgueiro Maia, no comando exemplar da sua força militar;
- O grande apoio popular, que rapidamente se desenvolveu e culminou com a grandiosa manifestação do 1.º de Maio seguinte, em Lisboa.

A alegria emocional dos momentos então vividos foi entretanto esmaecida no próprio dia 25 de Abril por um último crime da PIDE, de que eu e meu filho fomos testemunhas presenciais horrorizadas. Já o temos relatado mas passo a referi-lo, por julgar sempre útil relembra-lo a sua ocorrência.

Na tarde do dia 25, decorriam no Largo do Carmo, em Lisboa, os acontecimentos que terminariam com a rendição de Marcelo Caetano. Dirigíamo-nos ambos para lá e encontrámo-nos nas imediações do Largo do Chiado quando um grande grupo de civis, talvez principalmente jovens, entrou na Rua António Maria Cardoso, manifestando-se aos gritos de "vamos à PIDE!".

Seguimos de longe aquele grupo, preocupados com o que poderia suceder, e de facto um desenlace trágico não tardou: quando os mani-



festantes, desarmados e desprevidos, se aproximavam do cinema S. Luís, ouvimos e vimos aterrados o fogo de uma fuzilaria vinda das janelas superiores do edifício da PIDE, visando a multidão. Esta foi atingida de imediato, logo caindo em sangue várias pessoas.

Então, enquanto outros dos manifestantes socorriam os alvejados, corremos a um telefone para pedir socorro e dar o alarme à polícia, bombeiros, hospital de S. José e jornais.

Mais tarde soubemos que, daquele atentado brutal e selvagem contra populares desarmados que não representavam qualquer ameaça, resultaram quatro mortos, os únicos mortos da revolução.

Soubemos também que, dado o alarme pelo tiroteio, a sede da PIDE foi logo dominada e os seus agentes presos por uma força dos Capitães de Abril. ■

Há 33 anos uma alvorada toda em flor!

Foi há 33 anos, na alvorada de uma madrugada que nasceu a revolução e se enraizou, no Povo, em cada coração!

Em cada espigarda, uma flor. Na interioridade de muita gente, um cântico de amor. Na vontade e no desejo, a Liberdade e na pureza de um Programa, o espírito da verdade!

Depois, tempos agrestes e conturbados, às vezes encharcados e enlameados. Nasceu, então, o caminho para uma nova via, foi o Sol da Democracia!

O 25 de Abril feito em alvorada, com o desejo de menos pobreza e mais justiça social.

Um sonho construído de madrugada, a querer implementar mais educação, saúde e saber cultural!

Sejamos orgulhosos dessa alvorada. Guardemos os alicerces dessa madrugada. Transmitamos aos mais novos a razão da revolução. Deixemos aos vindouros a beleza de cada flor, doada a Portugal com a força do coração!

Lisboa, 25 de Abril de 2007

José Carneiro de Almeida

Aos militares e a quantos implementaram em Portugal a Liberdade e a Democracia!



25 de Abril

há 33 anos

Sessão solene no Parlamento

As 10 horas entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe, o Vice-Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e o Director do Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, Ministros e Secretários de Estado, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, os Representantes da República para os Açores e para a Madeira e o Secretário Regional da Presidência do Governo Regional dos Açores, o Provedor de Justiça, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Conselheiros de Estado, os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, o Presidente do Conselho Económico e Social, Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, um Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um Representante do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e a Governadora Civil de Lisboa.

Encontravam-se ainda presentes, na Tribuna A, as esposas do Presidente da República e do Presidente da Assembleia da República, os anteriores Presidentes da República Ramalho Eanes, Mário Soares e Jorge Sampaio e respectivas esposas, anteriores Presidentes da Assembleia da República e o Cardeal Patriarca de Lisboa; na Galeria I, o Corpo Diplomático; na Galeria II, Representantes da Comissão Nacional de Eleições, do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, da Comissão Nacional de Protecção de Dados, da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Membros da Comissão da Liberdade Religiosa, o Comandante Naval, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea e o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres e Membros da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República; na Galeria III, os restantes Membros do Governo, ex-Conselheiros da Revolução, um elemento da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Deputados Constituintes, o Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores, Representantes da Associação 25 de Abril, o Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada junto aos Passos Perdidos, executou o hino nacional.

Seguiram-se os discursos dos Deputados Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), Helena Pinto (BE), Nuno Magalhães (CDS-PP), Francisco Lopes (PCP), Paulo Rangel (PSD) e Maria de Belém Roseira (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República.

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 45 minutos, tendo, de novo, a banda da GNR executado o hino nacional, que foi cantado de pé.

(in *Diário da Assembleia da República, 1 Série, n.º 75, de 26 de Abril de 2007*)



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jovens não se resignem

Ao longo dos anos, esta Câmara tem-se reunido em sessão solene para assinalar a passagem do dia 25 de Abril. Esta cerimónia tem vindo a repetir-se durante as últimas décadas, ano pós ano, sem grandes alterações de fundo. Creio que é chegado o tempo de nos confrontarmos com algumas interrogações. De tão repetida nos mesmos moldes, o que resta verdadeiramente da comemoração do 25 de Abril? Continuará a fazer sentido manter esta forma de festejarmos o Dia da Liberdade, ou será tempo de inovar?

Estas dúvidas trazem consigo uma outra pergunta: não estarão as cerimónias comemorativas do 25 de Abril a converter-se num ritual que já pouco diz aos nossos concidadãos?

Preocupo-me sobretudo com o sentido que este Dia da Liberdade possui para os mais jovens, para aqueles que nasceram depois de 1974. É deles o futuro de Portugal. O que dirá este cerimonial às gerações mais novas? É uma pergunta que não posso deixar de colocar à reflexão dos Srs. Deputados à Assembleia da República.

O 25 de Abril não é a festa de uma geração, mas um momento que deve interpelar todos os portugueses.

Nós, os que estamos hoje aqui reunidos, não somos os donos da Revolução, nem os proprietários da democracia.

O que esta data e o que o regime democrático têm de singular é precisamente o facto de não ser exclusivo de ninguém, mas património comum de Portugal inteiro. Ninguém é dono do 25 de Abril. A história pertence a todos, mesmo aos que a não viveram.

Interrogo-me, Srs. Deputados, se não devemos actualizar a evocação do 25 de Abril de 1974, pensando sobretudo naqueles que não sentiram a emoção desse dia.

Para os mais jovens, a liberdade tem um significado distinto daquele que possui para muitos dos presentes nesta cerimónia. Pode mesmo afirmar-se que, na sociedade portuguesa, coexistem duas maneiras de sentir a liberdade. De um lado, a liberdade daqueles que tiveram de a conquistar e de batalhar por ela; do outro lado, a liberdade daqueles que a têm como uma realidade natural da vida, tão inquestionada e adquirida como o ar que respiram.

Não nos podemos esquecer de que houve um tempo em que Portugal não respirava esse ar de liberdade.

Houve um tempo em que foi necessário o inconformismo de jovens militares para que

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jovens não se resignem

nascesse enfim «o dia inteiro e limpo» de que nos fala o poema de Sophia.

A liberdade também é memória, e também como memória merece ser celebrada.

Nos dias de hoje, a melhor homenagem que podemos fazer ao 25 de Abril é comemorar nele uma visão inspiradora de liberdade activa. Não podemos continuar apegados somente a uma ideia da liberdade como memória, perdendo de vista a ideia, essa sim mobilizadora e dinâmica, da liberdade como projecto. Um projecto sempre inacabado e plural, aberto às mais diversas leituras, insatisfeito consigo mesmo. Neste dia, devemos celebrar a liberdade que se constrói a partir do inconformismo e na ambição de um futuro melhor.

A liberdade é mais do que um fim em si mesmo, é também um meio para dela fazermos o que quisermos, do respeito pela liberdade dos outros. Justamente porque somos livres, podemos utilizar a nossa liberdade para nos realizarmos enquanto pessoas, numa sociedade aberta e democrática.

Ser livre é uma condição, não é um resultado. É um pressuposto, não uma finalidade. Não se «livre sem mais». É-se livre para pensar e agir, para fazer alguma coisa. Livre para fazer o que a liberdade nos permite nas nossas vidas pessoais, na profissão que escolhemos, nos projectos que ambicionamos levar a cabo, no País que sonhamos e queremos construir. É da liberdade activa que nasce o pluralismo democrático, que esta Assembleia espelha.

Saúdo com apreço os Srs. Deputados, legítimos representantes da pluralidade da nação portuguesa.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras e Srs. Deputados: O 25 de Abril de 1974 representou, entre de mais, um gesto de inconformismo e de não resignação. A pior maneira de o celebrar será aceitarmos, acomodados, que a erosão do tempo transforme o 25 de Abril numa simples efeméride, num dia feriado, que, ano após ano, os portugueses gozam com a indiferença dos velhos hábitos.

Julgo que existe uma melhor maneira de evocar este dia. Há que assinalá-lo exactamente com o mesmo espírito inconformista que, em 1974, tornou possível a liberdade. Devemos celebrar o 25 de Abril cientes de que os portugueses não se resignaram a viver num regime sem liberdade e de que, no decurso do processo revolucionário, se mantiveram firmes e intransigentes do lado da democracia, contra todas e quaisquer formas de opressão. Ninguém nos deu a liberdade. Somos livres porque o quisemos ser.

O inconformismo é timbre da juventude. Quero, por isso, neste Dia da Liberdade, dirigir-me directamente às novas gerações e fazer-lhes um apelo, em palavras simples: não se resignem!

Neste primeiro ano como Presidente da República, tenho encontrado inúmeros casos de sucesso entre os jovens portugueses.

Por todo o País, de norte a sul, contactei jovens cientistas e investigadores, que desenvolvem projectos que colocam Portugal numa posição de vanguarda.

Conheci empresários dinâmicos que compreenderam as exigências do mercado global, que ousaram arriscar e que não se deixaram vencer pelo pessimismo que corrói vontades e destrói vocações.

Convivi com uma nova geração de jovens artistas e desportistas que trilham os caminhos do sucesso.

Deparei com inúmeros exemplos, alguns deles comoventes, de jovens que participam em actividades de voluntariado, oferecendo o seu tempo ao serviço dos que mais precisam. Os jovens conhecem, como ninguém, o sentido autêntico de palavras como «excelência», «inovação» ou «inclusão social».

Tenho orgulho na juventude do meu País. Rejeito a ideia de que as gerações mais novas possam ter competências mais reduzidas, maiores deficiências de formação, menor sentido do dever e de responsabilidade, menos altruísmo e pouca atenção às necessidades dos outros. Não é isso que tenho encontrado tanto no interior como no litoral do País, tanto nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo como nos contingentes militares em missão no estrangeiro.

A experiência que adquiri dá-me fundadas razões para ter esperança.

Confio no futuro de Portugal porque confio na sua juventude.

O que vejo e encontro por todo o País tem-me levado a pensar sobre nós próprios, a geração que viveu o 25 de Abril. Temos realmente estado à altura da ambição dos nossos jovens? Temos sabido alimentar a esperança nascida há 33 anos?

Não devemos ignorar que existem sinais de alguma preocupação. Há todo um conjunto de perplexidades e dúvidas que não podem deixar de merecer uma reflexão conjunta, para a qual convoco os portugueses neste Dia da Liberdade.

Os jovens, como disse, têm revelado potencialidades que nos fazem ter esperança e confiar no futuro.

Mas que valores lhes estamos a transmitir? O que temos feito para que as novas gerações

continuem a acreditar no seu país? Que condições criámos para que os jovens, sobretudo os mais qualificados, permaneçam em Portugal e não rumem a outras paragens? Estamos a fazer tudo o que devemos para garantir a sustentabilidade do nosso modelo de Estado social? Como iremos assegurar, no futuro, a justiça e a equidade entre as gerações? Que ambiente e que recursos naturais vamos deixar aos nossos filhos?

Se é um facto que existe um dinamismo inquestionável dos jovens, na sua abertura ao mundo, no uso das novas tecnologias, na aquisição de competências e saberes, o mesmo se não dirá quanto à sua participação e interesse pela vida pública.

Há que reconhecer que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais activo e participante na vida política. Sei que se trata de um fenómeno que não ocorre somente em Portugal, antes corresponde a uma tendência comum nas democracias consolidadas das sociedades pós-industriais.

Mas o facto de o desinteresse cívico dos jovens não ser um exclusivo nacional não deve, de modo algum, reconfortar-nos.

Pelo contrário, porque tenho a ambição de um País melhor, considero que não nos podemos acomodar.

Não me resigno nem me conformo na batalha pela qualidade da democracia portuguesa. Temos de deixar aos nossos filhos e aos nossos netos um regime em que sejamos governados por uma classe política qualificada, em que a vida pública se pautar por critérios de rigor ético, exigência e competência, em que a corrupção seja combatida por um sistema judicial eficaz e prestigiado.

Decorridos mais de 30 anos sobre a queda de um regime autoritário, Portugal deve pensar-se como democracia amadurecida. Uma democracia em que o escrutínio dos poderes esteja assegurado por meios de comunicação social íntenos e responsáveis.

É urgente reinventar o espírito de cidadania, o que exige uma mudança da nossa cultura política.

Cada um deve contribuir com o seu exemplo para que os jovens se apercebam de que está a ser feito um esforço para melhorar a qualidade da nossa democracia.

É necessário que os agentes políticos se empenhem mais na prestação de contas aos cidadãos, que os portugueses conheçam e compreendam o sentido e os objectivos das medidas que vão sendo adoptadas, que exista clareza e transparência na relação entre o poder político e a comunidade cívica.

É preciso que exista uma clara separação entre actividades políticas e actividades privadas, que as situações de conflito de interesses

sejam afastadas por imperativo ético e não apenas por imposição da lei.

Sem prejuízo das naturais diferenças de ideias e opiniões, as diversas forças partidárias, ao invés de se ficarem apenas pelo que as divide, devem juntar esforços e fazer obra em comum, pensando primeiro em Portugal e nos portugueses. Só assim poderemos conquistar o interesse das novas gerações pela actividade política.

Acima de tudo, temos de deixar aos jovens a ideia de democracia como um código moral e um sentido de identidade colectiva. As novas gerações devem ver Portugal como uma comunidade que possui um destino singular num mundo globalizado.

Os jovens têm de se rever no seu país, no país que têm e no país que ambicionam ter. Para tanto, é fundamental que as novas gerações saibam como chegámos até aqui, o muito que fizemos para aqui chegar e que o aqui onde estamos será sempre o ponto de partida para novos destinos.

Portugal tem uma história de séculos, que nos diferencia e nos identifica. Deixámos marcas por todo o mundo. Falamos uma língua que é partilhada por milhões de seres humanos. Possuímos um património material e imaterial que temos a obrigação de preservar e de legar às gerações vindouras. É em torno da defesa desse património e dessa cultura multissecular que, sem saudosismos ou passadismos de qualquer espécie, deve ser construído um novo sentimento patriótico.

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados: Quero terminar renovando o meu apelo aos jovens portugueses: não se conformem!

Há precisamente um mês, no passado dia 25 de Março, o Fórum Europeu da Juventude emitiu a Declaração de Roma, a qual termina de uma forma expressiva: «Ouçam o que temos para dizer, perguntem-nos o que precisamos e depois actuem!».

É esta a mensagem com que a juventude interpela a Europa e os seus dirigentes.

A política, nos nossos dias, é inconcebível sem o contributo das novas gerações. Por isso, tenho procurado ouvir os jovens no decurso dos «roteiros» que lancei, aqui, nesta Câmara, há um ano. De todos recebo sinais de incentivo e de esperança. É tempo de actuar. Vivemos um ano decisivo para realizar reformas de fundo em domínios essenciais da nossa vida colectiva.

O futuro não pode ser adiado. Apelo, por isso, aos jovens, neste aniversário do 25 de Abril. Com a liberdade de que dispõem, irão até onde a vossa ambição vos quiser levar. Daqueles que nasceram e cresceram em democracia só podemos esperar o melhor. Agora tudo depende de vós e do vosso inconformismo.

Em nome de Portugal, não se resignem! ■



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orgulho e preocupação

Nesta sessão solene, cumprimento de forma especial o Sr. Presidente da República, a quem agradeço ter aceite o nosso convite para se dirigir à Assembleia da República e ao País por ocasião do 33.º aniversário do 25 de Abril.

Cumprimento igualmente o poder executivo e o poder judicial e todas as individualidades presentes, nacionais e estrangeiras, e entre os convidados de destaque — porque a democracia tem memória — os que aqui simbolizam o Movimento das Forças Armadas, a Associação 25 de Abril.

Celebramos o Dia da Liberdade, grande marco de viragem na história portuguesa contemporânea, em que ao derrube da ditadura sucedeu o erguer assumido da democracia.

Temos motivos para nos orgulharmos: um elevado nível de protecção das liberdades públicas, instituições baseadas no sufrágio e na alternância, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, um poder judicial independente, a integração

européia, o bom relacionamento internacional, a amizade com os países outrora antigas colónias, políticas públicas de solidariedade e coesão, livre empresa, internacionalização e abertura económicas, concertação social, fortes dinâmicas municipais e autonómicas, abertura de espírito, diálogo, tolerância e respeito mútuo.

Temos também, e ainda, motivos para nos preocuparmos: os desequilíbrios nas contas públicas e nas contas externas, o crescimento lento da economia abaixo da média europeia, a concorrência acrescida no mercado único e nas relações comerciais externas da União Europeia, a deslocalização de empresas, os níveis de investimento externo e interno retraídos e o difícil ajustamento do sector administrativo às exigências de uma política de crescimento forte.

Motivos de orgulho, motivos de preocupação.

Por isso, o Dia da Liberdade não pode também deixar de ser dia da responsabilidade.

Diante de vós, não gostaria, neste 33.º aniversário do 25 de Abril, de orientar as minhas

palavras para traçar o que deve ser feito por terceiros, mas, sim, para reflectir sobre o que em especial nos cabe, enquanto Assembleia da República, fazer ao serviço do País.

Como Presidente de um órgão de soberania eminentemente plural, uso assim da liberdade que conquistámos com a Revolução dos Cravos para realçar toda a responsabilidade que temos diante de nós e para o fazer perante as portuguesas e os portugueses que nos elegeram.

Com a X Legislatura quase a meio do percurso, temos sido a sede de um intenso processo político e legislativo, aberto à opinião pública e aos meios de comunicação, e com repercussões em toda a vida nacional, dado o carácter estrutural de algumas das reformas, atenta a iniciativa do Governo e dos grupos parlamentares, a dinâmica poder-oposição — com salvaguarda absoluta dos direitos desta — e a expressão activa de variados grupos de interesses que acorrem à Assembleia da República para exprimir um leque muito variado de pontos de vista.

Sendo a instituição mais aberta e exposta do sistema político, verifico que registamos — de acordo com os estudos de opinião — uma quota positiva na apreciação dos nossos concidadãos e que, neste particular, o Parlamento português está claramente acima da média europeia na valoração face aos seus congéneres em outros Estados-membros e bem acima de outras instituições nacionais.

Com tranquilidade, assinalo — e o mérito é de todos — que a nossa performance em quantidade de leis debatidas e aprovadas, número de reuniões plenárias, acolhimento de iniciativas populares (sobre leis, referendos ou petições), actividades, audições e deslocações por parte das comissões parlamentares, consultas públicas, transparência na divulgação de dados, abertura ao diálogo e aos contactos com o País real, ou, ainda, assumpção de responsabilidades culturais, se objectivamente comparada com outros Parlamentos de países membros da União Europeia (e contrariamente ao que o preconceito possa supor) não nos deixa fazer má figura, muito pelo contrário.

Tenciono, aliás, propor, no âmbito da futura Presidência portuguesa da União Europeia, que os Parlamentos europeus estabeleçam entre si um método de comparação aberto para podermos avaliar, em conjunto, os padrões recíprocos de funcionamento em vários parâmetros e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade geral da democracia no espaço da União, fortalecendo o seu papel de verdadeiro líder mundial da democracia moderna no século XXI.

Em particular, registo o esforço em curso para escrutinar de modo mais efectivo as políticas europeias, para analisar as nossas contas públicas e a realidade orçamental, para proceder

a inquéritos parlamentares independentes e para acompanhar e fiscalizar a execução das leis, dando finalmente cumprimento, neste ponto, ao estipulado no artigo 162.º da Constituição, que nos atribui especialmente tal tarefa enquanto órgão de soberania.

Como é natural, e até desejável, a Assembleia da República é, por vezes, alvo de críticas — é, aliás, esse o ambiente normal da democracia, regime político em que, felizmente, não há intocáveis. Discernindo com rigor o que são produtos profissionais específicos de certo tipo de campanha, não devemos, todavia, ignorar as críticas que nos dirigem, antes nelas devemos conscienciosamente meditar para podermos eliminar os factores que lhes dão origem e, assim, proceder num são e descomplexado entendimento de que o nosso dever é o de uma constante auto-reforma.

Democracia é liberdade, mas democracia é também responsabilidade. Democracia é exigência de correcto desempenho público, a começar, claro, pelo nosso próprio desempenho público e pelo cumprimento dos deveres de assiduidade em relação ao desempenho de mandatos públicos.

Sem esquecer opções a montante, indispensáveis para a reforma do sistema político — que espero ver concretizadas até ao final da X Legislatura, como as que moderadamente se impõem quanto ao sistema eleitoral —, as diversas forças políticas comprometeram-se a apresentar, até ao final do presente mês, as suas propostas para modernização e reforma do Parlamento. Todos as aguardamos com expectativa, tal é a importância de tal objectivo quanto à melhoria de funcionamento da Assembleia da República, numa perspectiva de reforço da democracia portuguesa e, consequentemente, de serviço a toda a comunidade nacional. Não podemos falhar esta oportunidade de aperfeiçoamento institucional e estou certo de que, com o consenso de todos, e com autêntico espírito de diálogo, poderemos chegar ao fim da Sessão Legislativa com o trabalho feito.

A par do esforço empreendido até aqui — e com resultados —, tenho a noção de que é possível ir mais longe, mantendo uma clara perspectiva constitucional e institucional sobre o que é um órgão de soberania, sede do poder legislativo, e não plataforma de eventos, no sentido de manter a intensidade da produção de leis, sem baixar padrões europeus estabilizados quanto ao número de reuniões plenárias semanais. Seremos capazes de reforçar o controlo político do Governo em Plenário e o contraditório com as oposições sobre verdadeiras questões de actualidade, seleccionadas por forma menos predeterminada pelo Executivo; prosseguir o aumento de actividades por parte das comissões; assegurar melhores condições de contacto com os eleitores e mais adequados suportes de comunicação; refor-



Os Militares de Abril na AR

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orgulho e preocupação

çar o rigor na gestão dos meios financeiros e humanos ao dispor da Assembleia; incorporar um número ainda maior de tecnologias de informação e comunicação em suporte das actividades parlamentares; em suma, melhorar, de forma consistente e credível, o desempenho do órgão de soberania Assembleia da República ao serviço da democracia portuguesa, democracia há 33 anos restaurada pela arrancada generosa e corajosa dos capitães de Abril. Confio nos Deputados a que colegialmente presido para que deste exercício, feito sem cansaço nem laxismo, com ideias e sem slogans, certamente com muita ambição, possa vir a sair um claríssimo resultado de eficiência e rigor que faça da Assembleia da República um verdadeiro caso de instituição parlamentar sem qualquer ambiguidade, sempre colocada acima da média europeia.

Sr. Presidente da República, Ilustres Convidados, Sras e Srs. Deputados: As portuguesas e os portugueses que nos acompanham na sim-

bologia desta cerimónia evocativa da libertação democrática, de Norte a Sul do País, nas Regiões Autónomas ou nas múltiplas partidas da emigração, rendem hoje homenagem às Forças Armadas Portuguesas, pelo seu contributo decisivo para um Portugal renascido, de cuja defesa nacional são o instrumento moderno, bem como expressão viva do contributo português para a paz e a segurança internacionais. A elas o nosso reconhecimento.

Há 33 anos começámos um caminho, um caminho por vezes difícil, mas de que ninguém se alheou e em que todos cabem no abraço fraterno da liberdade. Um caminho com rumo, que precisa absolutamente de continuar a contar com todas as portuguesas e com todos os portugueses, onde quer que se encontrem, para sermos capazes de prosseguir sempre mais além, sem desânimo, com confiança, com convicção, e com firmeza de carácter, o esforço de Portugal, as batalhas de Portugal, a vitória de Portugal. ■

Nas páginas anteriores, publicamos os discursos proferidos pelo Presidente da República e pelo presidente da Assembleia da República na sessão solene da Assembleia da República, comemorativa do 33.º aniversário do 25 de Abril.

A publicação integral dos textos justifica-se pelo peso institucional dos seus autores, respectivamente, a primeira e a segunda figuras do Estado. Representantes de todos os partidos com assento parlamentar usaram também da palavra. Publicamos a seguir, na íntegra, a intervenção proferida pelo representante do PSD, Paulo Rangel, por, entre as peças parlamentares, ter sido o discurso polémico, e considerado por alguns como uma autêntica “pedrada no charco”. Da sua leitura, os leitores naturalmente retirarão as suas próprias impressões.

PAULO RANGEL (PSD)

«Claustrofobia democrática»

O 25 de Abril é o momento de homenagear todos aqueles que, com amarras e restrições próprias da sua contingência, fundaram a democracia.

A democracia é, no entanto, e sob pena de contradição nos próprios termos, um regime político «aberto ao tempo», ao tempo e ao seu «livre decurso», ao tempo e ao seu «livre devir».

Neste sentido, a democracia tem de garantir a cada nova geração a possibilidade de decidir do seu próprio destino. Uma democracia que não deixe liberdade de escolha, de «autodeterminação» e de «autogoverno» às «gerações seguin-

tes» ou, como agora se diz, às gerações futuras não é, não será nunca, uma democracia.

A democracia vem, portanto, a ser, de entre todos os regimes políticos, aquele que menos deve aos seus fundadores, ainda que lhes possa dever muito... Na verdade, ela tem de ser diuturnamente sufragada pela vontade, pelo empenho, pelo zelo e pelo escrúpulo, para usar uma palavra com pergaminhos na teoria política, pela «virtude» dos que, em cada geração renovada, se sucedem.

Celebrar a democracia e a liberdade não é, por isso, só e tão-só queimar incenso na ara dos que, temerários e lúcidos, fundaram o regime



PAULO RANGEL (PSD)

"Claustrofobia democrática

democrático. Celebrar a democracia e a liberdade é também prestar homenagem a todos quantos têm contribuído para consolidar, enraizar e aperfeiçoar a vida democrática. Comemorar Abril pode ser, por isso, outrossim, celebrar os que têm vindo a construir a democracia ao longo destes 33 anos e, já agora, celebrar todos nós, portugueses, que a fazemos, madrugada a madrugada, com ou sem cravo na lapela.

Porque também nós, com a nossa responsabilidade geracional, fazemos democracia — fazemos a democracia —, não podemos nesta data alhear-nos das ameaças e das nebulosas que a espreitam e envolvem. Repito, sem medo nem

receio das palavras: as ameaças e as nebulosas que espreitam e ensombram a qualidade da nossa democracia.

Resolvido que está, com legitimidade eleitoral maioritária no Parlamento, o problema da democracia formal, preocupam-nos de sobremaneira os problemas da democracia material e até certos pilares da dita democracia processual.

Não por acaso se ouvem insistentes vozes a clamar e reclamar por uma democracia de qualidade, substantiva, material, uma democracia de valores, assente nas regras do respeito, da verdade, da tolerância e do pluralismo.

Mas, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados, como garantir e realizar essa democracia de valores, essa República da tolerância e do pluralismo, se nunca como hoje se sentiu uma tão grande apatência do poder executivo para conhecer, seduzir e influenciar a agenda mediática?

Como podem assegurar-se as condições lineares do debate democrático, do debate aberto e franqueado no espaço público, se esse impulso e domínio perpassa do alinhamento e da agenda para o controlo mais directo ou indirecto de órgãos de comunicação ou das suas estruturas de gestão?

E não falamos apenas e só da política de comunicação, verdadeira *prima inter pares* do poder executivo deste tempo, nem da convivência ou banalização e vulgarização dos contactos institucionais com jornalistas, nem das nomeações de administradores ou editores convenientes, nem das soluções legislativas que avaliam e adjectivam a qualidade do jornalismo. Falamos também — e com farta preocupação — da liberdade de expressão individual e da sua evidente castração.

Também o cidadão comum, trabalhador ou empresário, desempregado ou quadro médio, estudante ou funcionário público sofre e padece o efeito de tenaz da crise económica, por um lado, e da dependência estatal, pelo outro. A conjugação de uma grave situação económica com um discurso oficial de pensamento único, de auto-elogio maniqueísta e de optimismo compulsivo produz uma atmosfera propícia ao medo e ao receio do exercício da liberdade crítica e da assunção pública da divergência.

Não, não são só os media; é também a sociedade portuguesa que está condicionada.

Nunca, como hoje, se sentiu este ambiente de condicionamento da liberdade. Do ponto de vista dos valores processuais da liberdade de opinião e da liberdade de expressão, vivemos, aqui e agora — ai de nós! —, num tempo de verdadeira «claustrofobia constitucional», de verdadeira «claustrofobia democrática».

Mas se esta concentração do poder de influência é uma das mais inquietantes dimensões sociológicas dos dias que correm, a verdade é que esse apetite cresce e fermenta agora para o poder de mando, para o poder de coerção.

Com efeito, o poder executivo prepara-se — pelo menos assim anunciou — para legitimar, com a chancela da lei, a total concentração do poder de mando civil, do chamado poder policial.

A designada reorganização da segurança interna e das forças de segurança constancia uma centralização do poder policial que põe em causa garantias elementares do Estado de direito democrático e é totalmente alheia à nossa tradição e à nossa cultura.

Pretende, então, criar-se, sob a alçada do chefe do Executivo, um secretário-geral que tanto coordena como ordena e que passará a tutelar todos os corpos policiais, afilida a Polícia Judiciária. O qual, para mais, se articula com os serviços de informações, acumulando todo o poder policial do Estado numa só fonte, numa só sede, numa só pessoa: juridicamente, o secretário-geral; virtualmente, o chefe do Executivo.

Tudo isto a par da criação de um Conselho Superior de Investigação Criminal, presidido também pelo chefe do Executivo, em que tem assento o Procurador-Geral da República, em posição estatutária de alto funcionário, subordinada e nunca antes assumida.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. e Srs. Deputados:

Como compatibilizar essa nobre aspiração de qualificar a democracia, de a tornar numa democracia de valores, se as liberdades mais elementares, aquelas que podem ser postas em causa pelas funções de segurança, de inteligência e de investigação criminal, ficam à mercê de uma organização piramidal, todo-poderosa, que desconhece as mais básicas regras de desconcentração do poder?

Como aperfeiçoar um sistema democrático, se, ao fim de 30 anos de experiência e maturação, esse sistema declina, desliza e derrapa para um modelo simplista e «concentracional» do «Grande Intendente», que tudo supervisiona, tudo tutela, tudo vigia?

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: A luta pela liberdade de expressão e pela integridade das defesas de garantia criminal, só asseguradas por um modelo não concentrado do poder policial, pertence ao património ideológico nuclear do PSD e teve, mesmo antes de 1974, em Sá Carneiro, um dos seus mais distintos protagonistas.

Para a nossa geração, celebrar Abril e fazer democracia é justamente denunciar, num tempo de letargia cívica e de anestesia cidadã, sem medos, com serenidade e com exigência, os novos perigos e ameaças para a liberdade dos cidadãos.

Fizemo-lo, aqui e hoje, sob o signo poético e profético dos versos encorajantes de Sophia, que passo a ler: «Serenamente sem tocar nos ecos/ Ergue a tua voz/E conduz cada palavra/Pelo estreito caminho/Vive com a memória exacta/ De todos os desastres/Aos deuses não perdoes os naufrágios/Nem a divisão cruel dos teus membros./No dia puro procura um rosto puro/ Um rosto voluntário que apesar/Do tempo dos suplicios e dos nojos/Enfrente a imagem límpida do mar.» ■

I CONCURSO INTERNACIONAL DE FOTOGRAFIA "25 DE ABRIL"

"Três gerações da Liberdade" ganhou o primeiro prêmio

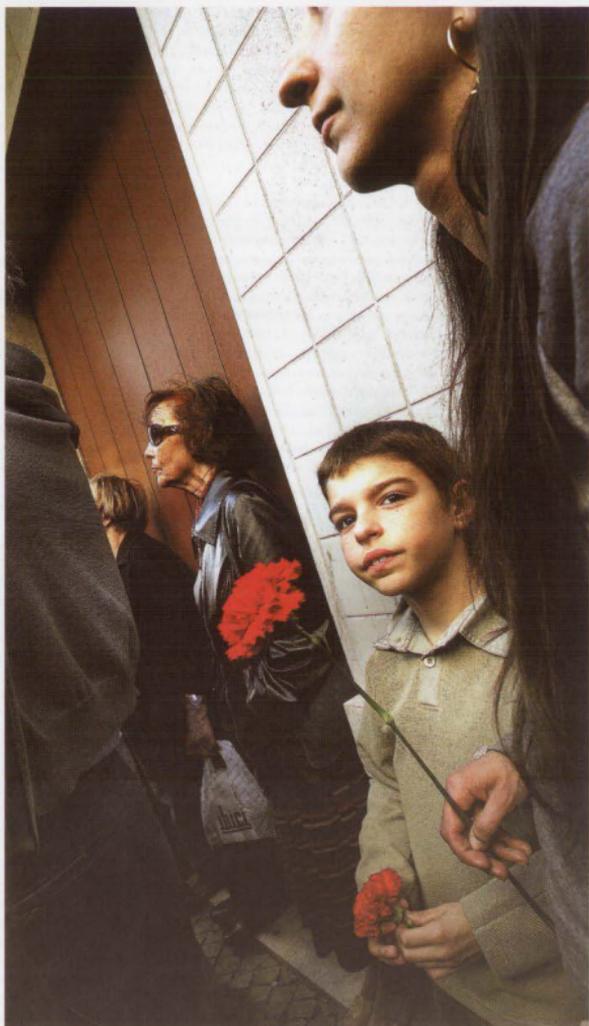
PAULO CARVALHO, autor da foto "Três Gerações da Liberdade", é o grande vencedor do I concurso Internacional de Fotografia "25 de Abril" promovido pela A25A.

Com esta iniciativa, aberta a repórteres fotográficos e fotógrafos amadores e profissionais pretendeu a A25A "abrir" as objectivas das máquinas fotográficas ao tema "Comemorações do 25 de Abril". Na verdade, à iniciativa corresponderam 54 autores com a apresentação de cerca de duas centenas de obras a concurso.

O júri, composto por Eduardo Gageiro, Fernando Farinha, Orlando Baptista, Paulo Andrade, e Armando Isaac em representação da A25A, analisou detalhadamente todas as fotografias que lhe foram apresentadas, nos termos regulamentares até ao dia 7 de Maio. Não foi essa uma tarefa fácil, porquanto perante a qualidade dos trabalhos em análise o júri teve de proceder a várias seleções até se decidir pelas três melhores fotos. Seria, aliás, neste contexto de dificuldade de decisão, perante a qualidade, que o júri entendeu seleccionar não apenas três, mas cinco fotografias, sendo que a



Menção honrosa para "Sem título", de Eduardo Balsa



1.º prêmio: "Três Gerações da Liberdade", Paulo Carvalho



2.º prémio:
"Devem Estar Loucos",
Rodrigo Cabrita

3.º prémio:
"25 Abril Sempre",
Bárbara Silva
Rocha



Menção
honrosa para
"Defende Abril",
de João Vasco
Ribeiro



duas atribuiria a classificação de menção honrosa.

No final dos trabalhos, além do primeiro prémio acima indicado, o júri decidiu atribuir os seguintes galardões:

2.º Prémio: "Devem Estar Loucos", da autoria de Rodrigo Cabrita;

3.º Prémio: "25 Abril Sempre", da autoria de Bárbara Silva Rocha.

Menções honrosas: Eduardo Balsa ("Sem Título") e João Vasco Ribeiro ("Defende Abril").

As fotos premiadas, juntamente com outras dezassete apresentadas a concurso e pelo júri consideradas de grande qualidade, estarão patentes em exposição a partir do próximo dia 5 de Julho no Fórum da sede da A25A. ■

Novos dirigentes da Delegação do Centro

A ASSEMBLEIA DA DELEGAÇÃO do Centro, reunida no dia 20 de Janeiro de 2007, em Coimbra, elegeu os seus novos Órgãos Dirigentes para o biênio 2007 – 2008:

Mesa da Assembleia

Presidente: Amadeu José F. Carvalho Homem (professor Catedrático da FLUC)

Vice-Presidente: Maria Manuela Cruzeiro (investigadora do Centro de Documentação 25 de Abril da UC)

Secretário: Luís Alberto São Marcos Curado (advogado)

Direcção

Presidente: Augusto José Monteiro Valente (major-general)

Vice-Presidente: Alfredo Carlos Barroco Esperança (chefe de Secção de Informação Médica)

Secretário: Jorge Marques Loureiro (bancário) Tesoureiro: António Figueiredo Coelho (sargento-mor)

Vogais: Jorge Pinto dos Santos (professor), José Dias (chefe de Divisão do INATEL) e Mário Silva (artista plástico).

A Assembleia aprovou, igualmente, o Plano de Actividades da Delegação para o ano de 2007, no qual se inscrevem, designadamente, os propósitos de: promover uma maior consolidação da sua implantação; dinamizar a ligação aos associados; estreitar a sua ligação com a Direcção Nacional e as outras Delegações; aprofundar a sua ligação e articulação com outras associações cívicas e culturais, através de parcerias e acções conjuntas; promover ou apoiar iniciativas de preservação da memória histórica democrática numa perspectiva pedagógica; colaborar nas evocações em Coimbra de Zeca Afonso, na passagem do 20.º aniversário do seu falecimento; organizar acções comemorativas do 33.º aniversário do 25 de Abril, a levar a efeito em 16 de Março e em 27 de Abril, em Coimbra, e colaborar em outras iniciativas com a mesma finalidade.

Em desenvolvimento deste plano, a Assembleia aprovou a proposta de adesão da Delegação ao Conselho da Cidade de Coimbra, proposta ratificada pela Direcção Nacional da Associação na sua reunião de 27 de Fevereiro de 2007. E promoveu, em Coimbra, a evocação do «16 de Março de 1974», com uma sessão pública de debate sobre aquela que foi a revolta precursora do 25 de Abril, em que participaram vários dos seus protagonistas ou intervenientes indirectos. Deste evento se dá conta, de forma mais desenvolvida, em artigo separado. ■



A cerimónia do descerramento da placa toponímica em Almancil

Almancil homenageou Vasco Gonçalves

A JUNTA de Freguesia de Almancil, localidade onde faleceu Vasco Gonçalves, tem a partir de 22 de Abril uma rua com o nome deste Militar de Abril e primeiro-ministro de quatro Governos Provisórios, em 1974 e 1975.

Na cerimónia, onde estiveram presentes vários familiares de Vasco Gonçalves e vários

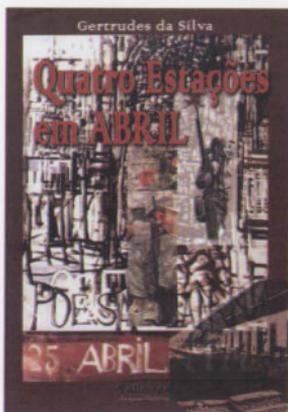
militares de Abril, usaram da palavra os autarcas locais (presidente da Câmara Municipal de Loulé e presidente da Junta de Freguesia de Almancil) responsáveis pela iniciativa (de destacar que são eleitos pelo PSD e PS, respectivamente), o filho de Vasco Gonçalves e o presidente da Direcção da A25A. ■



O filho de Vasco Gonçalves, o presidente da Câmara Municipal de Loulé, Vasco Lourenço e o presidente da Junta de Freguesia de Almancil

Estante de Livros

Na A25A temos vindo a ser, cada vez mais solicitados para participar em actividades editoriais, que no período em que se enquadra esta edição de O Referencial foram particularmente significativas. É um facto que registamos com agrado. De uma maneira geral são obras que se relacionam com temas ou autores que têm por referência o 25 de Abril, entendido este numa perspectiva alargada que inclui, para além do acto libertador objectivo, a movimentação conspirativa que conduziu ao derrube da ditadura, a guerra colonial, a descolonização, o período revolucionário e a génese do regime democrático-constitucional vigente. É dessas obras, cujos exemplares oferecidos vêm enriquecer a nossa Biblioteca, que deixamos aqui breves notas.



Quatro Estações em Abril

Nas instalações da sua sede, em 19 de Abril, fui convidado pelo nosso sócio fundador Gertrudes da Silva e pela Editora Palimage para apresentar o seu livro *Quatro Estações em Abril*. É um livro do tipo autobiografia ficcionada, que encerra a trilogia que iniciara com *Deus Pátria e...* a *Vida* (O Referencial n.º 70, Jan-Mar 2003), seguido de *A Pátria ou a Vida* (Id. n.º 78, Jan-Mar 2005), os quais tive também o gosto de apresentar. E era um livro esperado, quase anunciado, pois se o primeiro dava a conhecer o percurso atribulado do jovem serrano que se tornou oficial do Exército, e o segundo incidia na sua experiência na guerra colonial que forjou o cidadão-militar e capitão de Abril, era inevitável que fechasse o ciclo trazendo-nos o 25 de Abril e o PREC, actos grandes da vida do A., dos quais foi protagonista e tão intimamente viveu.

Livro marcado por alguma nostalgia, também uma boa dose de amargo desencanto, pelos sonhos construídos pelo capitão que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, arrancou para Lisboa à frente do Agrupamento Novembro, que reunia as forças do MFA da Região Militar Centro e que tão depressa se esfumaram. Mas dele transpira uma enorme honestidade e não deixa, metaforicamente, de ser portador de uma mensagem de esperança, na medida em que lembra que as sementes de Abril estão aí, prontas a voltar a frutificar na primeira oportunidade.

O livro pode gerar controvérsia na interpretação dos acontecimentos, mas nenhum cidadão de Abril lhe será indiferente. PPC

25 de Abril Mitos de Uma Revolução

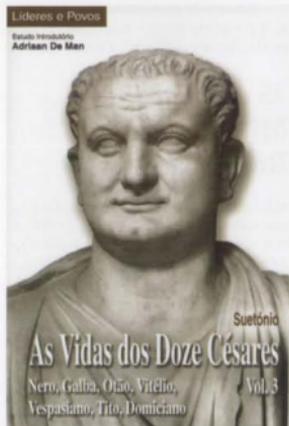
Maria Inácia Rezola lançou, em 24 de Abril, nas instalações do Comando Geral da GNR, no Carmo, emblemáticas porque aí se materializou a vitória do 25 de Abril, o seu livro *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*, acto a que se associou a A25A. A obra foi apresentada pelo nosso sócio fundador e ex-presidente da República, António Ramalho Eanes, e ainda por Mário Mesquita e José Medeiros Ferreira, este também nosso associado.

Não se tratando da continuação do seu anterior ensaio *Os Militares na Revolução de Abril*, apresentado nas instalações da A25A (acto que, por lamentável lapso, de que nesta oportunidade me penitencio, O Referencial não noticiou), acaba por lhe ser complementar. É uma obra sobre o PREC, de um grande rigor descritivo e inteligente interpretação da vertiginosa sucessão de episódios que mudaram Portugal revelando, pesem embora algumas omissões, um profundo conhecimento das fontes uma vez que, pela sua juventude, não viveu directamente os acontecimentos.

Ramalho Eanes aponta o livro de Inácia Rezola como «uma obra de referência sobre a chamada Revolução de Abril» e salienta que, havendo questões que a A. ainda deixa sem resposta, tem o mérito de não forjar explicações artificiais, deixando em aberto a sua mais profunda investigação. PPC



Estante de Livros



As Vidas dos Doze Césares

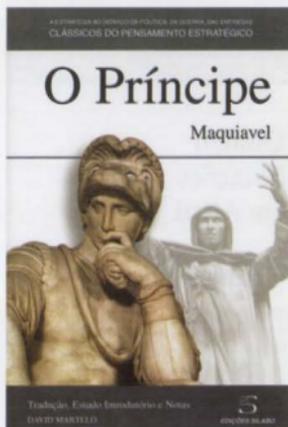
Das Edições Sílabo recebemos, como oferta, duas novidades editoriais.

As *Vidas dos Doze Césares* – Vol. 3, é o último dos 3 volumes da autoria de Suetônio, com Estudo Introdutório de Adriaen Man. Inclui as biografias de Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. O A., cronista e biógrafo das personalidades mais destacadas da época imperial romana, de muitas das quais foi contemporâneo, dá-nos, sem contemplações, um retrato da vida na corte, das traições e conspirações de bastidores, da devassidão dos costumes da época, das intrigas políticas e palacianas, dos jogos de poder. E o leitor apercebe-se como, no que ao poder se refere, tanta coisa se mantém actual porque, afinal, há vícios que são inerentes ao próprio poder e não característicos de quem o exerce. Daí que só o modelo do sistema político possa moderar e compensar as suas perversidades. **PPC**

O Príncipe

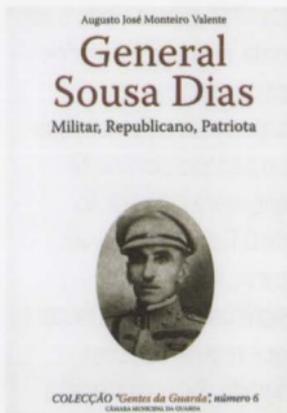
O outro livro é mais actual, mas o tema central acaba por ser ainda o poder. Trata-se de uma reedição do clássico de Nicolau Maquiavel *O Príncipe*, com um excelente Estudo Introdutório do nosso sócio fundador David Martelo, que acrescenta ainda oportunas e esclarecedoras

notas de rodapé e é responsável pela tradução. No texto introdutório Martelo contextualiza muito bem o surgimento de *O Príncipe* numa conjuntura política e numa dada época histórica de uma Itália do Renascimento, dividida, de que se revela minucioso conhecedor. Ajuda o leitor a perceber como o “maquiavelismo” de Maquiavel não é uma sinistra e inovadora proposta de acção política, mas a crua constatação da acção dos políticos da época (em muitos domínios de todas as épocas). Maquiavel foi um precursor da Itália moderna, unida, mas foi também um precursor do moderno pensamento estratégico e, por isso, a Editora justamente inclui este livro na colecção “Clássicos do Pensamento Estratégico”. **PPC**



General Sousa Dias

Referência também ao livro do nosso sócio fundador Augusto Monteiro Valente, *General Sousa Dias, Militar, Republicano, Patriota*. A obra nasce de um convite da Câmara Municipal de Guarda, cidade em cuja guarnição militar Sousa Dias esteve colocado durante largos anos e onde está sepultado, na sequência da homenagem prestada pela edilidade em 2004. Monteiro Valente, general na reserva, licenciado em História, realizou uma metuculosa investigação, aliás no quadro de um trabalho mais amplo que vem realizando e publicando, avulso, sobre a República, sua génese, conturbada vigência



e queda, bem como da resistência nos primeiros tempos da ditadura que seguiu ao 28 de Maio de 1926.

O A., que na Guarda viveu, como principal responsável do MFA, o 25 de Abril, não esconde um certo fascínio pela figura e pela vida de Sousa Dias, a quem chama, a encerrar o livro, «o primeiro capitão de Abril, de um Abril que com ele não floriu mas do qual nasceriam cravos vermelhos quarenta e sete anos depois».

O interesse do livro ultrapassa a mera biografia do general Sousa Dias, o que já bastaria para o justificar. É um retrato do estertor da Monarquia e do nascimento da República, mas também das fragilidades que esta evidenciou e dos obstáculos que enfrentou e não conseguiu vencer. Tem uma descrição muito bem fundamentada da Revolta do 3 de Fevereiro de 1927 no Porto e das suas contradições e, mais superficial, da Revolta da Madeira de 1931. E denuncia o progressivo endurecimento da repressão do regime saído do 28 de Maio e das cições entre os exilados republicanos de Paris e do interior do país. Mas a figura central é sem dúvida o general Adalberto Sousa Dias, a sua dimensão humana, a sua dedicação à República democrática e constitucional, a sua honestidade e competência profissional, mas também a dignidade com que enfrentou a tragédia do fim da sua vida. Por fidelidade aos seus princípios cívicos e militares, morreu em Cabo Verde após 7 anos de deportação em São Tomé, Açores, Madeira e Cabo Verde, doente, demitido do Exército, privado de qualquer remuneração. Só com o 25 de Abril, 40 anos depois, teria direito à reabilitação póstuma e ao reconhecimento que a nação lhe devia pela sua devoção à liberdade, à República e a Portugal. **PPC**



O Senhor Comendador

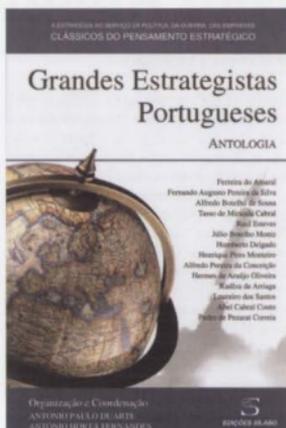
Uma obra de ficção, mas muito real e actual, *O Senhor Comendador - Retrato de um Portugal de Abril*, do nosso associado Cândido Ferreira com Introdução do sócio fundador da A25A Carlos Vieira Reis. É uma reedição "definitiva", como o A. faz questão de frisar, do seu primeiro livro publicado em 1994 com o qual se associou às comemorações do XX Aniversário do 25 de Abril.

Tem a originalidade de nos trazer o 25 de Abril, alargado aos seus antecedentes e ao PREC, vivido num meio rural da Beira Litoral, com o realismo das personagens que desfilam e se

cruzam na boca da cena: o cacique local que foi e vai continuar a ser adaptando-se à "nova ordem"; os camaleões que vão permanecendo, "sempre sempre ao lado do poder" por mais solavancos que sofra; e os oportunistas que souberam esperar que a vaga passasse sem se comprometerem; o tecido social rural onde as disputas políticas são sempre polarizadas em interesses privados ou de grupos restritos; a igreja e as beatas no centro da contra-revolução movida por um anti-comunismo sectário e primaríssimo; mas também os idealistas que com as suas forças e fraquezas se mantiveram fiéis a si próprios. Há episódios picarescos bem conseguidos, uns a traço mais grosso e carregado, outros a traço mais ligeiro e termina com um interessante diálogo entre dois dos protagonistas que, afinal, se colocam as questões que eram as do 25 de Abril no rescaldo do PREC: como prosseguir, olhando longe, enfrentando as golpadas, traições, desistências e contrariedades, sem negar o fundamental? PPC

Grandes Estrategistas Portugueses

Com coordenação de António Paulo Duarte e António Horta Fernandes foi dada à estampa pelas Edições Sílabo, na sua Coleção Clássicos do pensamento estratégico, a obra *Grandes Estrategistas Portugueses - Antologia*, onde é sumariado o pensamento estratégico formulado por várias personalidades portuguesas do século XX, três das quais felizmente ainda vivas, que não ficaram indiferentes às profundas transformações verificadas neste "século curto". Das campanhas ultramarinas do princípio dos anos 1900, passando pela Grande Guerra e a Guerra Colonial, até às operações de manu-



tenção de paz ou, de uma forma mais directa, pela II Guerra Mundial e a Guerra Fria, o país não escapou às conflagrações que nele ocorreram.

Os textos coligidos são o resultado das reflexões de alguns dos mais insígnis pensadores portugueses sobre as questões da guerra, a estratégia e a defesa nacional.

A antologia é precedida de dois textos introdutórios que procuram interpretar as transformações sofridas pela guerra e pela estratégia que permitem contextualizar a realidade vivida por cada um dos autores seleccionados. Pequenos apontamentos a anteceder cada contributo, para além de breves textos biográficos, permitem situar o pensamento de cada autor, o que permite ficar a conhecer a valor do pensamento de alguns dos mais importantes estrategistas portugueses do século XX. AB ■

Caro associado, não se esqueça de manter actualizada a informação sobre o seu e-mail

A Direcção da A25A

Notícias do Movimento Cívico Não Apaguem a Memória

MARTINS GUERREIRO

O NAM TEM CONTINUADO este ano de 2007 a sua afirmação no espaço cívico português e a divulgação dos seus objectivos desenvolvendo acções de sensibilização junto da sociedade e dos órgãos do poder central e local.

— Em 17 de Fevereiro realiza-se, no Fórum Lisboa um sessão de canto livre intitulado "Vozes ao Alto" visando assinalar o papel da canção de intervenção na resistência ao fascismo. Participaram dezenas de artistas, tratou-se de um notável espectáculo de evocação e homenagem a saudosos artistas resistentes como Zeca Afonso, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira... Assistiram mais de quatrocentos activistas e amigos do nosso movimento.

— No dia 8 de Março decidimos assinalar o Dia da Mulher e prestar a nossa homenagem à

mulher resistente, efectuando um encontro no Museu da República e Resistência com a participação de mulheres resistentes como: Maria Barroso, Albertina Diogo, Domicília Campos Correia, Luísa Irene Dias Amado, Isaura Borges Coelho, Stella Piteira Santos, Hortênsia Campos Lima e Helena Pato entre outras.

— Na continuação desta acção, no sábado dia 10, 40 elementos do NAM efectuaram uma deslocação ao Concelho de Coruche para encontro com o presidente da Câmara Dionísio Simão Mendes e visita a locais do Concelho, que são memórias da luta contra o fascismo – Igreja da Azerbeijinha, construída pelos padres holandeses, e aldeia do Couço. O presidente da Câmara acompanhou-nos nestas visitas que foram guiadas na Igreja da Azerbeijinha pelo arquitecto Nuno Teotónio Pereira e no Couço pela dr.ª Paula Godinho.

— Em 30 de Março ocorreu na AR o debate sobre a petição apresentada pelo NAM, após aprovação na I comissão por unanimidade do relatório muito positivo, elaborado pelo deputado Marques Júnior, aguarda-se agora a aprovação – a breve prazo – de uma resolução da AR que contemple e viabilize a concretização de alguns dos objectivos do NAM:

- Preservação dos edifícios, símbolos da repressão fascista e da liberdade.
- Criação de um Museu Nacional da Liberdade e da Resistência.
- Criação de um memorial aos presos políticos.
- Incentivo ao conhecimento da História Contemporânea no seu período mais recente.
- Desenvolvimento de uma política de organização e tratamento de arquivos com base no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.



• Elaboração de um roteiro da memória da resistência e liberdade, de âmbito nacional, em ligação com roteiros de âmbito local.

• Homenagem aos resistentes e lutadores pela liberdade através de toponímia urbana.

– No dia 21 de Abril os companheiros do núcleo do Porto organizaram uma visita guiada por ex-presos políticos ao actual Museu Militar, local onde esteve instalada a sede da PIDE/DGS no Porto, visando agora a instalação naquele local do Museu da Resistência.

– No dia 25 de Abril participámos nas comemorações populares, em Lisboa e no Porto. Após o desfile na Avenida da Liberdade e fim das intervenções o NAM acompanhado de numerosos amigos deslocou-se à Rua António Maria Cardoso, onde se efectuou uma concentração, milhares de pessoas ouviram em profundo silêncio as intervenções de Fernando Vicente e Garcia Pereira que lembraram as bárbaras torturas a que os resistentes ali foram submetidos e o assassinio de quatro populares no próprio dia 25 de Abril de 1974. O NAM expressou o seu protesto contra o não cumprimento do compromisso já assumido pela Câmara de Lisboa e pelo promotor imobiliário de criação de um espaço museológico naquele local.

Este acto cívico de protesto e dignificação dos resistentes decorreu em condições de completa normalidade e nada teve a ver com outros acontecimentos que ocorreram mais tarde no Chiado e aos quais o NAM foi associado por notícias divulgadas pela comunicação social falada e escrita.

– Realizou-se no dia 12 de Maio uma visita ao núcleo museológico do posto de comando do MFA guiada pelo dr Miguel Ferreira do Departamento Sócio Cultural da Câmara Municipal de Odivelas, a autarquia responsável pela musealização do posto de comando no ano 2001. Estiveram presentes cerca de 30 activistas.

A visita teve como objectivo a chamada de atenção para um dos mais míticos sítios de memória do 25 de Abril e que continua numa situação periclitante, uma vez que não está garantida a sua preservação futura.

O Regimento de Engenharia Nº 1 está encravado entre dois concelhos – Odivelas e Lisboa – o que dificulta a sua eventual classificação como Imóvel de Interesse Nacional, passo decisivo à sua preservação definitiva. Por outro lado, se um dia o Regimento for desactivado, o espaço do "posto de comando" corre o risco de desaparecer. A visita correu bem começando pela exposição permanente com painéis sobre os acontecimentos mais relevantes do dia 25 de Abril vividos no posto de comando, desde

a chegada dos operacionais, na noite 24 de Abril até à manhã do dia 26, em que a Junta de Salvação Nacional ali deu a primeira conferência de imprensa. De seguida visitou-se a sala de operações, local onde se comandaram todas as acções militares do 25 de Abril e que reconstituiu o seu funcionamento na madrugada que o povo português esperava. No auditório visionámos um pequeno filme com excertos da "Hora da Liberdade" (reconstituição da SIC) e imagens de arquivo (da RTP).

A visita foi encerrada com o testemunho da luta clandestina do nosso companheiro Raimundo Narciso e com palavras finais de Jorge Martins em nome do NAM.

– Continuando a tarefa para assinalarmos condignamente o espaço da AMC realizámos no dia 16 de Maio um colóquio em que participaram mais de oitenta activistas e amigos do NAM. Foram debatidas algumas ideias formuladas pelo grupo de acompanhamento técnico sobre o espaço do novo edifício que será cedido pelo promotor imobiliário para ali ser assinalado o que foi aquele sinistoso local. Entrevieram nomeadamente Nuno Teotónio Pereira e Fernando Vicente. Henrique Cayate e Hestnes Ferreira clarificaram conceitos quanto à organização da repressão fascista e o que se pretende para o referido espaço de "memória da repressão":

Um primeiro espaço de recepção mais aberto e luminoso, onde se focará a luta contra a repressão e a posterior libertação, que inclui o acolhimento para o memorial da repressão pela PIDE com pequeno auditório informal.

Um segundo espaço de galerias interiores, aptas a sugerir um mundo totalitário, concentracionário e subterrâneo da PIDE, a sua ligação ao ditador e os meios utilizados para condicionar uma população subjugada.

Um terceiro espaço na cisterna, como espaço de informação veiculada através de imagens a diferentes escalas, acompanhadas de som, placards com dados informativos, textos e fotografias e eventuais objectos reais ou simulados da opressão e da resistência.

Foram ainda formuladas sugestões para sensibilização dos candidatos à Câmara de Lisboa e indicadas acções futuras visando este objectivo de preservação da memória no espaço da António Maria Cardoso.

No dia 20 de Junho realizou-se um colóquio na Ordem dos Advogados, com a participação do bastonário, Rogério Alves, e José Augusto Rocha (ex-advogado de presos políticos), Carlos Brito (ex-presos político) e Luís Fariña (historiador), sobre os Direitos Humanos, a repressão e a resistência durante o período fascista, que decorreu de forma muito positivo. ■



Visita ao Posto de Comando



Assembleia Geral da A25A

REALIZOU-SE no passado dia 14 de Abril a Assembleia Geral ordinária da A25A, destinada, de acordo com o preceituado nos Estatutos e no Regulamento Interno a aprovar o Relatório de Actividades da Direcção e as Contas respeitantes ao ano de 2006.

Estiveram presentes mais de meia centena de sócios, que aproveitaram para esclarecer as dúvidas suscitadas pelos documentos que publicamos em anexo, bem como para discutir o futuro da Associação.

No decurso dos trabalhos, a Direcção apresentou uma proposta destinada a conceder a Carlos Alberto Soares Idães Fabião a qualidade de Sócio de Honra da A25A, a qual foi aprovada por unanimidade e aplauso.

Assembleia Geral atribuiu por aclamação a Carlos Fabião a qualidade de sócio de honra da A25A. Com esta distinção, a A25A conta a partir de agora com nove sócios de honra

Posteriormente, a Assembleia transformou-se em corpo eleitoral destinado a eleger os Corpos Sociais para o biénio 2007/2008, cuja composição publicamos ao lado e cuja tomada de posse ocorreu de imediato.

A anteceder esta reunião magna teve lugar um encontro entre a Direcção nacional e elementos dos corpos sociais das Delegações da A25A do Norte, Centro e Alentejo e da Comissão Instaladora da Delegação do Algarve, a fim de serem afinados procedimentos de índole contabilística que permitam a uniformização da contabilidade da Associação. ■

Corpos Gerentes para o biénio 2007/2008

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Amadeu Garcia dos Santos
Vice-presidente	José Manuel Oliveira Monteiro
Primeiro secretário	Augusto Manuel Coimbra do Amaral
Segundo secretário	Joaquim José Filipe Ventura
Suplentes	Vítor Manuel F. Ribas de Lira Manuel José Esteves Rodrigues

Direcção

Presidente	Vasco Correia Lourenço
Vice-presidente	João Caiado Gago Falcão de Campos
Secretário	Aprígio Ramalho
Tesoureiro	Armando Pinheiro Isaac
Vogais efectivos	Clarinda Maria S. de Veiga-Pires José Luís Villalobos Filipe Pedro Manuel Cunha Lauret António José Augusto Nuno José Santa Clara Gomes
Suplentes	Mário Lopes Figueiredo Maria do Rosário Freitas Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente	Manuel Beirão Martins Guerreiro
Primeiro secretário	Victor Hugo da Mota
Segundo secretário	António José Pereira da Mata

Relatório anual da Direcção (ano de 2006)

NOS TERMOS DA ALÍNEA c) do n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento Interno, a Direcção apresenta à Assembleia Geral o Relatório da sua actividade e as contas referentes ao ano de 2006.

(Tendo em atenção a data de apresentação do presente Relatório, decidiu-se incluir a referência a alguns factos verificados já em 2007.)

A. CONSELHO DA PRESIDÊNCIA

Reuniu extraordinariamente, por convocatória do seu presidente, a fim de deliberar sobre o seguimento das iniciativas ligadas ao Observatório da Democracia.

B. DIRECÇÃO

1. O secretário da Direcção, coronel Sebastião Goulão, solicitou a demissão do cargo, que foi aceite pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido substituído pelo vogal Apriço Ramalho, o qual por sua vez foi substituído pelo vogal suplente, José Manuel Dourada Mendes.

2. A Direcção fez um esforço para informatizar o ficheiro de sócios, através de uma aplicação fiável e de fácil utilização concebida por técnico externo que procedeu à construção de raiz de uma base de dados dos sócios, substituindo assim o pouco mais que artesanal ficheiro.

Esta ferramenta informática permite visionar de imediato a situação de cada associado e, através de uma base de dados anexa, ficar a conhecer todo o seu histórico.

Trata-se de uma aplicação determinante para se poderem desenvolver outras actividades e iniciativas. É portanto natural alguma discrepância nos números apresentados, no Movimento Associativo, quando confrontados com os anteriores relatórios.

3. Um dos grandes problemas com que a Associação sempre se debateu foi o deficiente sistema de cobranças de quotas, traduzido numa sempre crescente diminuição do volume de receitas.

Consciente que a responsabilidade era fundamentalmente devida mau funcionamento da Tesouraria e menos dos sócios, tomaram-se algumas medidas tendentes a solucionar o problema.

Começando por alterar o processo de pagamento através dos bancos – passou-se da transferência bancária para o Sistema de Débito Directo –, desenvolveu-se intensa actividade junto dos sócios, para que aderissem à nova fórmula.

Os resultados obtidos, até agora, justificam já o esforço dispendido e criaram novas e melhores condições de funcionamento dos serviços de Secretaria e Tesouraria.

4. Inventário do património

Há vários anos que nos Relatórios e Contas dos exercícios vem referido que, “uma vez mais não foi possível proceder-se à avaliação do património artístico da Associação”.

Durante este exercício foi feito um esforço significativo, relativo ao levantamento do património e à sua valoração.

Neste momento, cada uma das obras que constituem o património associativo tem uma ficha com o

número de inventário, descrição da obra, autor e valor de avaliação, com fotografia da mesma.

Assim, concretizou-se, no correto exercício, aquilo que se havia prometido no passado.

5. Concursos de fotografia

Lançaram-se, tendo em vista as comemorações do 33.º aniversário do 25 de Abril e as viagens a organizar futuramente, dois concursos de fotografia, a saber:

5.1. Concurso Internacional de Fotografia “25 de Abril”

Aberto a fotógrafos amadores profissionais, nacionais e estrangeiros.

Como tema único terá *As comemorações do 25 de Abril, em qualquer parte do mundo.*

Serão atribuídos prémios monetários e troféus, sendo intenção da Direcção convidar o escultor Henrique Cayatte para a elaboração destes.

Será feita uma exposição no Fórum da Associação e publicadas as fotografias premiadas na site da A25A e em “O Referencial”.

5.2. Concurso “Olhar do Viajante”

Destinado exclusivamente aos viajantes, participantes nas viagens promovidas pela A25A, sendo o tema alusivo à própria viagem.

Serão distinguidas três fotografias, com publicação em *O Referencial* e no site da Associação.

As quinze melhores fotografias serão objecto de exposição na A25A.

C. DELEGAÇÕES

Depois de um alargado debate, entre a Direcção e as Delegações, foi aprovado pela Direcção, em reunião de 8 de Novembro, um novo **Regulamento das Delegações e Núcleos da A25A**.

Com este novo Regulamento, que se procurará cumprir, contamos alcançar um melhor funcionamento nas relações entre a Sede nacional e as Delegações e Núcleos, cuja necessidade se acentuou com a integração da contabilidade das Delegações e Núcleos, na contabilidade da Associação, já a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Contamos que isso se verifique já no exercício de 2007.

Quanto às actividades desenvolvidas pelas Delegações, dá-se de seguida conhecimentos dos Relatórios das respectivas Direcções.

1. Delegação do Norte

Transcreve-se o **Relatório de actividades do biénio 2005/2006**, elaborado pela Direcção:

(Nos termos do Regulamento Interno das Delegações da A25A, n.º 5 do Art.º 15.º)

1. INTRODUÇÃO

Neste biénio, o nosso esforço continuou a centrar-se na consolidação do projecto de História Oral a que metemos ombros, que pensamos ir no sentido correcto dos fins da A25A.

Em paralelo com esse projecto continuamos com a aquisição de mais alguns livros para a nossa biblioteca temática, que já possui cerca de um milhar e meio de títulos, toda organizada, catalogada e pronta a ser consultada por quem o desejar.

Gostáramos de ter já conseguido umas novas instalações para a nossa sede social, mas a entidade

que mais nos poderia auxiliar nesse aspecto, a Câmara Municipal do Porto, não parece muito interessada nesse objectivo e as relações entre esta Delegação e aquela têm-se vindo a deteriorar. Parece-nos que pouco poderemos esperar dela, enquanto a Autarquia estiver nas mãos deste poder político.

2. ACTIVIDADES

Dentre as comemorações do 25 de Abril que um pouco por todo o norte do país tiveram lugar nestes dois anos e que, na medida das nossas possibilidades e em função das solicitações, fomos apoiando, serão de salientar as centradas na cidade do Porto que organizamos, quer em parceria com outras instituições quer isoladamente.

A C.M. do Porto manifestou muito pouco empenhamento no apoio que forneceu a essas comemorações, pelo que as mesmas foram de muito baixa intensidade na cidade.

Acresce ainda, que o subsídio prometido em 2006 à Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril na cidade do Porto, não foi entregue, como já foi amplamente divulgado, quer aos nossos consócios, quer através da C.S. O caso continuou no Tribunal, onde já deu entrada uma acção contra a Junta.

O ponto alto das nossas iniciativas de 2005 foi uma sessão no pequeno auditório do teatro Rivoli, na tarde de 21 de Maio, com duas partes. Na primeira foi efectuada a divulgação pública do nosso projecto de História Oral, em colaboração com a Universidade Popular do Porto (UPP); na segunda teve lugar um debate subordinado ao tema “O Referendo – um instrumento democrático”, com a participação do Dr. Carlos Laje (PSD), Dr. Jorge Neto (PSD), Victor Dias (PCP) e Dr. Diogo Feit (CDS/PP). Estava prevista também a presença do Dr. Teixeira Lopes (BE), mas algumas dificuldades pessoais de última hora não o permitiram. Lamenta-se a pouca presença de público, já que o evento decorreu com uns níveis e interesse bastante elevados.

Enviámos nestes dois anos cerca de quatro dezenas de representantes como participantes em conferências, debates e palestras em escolas de diferentes graus de ensino, autarquias e outras instituições, onde se falou de ABRIL.

Organizámos em cada ano um concurso para jovens das escolas da zona norte do país, sob a temática do 25 de Abril, premiando os trabalhos que julgamos mais conseguidos.

Fornecemos documentação para algumas dezenas de exposições sobre o 25 de Abril que tiveram lugar no norte do país e não só, a escolas, autarquias e outras entidades que pediram o nosso apoio.

Para onde nos convidaram e não foi possível estarmos presentes, enviamos a mensagem da Direcção Nacional para ser lida.

Colaboramos, com propostas à Direcção Nacional, na elaboração do novo Regulamento Interno das Delegações/Núcleos, aprovado em 2006.11.08.

Apostadas na promoção e divulgação da cultura, entendida com condição fundamental para o enriquecimento do homem e o progresso social, esta Delegação e a UPP (Universidade Popular do Porto), assinaram em 18 de Fevereiro de 2006, um Protocolo de Cooperação. Nele é referida a divulgação mútua das iniciativas de cada uma das Instituições, as condições em que os associados de cada uma delas participam nas

Relatório anual da Direcção (ano de 2006)

da outra e a possibilidade de organização de projectos comuns.

3. INSTALAÇÕES SOCIAIS

Não foi possível até à data chegar a um entendimento com a CMP a fim de se analisarem novas possibilidades de outras instalações para a nossa Sede e seus serviços. Neste momento, por razões óbvias, é opinião nossa que tal desiderato é completamente impossível.

Embora alguns membros da Direcção já tenham manifestado intenção de efectuar contactos por outras vias para desbloquear esta situação, a verdade é que só há pouco tempo, após as últimas autárquicas, conseguimos em 18 de Janeiro de 2006 uma audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos para o efeito. A entrevista correu satisfatoriamente e seguiu-se a vinda de uma delegação daquela autarquia às nossas actuais instalações, para "in loco" se familiarizar com a nossa realidade e respectivas necessidades. Os contactos têm continuado, mas ainda não foi possível obter o espaço condigno que ambas as partes desejam.

4. CDIAL

(Centro de Documentação Abril e a Liberdade)

O nosso apelo para que cidadãos, sócios ou não sócios, nos lessem a totalidade ou parte do seu espólio documental que se enquadrasse no nosso Centro de Documentação, que surgiu inicialmente alguns efeitos, não tem tido continuidade. Muito provavelmente por culpa nossa que não conseguimos ser convincentes como depositários desses espólios. É a nossa intenção dar um novo dinamismo a essa tarefa.

A Biblioteca temática, possui neste momento quase 1500 livros, como já antes referido, fruto de doações (Sede da A25A, autores, editoras, outras instituições) e aquisição por compra. Está totalmente catalogada e informatizada e em breve poderá até ser consultada por títulos no "site" da A25A (www.25abril.org). Tal trabalho só foi possível através da colaboração remunerada, a expensas da Delegação, de um jovem licenciado em História.

5. PROJECTO DE HISTÓRIA ORAL

O desenvolvimento do projecto de investigação em História Oral para a História do 25 de Abril no Norte de Portugal – Histórias de Vida do MFA, coordenado, no âmbito do Centro de Documentação e Informação Abril e Liberdade, pelo vogal da Direcção Manuel Loff, defrontou-se ao longo do ano de 2006 com uma opção problemática: o avanço na recolha de mais entrevistas, sob a forma de histórias de vida, a somar às onze que foram recolhidas nos dois anos anteriores, significa uma maior acumulação de material conservado em suporte audiovisual para o qual não tem sido encontrada solução prática para o seu tratamento (digitalização e transcrição anotada). É no tratamento destes documentos orais que o projecto tem tido dificuldades prementes. O estágio que um estudante da Licenciatura de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto realizou nos meses de Outubro de 2005 a Março de 2006 permitiu, contudo, avançar neste sentido, retomando trabalho deixado em anos anteriores, mas o cancelamento por parte do Governo dos programas de apoio a estagios a estudantes do Ensino Superior não augura as melhores perspectivas para o ano de 2007.

6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

No sentido de obter de uma forma sustentável algum desajogo financeiro para a Delegação, efectuou a Direcção da mesma, visitas aos Portadores Civis dos cinco distritos da nossa área (Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança). Os encontros tiveram como objectivo, além da natural apresentação de cumprimentos, a entrega de um dossier referindo a nossa Situação Actual e os Projectos para o Futuro. A cada um deles deixamos um projecto de protocolo, a ser porventura assinado por eles e a A25A, que contemplava o desenvolvimento de algumas actividades nossas, cabendo nos Estatutos, em benefício de cada um dos distritos em apreço. A contrapartida seria o apoio financeiro à A25A para essas iniciativas.

Infelizmente, as determinações do Governo da República, limitando àqueles órgãos a capacidade de atribuição de subsídios, travaram este processo.

Consequimos também com um artista, o pintor Orlando Pompeu, nos oferecesse uma das suas obras para reprodução serigráfica de 120 exemplares. Vendemos mais de metade dos exemplares e continuamos tentando vender os restantes, bem como outros exemplares de outros autores, que conosco colaboraram em iniciativas idênticas, que ainda temos em stock.

7. COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

• ASPECTOS POSITIVOS MARCANTES

- Finalização da catalogação e informatização da nossa Biblioteca;
- Prossecução do Projecto de História Oral;
- Abertura de uma nova porta de diálogo, com a Câmara Municipal de Matosinhos.

• ASPECTOS NEGATIVOS MARCANTES

- Aumento das dificuldades de apoio dos Governos Civis;
- Completo esvaziamento no relacionamento com a Câmara Municipal do Porto;

Entendemos que devemos continuar com a iniciativa/colaboração em todas as actividades de evocação do 25 de Abril de 1974 e suas consequências, bem como em todos os projectos de Memória daquela data.

No cumprimento destes objectivos há necessidade de resolver dois problemas: a obtenção de uma nova Sede para a Delegação e a nossa sustentabilidade financeira.

Para a solução destes dois problemas, já inúmeras vezes apelamos à colaboração da massa associativa, com propostas, sugestões, ideias, mas infelizmente não temos tido resposta. Aqui continua o apelo.

A Direcção continua a acreditar na existência da A25A e na desta Delegação, mas ajudem-nos a manter este sonho de pé.

Que a credibilidade que do exterior nos confere, seja correspondida no nosso seio.

Porto, 31 de Dezembro de 2006

O Presidente da Direcção
Antero Aníbal Ribeiro da Silva

2. Delegação do Centro

Transcrevem-se dois documentos da responsabilidade dos Corpos Sociais:

a) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVO AO ANO DE 2006

1. Prêmbulo

A actividade desenvolvida pela Delegação durante o ano de 2006 foi relativamente limitada, sobretudo por ter continuado sem solução o problema da falta de uma sede onde instalar os seus serviços, e por subsistirem alguns condicionamentos à sua acção, designadamente, dificuldade de comunicação com os sócios e problemas administrativos na relação com a sede da Associação em Lisboa.

Quanto ao último ponto, verificou-se um avanço significativo com a aprovação, em 28 de Novembro de 2006, do Regulamento Interno das Delegações/Núcleos. Entretanto, o Presidente da Direcção, acompanhado pelo Presidente da Assembleia-Geral, deslocou-se algumas vezes a Lisboa para discutir o respectivo projecto com a Direcção Nacional e tratar, ao mesmo tempo, da regularização de assuntos pendentes e da transição para o novo regime criado com a aprovação do regulamento.

2. Actividades desenvolvidas

As actividades concretas e mais significativas levadas a efeito em 2006 foram as seguintes.

- Participação do Presidente da Direcção na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, promovida pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Participação do Presidente da Assembleia-Geral, em 23 de Abril, na sessão comemorativa do 25 de Abril em Oliveira do Bairro, promovida pela Filarmónica União de Oliveira do Bairro. De salientar a participação na sessão de D. Ximenes Belo.
- Realização na Figueira da Foz, da sessão evocativa do 25 de Abril, promovida pela Delegação, com um almoço-convívio dos sócios, a homenagem ao falecido Vice-Presidente da Direcção da Delegação, Jorge Rigueira, e uma exposição de pinturas.
- Participação de elementos dos corpos sociais da Delegação em sessões junto escolas secundárias, a pedido dos Conselhos Directivos.
- Representação da Delegação na apresentação em Coimbra, em 29 de Junho, da obra de Aires Antunes Diniz em homenagem ao republicano Álvaro de Castro.
- Participação da Delegação, através do Presidente da Assembleia-Geral, na Evocação da «Revolta dos Marinheiros», de 8 de Setembro de 1936, realizada na Loulé no dia 9 de Setembro, integrando a respectiva Comissão "Memória e Tributo", em representação da Direcção Nacional.
- Presença do Presidente da Assembleia-Geral na sessão evocativa do 5 de Outubro, realizada na Figueira da Foz, promovida pelo Partido Socialista e Associação 24 de Agosto.
- Evocação do 5 de Outubro, promovida pela Delegação na Casa Municipal de Cultura, em Coimbra, no dia 10 de Outubro, com a apresentação da obra de homenagem ao General Sousa Dias, da autoria de Augusto J. Monteiro valente, e uma comunicação proferida pelo Prof. Dr. Amadeu Carvalho Homem.
- Patrocínio da obra editada pelo Centro de Documentação 25 de Abril sobre as prisões do Estado Novo.

Coimbra, 20 de Janeiro de 2007

O Presidente da Direcção
Fernando Góis Moço

b) PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2007

da responsabilidade da nova Direcção regional, eleita em 20.01.2007

Préambulo

Nos termos do Artigo 5.º do Regulamento Interno das Delegações/Núcleos, aprovado em sessão plenária da Direcção da Associação, em 8 de Novembro de 2006, as Delegações têm por fins:

1. Fomentar a participação dos associados das respectivas zonas de acção, em todas as actividades da Associação;
2. A representação da A25A na respectiva zona de acção, sempre que delegada pela Direcção da associação;
3. A realização de actividades dentro da respectiva zona de acção que caibam no âmbito dos Estatutos da A25A, quer por sua iniciativa, quer por delegação da Direcção da Associação;
4. O aprofundamento da implementação da A25A na sua zona de acção, nomeadamente através da angariação de novos associados.

Plano de actividades para 2007

Em ordem a procurar concretizar os fins da Delegação acima expostos, a Delegação de Coimbra da A25A irá procurar desenvolver as suas actividades no ano de 2007 segundo as seguintes linhas de orientação:

1. Promover uma maior consolidação da implantação da Delegação na sua zona de acção, dinamizando a criação de Núcleos, a ligação aos associados, a descentralização das actividades e a utilização do sítio e blogue da Associação como espaços de comunicação e debate livre e aberto;
2. Estreitar a ligação com a Direcção Nacional e as outras Delegações da A25A, participando e/ou colaborando nas respectivas actividades;
3. Reforçar a coesão dos Órgãos Dirigentes através de reuniões periódicas, para discutir e coordenar acções concretas a desenvolver;
4. Prosseguir as diligências com vista à criação e instalação de uma sede da Delegação e a cedência provisória de um espaço adequado para as reuniões dos Órgãos Dirigentes;
5. Aprofundar a ligação e articulação da Delegação com outras associações cívicas e culturais da sua zona de acção, através de parcerias e acções conjuntas. Neste âmbito, propor à Direcção Nacional da Associação a adesão da Delegação ao Conselho da Cidade de Coimbra, com vista à sua maior visibilidade, projecção e intervenção;
6. Promover a preservação da memória histórica democrática, numa perspectiva de pedagogia cívica e cultural, dirigida especialmente às gerações jovens, incrementando as acções junto dos estabelecimentos de ensino e associações académicas e colaborando com iniciativas que visem a mesma finalidade;
7. Patrocinar as evocações em Coimbra de Zecca Afonso, na passagem do 20.º aniversário do seu falecimento;
8. Participar nas comemorações do 33.º aniversário do 25 de Abril, promovidas pela Direcção Nacional da Associação e integrar ou patrocinar as comissões promotoras de outras iniciativas com idêntico objectivo, criadas por associações cívicas e culturais ou por grupos de cidadãos;
9. Organizar em Coimbra acções comemorativas do 33.º aniversário do 25 de Abril, a levar a efeito em 16 de Março e em 27 de Abril, em parceria com outras instituições e/ou associações.

3. Delegação do Alentejo

A actividade desta Delegação, que já foi muito intensa, ressentiu-se de alguns problemas que a dificultaram bastante.

Em primeiro lugar, o relacionamento entre a Delegação e a Sede, no que se refere ao controlo financeiro e às relações com os sócios colectivos especiais autarquias, que originou a suspensão da atribuição do subsídio à Delegação, que permitia a contratação de um funcionário para a sede da Delegação. O que, em consequência, provocou o encerramento das instalações da referida sede, cedidas pela Câmara Municipal de Grândola.

Em segundo, o agravamento das relações entre a Direcção da Delegação e a Câmara Municipal de Grândola, que provocou a interrupção da colaboração entre as duas entidades.

Depois de uma tentativa de reunião da Assembleia Regional, não concretizada por falta de quórum, foi marcada uma nova reunião da referida Assembleia Geral Regional, que procedeu à eleição dos novos corpos sociais da Delegação, que irão tomar posse brevemente. Confia-se que se consigam ultrapassar os diversos problemas existentes e permitir à Delegação o retomar das suas actividades planas.

Também a entrada em vigor do novo Regulamento das Delegações e Núcleos contribuirá certamente para a normalização desejada.

De realçar, no referente às actividades desenvolvidas:

- Continuação das diligências para a criação de um Núcleo do Norte Alentejano, com sede em Assumar, cuja aprovação já foi efectuada pela Direcção nacional;
- Apoio à Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Grândola;
- Organização, em parceria com a C. M. de Monforte e a Junta de Freguesia de Assumar, do tradicional jantar convívio do 25 de Abril, teve cerca de 500 participantes, entre os quais vários associados da A25A;
- Elaboração de um regulamento para um Concurso da "Medalha de Abril" (peló sítio Pedro Horta), que se pretende lançar junto dos alunos das escolas do Alentejo;
- Representação em vários locais, para onde se foi convidado, para comemorar o 25 de Abril (26 iniciativas, em escolas e autarquias);
- Reunião com a Delegação do Norte da A25A para debate de assuntos de interesse para as Delegações e Núcleos;
- Execução de duas exposições itinerantes;
- Colaboração em duas sessões de poesia popular alentejana;
- Colaboração em exposição de pintura, em Assumar, com obras de associados da A25A.

4. Delegação do Algarve

Na sequência do enorme êxito alcançado no jantar comemorativo dos 32 anos de Abril, criou-se uma dinâmica que levou à apresentação e posterior aprovação de uma proposta para a criação de uma Delegação da A25A no Algarve.

Constituída a respectiva Comissão Instaladora, esta vem desenvolvendo diversas actividades, contando-se em breve com a sua plena instalação.

D. COMEMORAÇÕES DO XXXII ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

As comemorações do 32.º aniversário do 25 de Abril registaram uma participação que ficou dentro das expectativas.

1. Comemorações próprias**Nacionais**

- 1) *Emissão de medalha* da autoria do nosso associado Luís da Mata Almeida.
- 2) *Emissão de cartaz e autocolante* da autoria do nosso associado Luís da Mata Almeida.
- 3) Tradicional *jantar-convívio*, no dia 24 de Abril, que reuniu no AquaShow, em Quarteira, mil associados, familiares e amigos.
- 4) *Corrida da Liberdade*, em Lisboa, numa organização conjunta com a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, com a colaboração das Câmaras Municipais de Lisboa e Odívelas.
- 5) *Festa Jovem*, no Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, numa organização conjunta com a Câmara Municipal de Almada, Federação Portuguesa de Trampolins e Desportos Acrobáticos, Associação de Ginástica de Lisboa e Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal.
- 6) *Comemorações populares*, em organização conjunta com várias organizações cívicas, culturais, sindicais e políticas, inclusive partidos políticos e elementos independentes que, mais uma vez, constituiriam a Comissão Promotora das Comemorações Populares.

2. Outras Comemorações

- a) Foi a A25A solicitada para participar em comemorações organizadas pelas mais diversas entidades, sediadas em Portugal, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, e no estrangeiro: autarquias, associações diversas, bibliotecas, comissões populares, estabelecimentos de ensino público e privado dos diversos graus de ensino, editoras, sindicatos, partidos políticos, etc. Concretamente: 11 escolas, 31 autarquias, 17 associações e 10 diversos.
- b) No presente ano, e dado o grande esforço efectuado, conseguimos satisfazer cerca de 95 por cento dos pedidos, tendo sido enviadas mensagens a quem não foi possível responder afirmativamente com a presença de um representante. De salientar o já habitual convite vindo da nossa Delegação do Canadá, onde se deslocou o coronel Sebastião Goulão.
- c) Continuou a cedência de materiais a diversas entidades destinados à organização de exposições comemorativas do aniversário do 25 de Abril. Foram cerca de trinta os pedidos feitos e satisfeitos por autarquias, escolas, associações, etc.
- d) Para além dos convites, refirmam-se também as saudações recebidas, de Portugal e do estrangeiro, oriundas fundamentalmente de autarquias.

E. SEDE

Como temos vindo a afirmar nos Relatórios dos anos anteriores, a existência da nova sede, sendo uma enorme mais valia, constituiu também um enorme desafio.

Passados seis anos, podemos afirmar que as perspectivas têm vindo a realizar-se, ainda que continuemos a desejar mais e melhor.

Relatório anual da Direcção (ano de 2006)

Temos conseguido dinamizar o espaço da sede, ali realizando ou permitindo que se realizem diversas actividades de natureza cívica, cultural e desportiva.

No entanto, torna-se indispensável um esforço dos associados, quanto a uma maior frequência. Só assim se conseguirá manter aberto, e com boas condições, um restaurante para os associados e convidados, que contribuirá bastante para um reforço da actividade associativa.

1. Biblioteca

O património da Biblioteca tem vindo a aumentar, continuando a sua consulta a ser possível, mediante marcação prévia.

2. Restaurante

A desastrosa gestão do restaurante não estava a ser um benefício para os associados, mas sim um factor propiciador do afastamento dos mesmos. Para além da fraca qualidade do serviço, acrescia o facto de a Associação não ver cumprido o compromisso consensual estabelecido pelo concessionário.

Em consequência, pode afirmar-se mesmo que a A25A, para além de não ter recebido quaisquer receitas do Restaurante, ainda suportou alguns custos de funcionamento do mesmo.

Por isso, a Direcção decidiu terminar, com efeitos a partir de Julho de 2006, o contrato, tendo tomado as providências adequadas com vista a encontrar um novo parceiro que pudesse responder ao desejo de todos: um serviço no Restaurante/Bar que tivesse uma boa relação qualidade/preço e funcionasse como um elemento activo e aglutinador da actividade associativa.

Foi assim possível estabelecer, em Outubro de 2006, com o sargento ajudante Joaquim da Cruz Ferreira, com enorme experiência e prestígio, um novo contrato. Passados poucos meses, podemos afirmar a nossa convicção de que a aposta foi ganha. O serviço melhorou claramente, seja na qualidade das refeições, seja no serviço propriamente dito; os preços não subiram e foram mesmo criadas alternativas que, caso o cliente assim o decida, permite baixá-los; a relação qualidade/preço aumentou significativamente.

Se, ao facto de um notável aumento dos associados e convidadas que frequentam o restaurante, juntarmos o cumprimento integral dos compromissos por parte do concessionário, só há que fazer votos por parte do restaurante e se prolongue pelo tempo fora.

De salientar a melhoria que se conseguiu, através de uma intervenção específica no tecto, das condições sonoras do Restaurante.

Salienta-se, também, a intervenção que permitiu criar condições para a realização de exposições no espaço do Restaurante e do Bar, ainda que de menores dimensões do que as realizadas no Fórum.

3. Fórum 25 de Abril

Para além das actividades organizadas pela A25A, saliente-se a grande procura que este espaço vem tendo, através de propostas das mais diversas entidades.

a) Lançamento de obras literárias

Apresentadas várias obras novas de diversos autores e editoras (6).

b) Exposições

Organizadas três exposições, para além das exposições intercalares, com património da A25A.

c) Tertúlias, debates, etc.

Organizados, quer da responsabilidade da A25A, quer da responsabilidade de outras entidades, diversos debates, onde se procura dinamizar o confronto de ideias, com vista ao enriquecimento intelectual, individual e colectivo (4).

d) Visitas de grupos escolares à sede e do Centro Nacional de Cultura, com sessões de informação e debate sobre o 25 de Abril e a A25A (4).

e) Foram efectuadas pinturas em toda a área que corresponde ao Piso 0, tendo posteriormente sido colocadas calhas que permitem uma melhor e mais eficaz movimentação dos materiais a expor.

4. Bridge

Terminado o VI Troféu A25A, deu-se início à realização do VII Troféu A25A, com oito sessões mensais.

Prossiguiu um curso de actualização, da responsabilidade do coronel Luís Galvão.

5. Loja

Continuaram a estar disponíveis, para aquisição dos associados e convidados, artigos diversos (livros, medalhas, posters, serigrafias, etc.).

F. OUTRAS ACTIVIDADES

1. Núcleo de viagens turísticas e culturais

O núcleo de organização de viagens turísticas e culturais, coordenado pelo consócio Sebastião Goulão, proporcionou aos associados uma viagem à Rússia, cuja adesão foi tão grande que houve necessidade de serem distribuídos por dois grupos, cada um deles com cerca de cinquenta viajantes.

Devido ao facto de a Direcção ter prescindido da colaboração do consócio Sebastião Goulão na organização das viagens, este pelouro foi assumido pelo secretário da Direcção, Apúrgio Ramalho, que deu início à preparação do programa para 2007, que incluirá uma viagem a Cabo Verde (Maio) e outra à China (Outubro).

2. Actividades de Divulgação Histórica.

a) Site da Associação

Foi lançado em 25 de Abril de 2006 o novo site da A25A. Foi possível criar uma Base de Dados (BD) que regista os principais acontecimentos de 1973 e 1974 até ao dia 1 de Maio. Os acontecimentos dos dias 24, 25 e 26 de Abril estão discriminados hora a hora.

As visitas ao site nos primeiros 10 meses foram da ordem dos 120.000, o tempo médio de cada visita é de 4,5 minutos e a média de páginas vistas por sessão é de aproximadamente de 14.

A média geral de visitas dia é de 377, sendo de salientar o aumento gradual e consistente do número de visitas desde o seu lançamento.

Face ao elevado número de visitas, podemos afirmar que o site da A25A é já o instrumento principal de divulgação da mesma.

Não houve capacidade de, como se desejava, proceder a uma melhoria de conteúdos suscitando a

colaboração dos associados que eventualmente dispõem de relatos ou documentos complementares aos conteúdos actualmente existentes. Ser tarefa, certamente prioritária para a próxima direcção.

b) Curso para professores de história

Organizou-se um curso para professores de história, em parceria com a Associação de Professores de História (APH). O curso foi acreditado pelo Conselho Científico e Pedagógico de Avaliação Contínua.

O curso é constituído por 5 módulos:

O Estado Novo no pós II Guerra Mundial

Professor Fernando Rosas, Professor António Reis

A Guerra Colonial

Coronel Aniceto Afonso, Coronel Matos Gomes

A conspiração e acção militar do 25 de Abril

Coronel Vasco Lourenço, Comd. Almada Correiras,

Comd. Pedro Laurent

A Descolonização

General Pezarat Correia, Almirante Vítor Crespo

A transição do Poder Revolucionário

para o Poder Democrático (1974,1976,1982)

Coronel Vasco Lourenço,

Almirante Martins Guerreiro, Coronel Rosado da Luz

Inicialmente previsto um curso em Lisboa e outro em Faro, houve necessidade de efectuar um segundo em Lisboa, face ao número de inscrições.

O curso foi financiado pelo Montepio Geral.

c) Site Guerra Colonial

Foi obtido um financiamento a 50% para desenvolver um site sobre a Guerra Colonial. Estando a ser tentados outros financiamentos, nomeadamente junto dos Ministérios da Defesa e Educação, há já a confirmação de apoio por parte deste último.

O site será constituído por uma adaptação da obra «Guerra Colonial» de Aniceto Afonso e Matos Gomes. Terá ainda um módulo pedagógico destinado a professores e alunos dos ensinos básico e secundário.

3. Actividades Político-Culturais e de fomento da Cidadania

Na sequência das actividades de carácter político-culturais anteriormente desenvolvidas, foi decidido lançar um blogue aberto à participação geral, e convidar um conjunto de personalidades de variadas áreas profissionais e ideológicas, para constituírem o seu Corpo Redactorial. Aceitaram cerca de 100 personalidades e o blogue será lançado no dia 17 de Abril próximo.

O blogue chamar-se-á «Avenida da Liberdade».

4. Protocolos e acordos

a) Foi proposto ao Ministério da Educação um protocolo de acordo para apoio a actividades promovidas pela A25A junto de professores e alunos.

Irá ser assinado no dia 23 de Abril próximo, pela ministra da Educação e pelo presidente da Direcção da A25A um protocolo que prevê apoios nas seguintes áreas:

- Idas a escolas de elementos da A25A em divulgação da nossa história recente (Guerra Colonial, 25 de Abril...);
- Concurso anual, para alunos dos ensinos básico e secundário, sobre temas da nossa história recente, em parceria com a APH;
- Apoio financeiro para um módulo pedagógico, a inserir no Site sobre a Guerra Colonial;
- O apoio a cursos de formação de professores ficará dependente de novas regras a estabelecer para a formação contínua de professores.

b) Proposto pela Guarda Nacional Republicana, está em estudo um projecto de protocolo, entre essa entidade e a A25A, com vista à colaboração do Arquivo Histórico, Biblioteca e Museu da GNR e a A25A, no sentido de estreitar o relacionamento, nomeadamente na investigação histórica e cultural, da permuta documental e na realização de iniciativas conjuntas.

c) Está também em estudo a elaboração de um projecto de protocolo entre o Ministério da Defesa Nacional e a A25A, com vista à colaboração nas nossas actividades, especialmente no que se refere ao site sobre a Guerra Colonial.

d) Embora ainda não assinado, está em vigor um acordo entre a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) e a A25A, com vista à cedência de imagens para os nossos sites.

5. Convites à A25A

Como nos anos anteriores, foram frequentes os convites dirigidos à A25A para se fazer representar em actividades várias.

Sempre que o considerou desejável e possível, a Direcção fez-se representar, enviando mensagens a Direcção a presença física não foi viável.

6. O Referencial

Mantendo a sua acção de primeiro instrumento de interligação entre os corpos sociais da A25A e os associados, e destes entre si próprios, *O Referencial* continuou a pautar a sua edição por elevados critérios de qualidade.

Ao director, ao editor e demais colaboradores o nosso público louvor e agradecimento.

7. Ofertas à A25A

Foram várias as instituições e entidades que contribuíram para o aumento do nosso património com a oferta de obras de arte, medalhas comemorativas, livros, etc.

8. Comissão de Acompanhamento da Revisão de Carreiras dos Militares

Continuou a actividade da Comissão que vem acompanhando a aplicação da Lei 43/99.

A equipa coordenada pelo almirante Martins Guerreiro vem desenvolvendo diligências, para que seja reactivada a Comissão de Apreciação, de modo a que sejam resolvidos os muitos casos que continuam pendentes.

9. Movimento Não Apaguem a Memória

A A25A decidiu apoiar o Movimento Não Apaguem a Memória, difundindo as suas realizações e apelando à participação dos seus associados no

mesmo – o que se traduz no facto de muitas adesões efectivas.

Para além disso, dado que a A25A disponibilizou instalações para as diversas reuniões do Movimento NAM e outro apoio logístico, decidiu fazer-se representar na ligação entre as duas organizações pelos associados Manuel Martins Guerreiro e José Luís Villalobos Filipe

G. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

a) Sócios efectivos

No período em apreço foram admitidos 72 (setenta e dois) Sócios Efectivos, os quais são propostos para ratificação à presente Assembleia Geral; 100 (cem) pediram a exoneração e 13 (treze) faleceram (Carlos Alberto Idães Soares Fábão, Joaquim António Cartaxo de Mira, Joaquim António Judas Ferreira, Joaquim dos Remédios Paulino, Jorge Lee Ferreira de Carvalho, José António da Costa Coelho Fonseca, José Bernardino Coelho, José Gaspar, José Joaquim Santos Júnior, Manuel de Deus Caldas Caetano, Silvério Augusto Benedito, Valter Lopes, Victor Manuel Antunes de Sousa).

b) Apoiantes

Faleceram 3 (três) Apoiantes (Inácio Barradas Catrapolo, Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues e Henrique Adriano Silva Monteiro

c) Sócios colectivos

Não foram admitidos sócios colectivos.

d) Sócios correspondentes

Foram admitidos 2 (dois) sócios correspondentes.

A Associação 25 de Abril conta com o seguinte número de associados no gozo dos seus direitos associativos:

1716 sócios efectivos,
888 apoiantes,
29 sócios colectivos
19 sócios correspondentes.

Para além disso, temos:

8 sócios de Honra
24 sócios a título póstumo.

Situação disciplinar

A Direcção não exerceu qualquer acção disciplinar, durante este período.

Mantêm-se suspensos, por motivos do não pagamento de quotas: 1076 sócios e 862 apoiantes.

Saliente-se o esforço feito pela Direcção, no sentido de levar os sócios suspensos – que, ou nunca pagaram quotas, ou não o fazem há bastante tempo – a apresentarem o seu pedido de demissão. Mesmo que não queiram proceder ao pagamento das quotas em atraso.

Essa iniciativa teve já alguns resultados, pelo que o número de associados suspensos tem vindo a diminuir. E, se a maioria opta pelo simples pedido de demissão – muitos com o argumento de que já há muito haviam feito o mesmo pedido, pelo que se não consideram devedores – outros há que juntam a esse

pedido o cheque para pagamento da dívida existente. E, outros, ainda, procedem ao pagamento e continuam sócios, daí resultando a sua recuperação plena.

H. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1 – INTRODUÇÃO

Os resultados líquidos do exercício de 2006, ainda que negativos, apresentam uma melhoria substancial de cerca de € 30.000,00, relativamente ao exercício anterior, sendo ainda o melhor dos resultados verificados nos últimos exercícios:

• 2006 – prejuízo de € 26.299,87
• 2005 – prejuízo de € 56.576,40
• 2004 – prejuízo de € 34.408,15
• 2003 – prejuízo de € 79.728,62

Tal melhoria não resulta de alterações estruturais, mas sim de factos e actividades pontuais que expressam os esforços efectuados no sentido de melhorar a situação económico-financeira da A25A, sendo de evidenciar os resultados obtidos com:

• subsídios (do Estado, autarquias e entidades privadas)	€ 50.008,35
• recuperação de quotas de exercícios anteriores	€ 42.226,09
• donativos	€ 15.833,25

De referir que as quotas do exercício de 2006, efectivamente cobradas, continuam, como vem acontecendo em exercícios anteriores, a não cobrir os custos administrativos e, muito menos, os custos com *O Referencial*.

De relevar ainda o facto de terem sido ainda integrados na contabilidade central os valores activos e passivos das Delegações, cuja contabilidade passa a ser integrada a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Para dar uma visão mais esclarecedora da situação económico-financeira apresentam-se alguns comentários às peças contabilísticas que constituem anexo a este Relatório.

2 – BALANÇO

A alteração mais significativa verifica-se na rubrica "Outras Imobilizações Corpóreas" e resulta de, finalmente, ter sido avaliada grande parte das obras de arte que constituem património da A25A, no valor de € 68.602,50, que aparece evidenciado na Reserva de Reavaliação criada como contrapartida do aumento daquela rubrica.

Também são de assinalar os seguintes aumentos do Activo:

• De cerca de € 35.000,00 na rubrica Disponibilidades;
• De cerca de € 18.000,00 na rubrica Existências, o que resulta da integração, pela primeira vez, na contabilidade central dos artigos para venda existentes nas Delegações.

Relatório anual da Direcção (ano de 2006)

3 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR NATUREZA)

Pela análise comparativa das demonstrações de 2005 e 2006 verifica-se:

- Um aumento de cerca de 34 por cento na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" que se deve essencialmente aos custos suportados relativamente à construção do site da Associação e da preparação da construção do novo site sobre a Guerra Colonial e aumento de custos das comemorações do 25 de Abril e não aos custos administrativos em relação aos quais se verificou, aliás, uma ligeira redução;
- Um vultoso aumento da rubrica de "Custos e perdas extraordinários", de € 14.943,78 para € 94.115,09 que resulta da contabilização, no exercício de 2006, das perdas resultantes da não cobrança de dívidas de sócios falecidos ou exonerados, no valor total de € 93.147,78;
- Uma diminuição das vendas de bens em cerca de 46 por cento;
- Uma redução de cerca de 25 por cento no valor das Rendas e Aluguers, em virtude do Restaurante ter estado fechado cerca de três meses;
- Um aumento de € 27.618,34 para € 00. 508,35 na rubrica "Comparticipações e Subsídios às Actividades", devido essencialmente de subsídios recebidos para as comemorações do 25 de Abril, realizadas no Algarve;
- Aumento na rubrica Proventos e Ganhos Extraordinários que cresceu cerca de 207 por cento, de € 50.843,45 para € 155.914,71, o que se deve essencialmente a:
 - Ter sido utilizada em € 76.505,81 a provisão para Dívidas de Quotas criada em exercícios anteriores, para cobrir as quotas incobráveis;
 - Terem sido recuperadas quotas de exercícios anteriores, no valor € 42.226,09.

4 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (POR ACTIVIDADES)

Este documento espelha as diversas actividades desenvolvidas pela A25A, evidencia os respectivos resultados e a influência de cada um deles no resultado final.

Começa por demonstrar que o valor das quotas do exercício efectivamente recebidas continua a ser insuficiente para cobrir os custos administrativos, e muito menos os de *O Referencial*, verificando-se, contudo, uma melhoria em relação ao exercício anterior, resultante de um aumento das quotas recebidas, uma ligeira redução dos custos administrativos e dos custos com *O Referencial*.

Em relação ao conjunto de actividades desenvolvidas, para além das administrativas e de *O Referencial*, verifica-se que os respectivos resultados pioraram em relação ao exercício anterior, devido a três factores concorrentes:

- Inclusão, no exercício de 2006, de custos de € 23.000,00, relativos ao site da Guerra Colonial que virá a ser desenvolvido em 2007, com uma recuperação de tais custos de pelo menos 50 por cento;
- Fecho do restaurante durante cerca de três meses e a realização de obras e reparação de equipamentos do mesmo;
- Obras realizadas no Piso 0 (Fórum).

A evolução negativa desse conjunto de actividades seria bem pior se não fosse o resultado positivo evidenciado na rubrica "Comemorações do 25 de Abril", realizadas no Algarve, que geraram um *superávit* de cerca de € 14.000,00 em relação a 2005.

Os Resultados Correntes do exercício que englobam os Proventos e Custos de todas as actividades normalmente desenvolvidas pela A25A, as Amortizações e Provisões e os Resultados Financeiros, tiveram uma evolução ligeiramente favorável, de menos € 92.476,07 para menos € 88.099,49, devendo-se a evolução significativamente positiva do Resultado Líquido do exercício, de menos € 56.576,40 para menos € 26.299,87, à evolução da rubrica de Resultados Extraordinários que resulta do balanço dos Proventos e Ganhos Extraordinários e dos Custos e Perdas Extraordinários que já foram objecto de análise a propósito das considerações feitas à demonstração de Resultados por Natureza.

5 - BALANÇO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS

Apresentam-se, aqui, as mutações de valores ocorridas de 2005 para 2006, sendo de assinalar:

- O aumento do valor das imobilizações, devido essencialmente à avaliação das obras de arte, que tem como contrapartida a Reserva de Reavaliação, no valor de € 68.602,50;
- O aumento do valor das existências, devido à integração na contabilização central dos bens para venda existentes nas Delegações;
- A redução dos prejuízos em cerca de € 30.000,00.

O *cash flow* de 2006 foi positivo em € 37.058,19, superior ao verificado no ano transacto, fundamentalmente devido à melhoria dos resultados líquidos do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos, e face à situação descrita no presente Relatório, submete a Direcção à decisão da Assembleia Geral, a seguinte proposta:

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2006, no montante de € -26.299,87, transite integralmente para a Conta de «Resultados Transitados».

Juntam-se, em anexo, os mapas do Balanço, Demonstração de Resultados (por natureza), Balanço das Origens e Aplicações de Fundos e Mapa de Amortizações.

I. CONCLUSÕES

Mais um ano na vida da A25A, mais uma Direcção que termina o seu mandato...

Os sentimentos anteriores - misto de satisfação pelos resultados obtidos e de insatisfação pelo muito que se poderia fazer - continuam, caldeados e forte-

mente influenciados pelas adversidades enfrentadas, pela vida que nos rodeia, onde os ideais de Abril são cada vez mais postos em causa.

Não é fácil militar em associações cívicas e culturais, como é a nossa A25A, principalmente quando à ausência de quaisquer contrapartidas no campo material e ao acréscimo de despesas pessoais que essa actividade comporta, apenas se contrapõe o sentido do "dever cumprido".

No entanto, foi a procura e a luta por ideais que nos lançou para a aventura do 25 de Abril, que, por sua vez, nos impôs responsabilidades, perante nós e os outros.

Por isso, por muito que tenhamos vontade de desistir, por muito que nos atepaça bater com a porta, Abril e os seus ideais impõem-nos mais militância.

Não podemos, não queremos desistir.

Temos recebido da parte de muitos associados, nomeadamente na nossa Delegação do Alentejo, informações sobre a enorme frustração que a actual situação económica e social causa a muitos dos nossos. São várias as declarações que nos chegam, sobre a necessidade de lutar pelos ideais de Abril, justiça social, liberdade, paz, solidariedade, democracia.

Continuamos convictos e, por isso, temos vontade, a defender o papel da A25A na luta por esses valores e esses ideais, pelo que não desistimos. É com alguma satisfação e, porque não, algum orgulho, que pensamos ter dado alguns passos nesse sentido e ter contribuído para um melhor esclarecimento, nomeadamente dos mais jovens, para a necessidade que houve, diríamos para a imperiosidade que houve, em avançar para a ruptura que nos levou ao 25 de Abril de 1974.

Consideramos que, mais do que narrar os episódios dessa acção, que devem estar permanentemente presentes, eles e os seus autores, há que demonstrar a situação ignóbil que a ditadura impunha aos Portugueses e que justificou completamente a acção dos militares de Abril.

Há que evitar a criação de situações semelhantes, para que novas rupturas não sejam necessárias.

Tem sido essa a nossa intenção, que iremos aprofundar através das várias iniciativas que promovemos.

Confiamos em que os novos corpos sociais, nomeadamente a nova Direcção (pouco nova, diga-se em abono da verdade), continuarão esta acção.

Em prol da Associação 25 de Abril e em prol de Portugal.

Confiamos na nossa capacidade colectiva.

Assim o queiram os nossos associados.

Lisboa, 14 de Abril de 2007

A Direcção ■

BALANÇO EM 2006.12.31

DESCRIÇÃO	2006		2005		DESCRIÇÃO	2006	2005
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO		VALOR	VALOR
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					FUNDO SOCIAL		
- Edifícios e Outras Construções					- JÓIAS	18.011,21	17.876,21
- Nova sede	1.963.286,15	234.339,58	1.728.946,57	1.768.212,07	- Reservas		
- Equipamento básico	6.261,15	2.285,54	4.075,61	4.711,73	- Fundo pré-sede	1.656.053,59	1.656.053,59
- Equipamento administrativo	151.685,32	92.577,17	68.488,15	73.223,69	- Reserva de reavaliação	68.602,50	435.544,80
- Outras Imobilizações Corpóreas	156.630,02	62.820,47	93.809,55	27.886,14	RESULTADOS TRANSITADOS		
					- De exercícios anteriores	378.968,40	
					RESULTADOS DO EXERCÍCIO		
					- Resultado líquido do exercício	-26.299,87	-56.576,40
Subtotal	2.277.342,64	392.022,70	1.885.319,88	1.874.034,12	TOTAL DO FUNDO SOCIAL	2.095.335,83	2.052.994,20
EXISTÊNCIAS					PASSIVO		
- Alíquotas para venda	85.281,42	44.876,30	40.385,12	22.104,05	- Estado e outros entes públicos	626,84	743,04
Subtotal	85.281,42	44.876,30	40.385,12	22.104,05	- Fornecedores	3.685,24	1.789,24
					- Sócios e apurantes	6.331,31	
CRÉDITOS A CURTO PRAZO					- Outros credores	37.663,21	37.332,71
- Sócios e apurantes					SUBTOTAL	48.606,40	39.834,99
- Dívidas de quotas	17.903,90	0,00	17.903,90	25.769,70	OPORTUNIDADES		
- Dívidas de quotas de cobrança duvidosa	574.435,95	574.435,95	0,00	0,00	- Acréscimos de custos	1.174,84	1.048,78
- Devedores diversos	39.962,26	14.000,00	25.962,26	31.982,75	- Provelhos diferidos		
Subtotal	632.302,13	588.435,95	43.866,18	57.731,52	SUBTOTAL	1.174,84	1.048,78
DISPONIBILIDADES					TOTAL DO PASSIVO	49.781,24	40.883,77
- Aplicações de tesouraria	12.035,98	12.035,98	12.035,98	12.280,46			
- Depósitos a prazo	147.000,00	147.000,00	147.000,00	112.200,00			
- Depósitos à ordem	6.006,32	6.006,32	6.006,32	14.876,13			
- Caixa	10.126,17	10.126,17	10.126,17	508,79			
Subtotal	175.168,44		175.168,44	139.865,32			
OPORTUNIDADES							
- Custos diferidos	377,45		377,45	46,56			
Subtotal	377,45		377,45	46,56			
TOTAL DO ACTIVO	3.170.452,08	1.025.335,01	2.145.117,07	2.083.781,37	TOTAL DO FUNDO SOCIAL E PASSIVO	2.145.117,07	2.093.781,97

BALANÇO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

EXERCÍCIO DE 2006

ORIGENS		2006	2005	APLICAÇÕES		2006	2005
- DIMINUIÇÕES DO ACTIVO				- AUMENTOS DO ACTIVO			
Disponibilidades				Imobilizações	74.643,82	5.370,96	
Existências				Existências	18.281,07	4.886,10	
Créditos a curto prazo	17.376,24			Créditos a curto Prazo		3.152,76	
- AUMENTOS DO PASSIVO				Disponibilidades	35.303,12	33.584,57	
Débitos a curto prazo	5.056,08		27.209,81	- DIMINUIÇÕES DO PASSIVO			
- AUMENTOS SITUAÇÃO LÍQUIDA				Débitos a curto prazo			
Jóias	135,00		145,00	- DIMINUIÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Reserva de reavaliação	68.602,50			Resultados do exercício (prejuízos)	26.299,87	56.576,40	
- AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	63.358,06		62.218,00				
- PROVISÕES DO EXERCÍCIO			14.000,00				
	154.527,88		103.572,81		154.527,88		103.572,81

CASH FLOW

EXERCÍCIO DE 2005

RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO		-26.299,87	-56.576,40
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		63.358,06	62.218,00
PROVISÕES DO EXERCÍCIO			14.000,00
CASH FLOW		37.058,19	19.641,60

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
EXERCÍCIO DE 2006						
DESCRIÇÃO	CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
	2006	2005		DESCRIÇÃO	2006	2005
- CUSTO DOS BENS VENDIDOS	5.302,33	10.246,12		- VENDAS		
- FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	118.488,30	87.111,20		Vendas de Bens	6.984,56	12.075,20
- IMPOSTOS		0,00		Prestações de serviços	6.984,56	12.075,20
- CUSTOS COM O PESSOAL				- PROVEITOS ASSOCIATIVOS		
Remunerações	26.813,32	26.394,05		Quotizações de sócios (ind. e colectivos)	116.366,90	112.024,00
Segurança Social	5.237,21	5.143,15		Quotizações de apóspantes	14.224,97	14.624,68
Subsídio Alimentação	4.189,05	4.047,40		Contribuições de associados	130.811,87	128.646,88
Seguro de acidentes de trabalho	354,17	35.591,19		- PROVEITOS SUPLEMENTARES		
- OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	1.676,09	1.542,56		Rendos e alugueres	14.850,00	19.620,00
- AMORTIZAÇÕES				Outros proveitos suplementares	14.850,00	19.620,00
De imobilizações corpóreas	63.356,00	62.218,00		- COMPART. E SUBS. ÀS ACTIVIDADES		
- PROVISÕES DO EXERCÍCIO				Do Estado e outras Entidades Oficiais	31.913,90	20.073,97
Para cobranças duvidosas	68.243,94	63.676,77		De outras Entidades	18.494,40	7.544,37
- CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	337,31	213,44		- OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS		
- CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS					22,50	
Correcções a exercícos anteriores	623,10	6.956,63		- PROVEITOS FINANCIEROS		
Outros custos e perdas extraordinários	83.491,98	7.947,15		Juros de depósitos bancários	2.904,05	432,69
		14.943,78		Outros proveitos financeiros	50,20	1.430,21
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-26.269,87	-66.576,45		- PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		
TOTAL	360.947,24	239.869,89		Correcções a exercícos anteriores	21.113,24	611,07
REALÍMIO				Outros prov. e ganhos extraordinários	138.801,47	60.322,36
Resultados operacionais	-40.716,88	-94.123,08				
Resultados financeiros	2.617,34	1.646,99				
Resultados correntes	-48.089,49	-62.476,09				
Resultados extraordinários	61.799,62	38.899,67				
Resultados líquidos	-26.269,87	-66.576,45				
				TOTAL	360.947,24	239.869,89

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2006				
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES DO ANTECEDENTE	AMORTIZAÇÕES DO ANO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
Imobilizações Corpóreas					
Edifício - nova sede	1.963.286,15	195.073,58	39.266,00	234.339,58	1.728.946,57
Equipamento básico	6.361,15	1.649,42	636,12	2.285,54	4.075,61
Equipamento administrativo	151.065,32	77.470,64	15.106,53	92.577,17	58.488,15
Património associativo	3.356,70			0,00	3.356,70
Obras de arte	69.571,13			0,00	69.571,13
Biblioteca	140,90			0,00	140,90
Centro de documentação	67,21	67,21		67,21	
Outras imobilizações corpóreas não especificadas	83.494,08	54.403,85	8.349,41	62.753,26	20.740,82
TOTAL	2.277.342,64	328.664,70	63.358,06	392.022,76	1.885.319,88

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR ACTIVIDADES

EXERCÍCIO DE 2006

QUOTIZAÇÕES	2006		2005	
Quotizações vencidas	130.611,87		126.648,68	
Provisão p/ quotas de cobrança duvidosa	-69.243,94	61.367,93	-69.676,77	56.971,91
CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO				
Da sede	-60.479,16		-62.232,39	
Das Delegações (suportados pela sede)	-7.756,22	-68.235,38	-9.377,32	-71.609,71
Margem		-8.867,45		-14.637,80
REFERENCIAL				
Margem (c/ Referencial)		-17.994,93		-21.870,54
		-24.862,38		-36.508,34
FÓRUM		-3.335,76		427,60
LOJA		1.160,38		1.726,31
SALA DE JOGOS		1.516,85		866,06
RESTAURANTE E BAR		3.561,75		11.226,87
COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL		16.182,18		2.024,14
CONGRESSO DA DEMOCRACIA		-158,00		-1.545,00
OUTRAS ACTIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS		1.668,45		1.199,40
POS_Conhecimento		-92,24		2.677,97
Site Guerra Colonial		-23.000,00		
RESULTADOS OPERACIONAIS (S/ AMORT. E PROV.)		-27.358,77		-17.905,00
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		-63.358,06		-62.218,00
PROVISÕES PARA DEVEDORES DIVERSOS				-14.000,00
RESULTADOS OPERACIONAIS		-90.716,83		-84.123,00
RESULTADOS FINANCEIROS		2.617,34		1.646,93
RESULTADOS CORRENTES		-88.099,49		-82.476,07
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		61.799,62		35.899,67
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-26.299,87		-46.576,40

Parecer do Conselho Fiscal Relativo à gestão realizada no Exercício de 2006

1 - No acompanhamento da actividade da A25A, entendemos salientar os seguintes aspectos:

- Intensa actividade cultural e associativa realizada na Sede-Fórum 25 de Abril;
- Renovação do site da Associação, cujos resultados efectivos em 2006 são da maior importância, tendo em consideração o número de visitantes superior a 120.000;
- Recuperação do pagamento de quotas atrasadas com o lançamento do Sistema de Débitos Directos e controlo da situação individual de cada um dos associados, os bons resultados desta actuação começaram a sentir-se em 2006;
- Cursos para os professores de História sobre a nossa História recente, dados por sócios da A25A.

2 - Analisados e apreciados o Relatório e Contas é nosso parecer que:

- O sistema contabilístico instalado permite uma

apreciação rigorosa e pormenorizada das contas, sendo de assinalar o profissionalismo como são elaborados e apresentados os vários documentos contabilísticos;

- As peças contabilísticas apresentadas reflectem a situação económico-financeira da Associação e resultam da rigorosa aplicação dos princípios contabilísticos;

- As despesas apresentadas têm suporte documental adequado e julgam-se coerentes com o prosseguimento dos fins da A25A;

- Este ano, pela primeira vez, já foram incluídos nos activos a valorização do património constituído por obras de arte da A25A;

- Foram as actividades levadas a cabo pela A25A e a realização do jantar da A25A que permitem, em parte, minorar o deficit, devido ao facto das receitas de quotizações serem inferiores aos custos de funcionamento.

3 - A introdução do novo sistema de quotização (pagamento) e gestão dos associados, a renovação do site, o site sobre a Guerra Colonial, o curso de História aos professores de História, a concretização do inventário da Associação com a valorização das obras de arte, representam um salto qualitativo na vida e organização da A25A.

4 - Mereceu assim aprovação o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2005, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados.

5 - O Conselho Fiscal tendo em consideração o trabalho realizado pela equipa constituída e liderada pela Direcção em prol da Associação, manifesta o seu público apreço e propõe um voto de louvor à Direcção.

Lisboa, 14 de Abril de 2007
O Conselho Fiscal

Guimarães canta Zeca Afonso

VALORIZAR A VIDA e obra do cidadão civicamente empenhado, revolucionário, cantautor dos sentimentos profundos de liberdade, solidariedade e luta do Povo, numa perspectiva de vida e sonho e nunca numa perspectiva saudosista, levou o CAR (Centro de Arte e Recreio de Guimarães) a tomar a iniciativa de tributar ao criador da canção "Grândola Vila Morena" senha iniciadora da mudança libertadora do 25 de Abril, uma homenagem no 20º Aniversário do seu levantar voo, levando em si, os caminhos do sonho e da utopia.

Sob o lema "Guimarães Canta Zeca Afonso" a comissão organizadora, constituída pelo CAR, AJA, A25A e Oficina, com o apoio da Câmara Municipal e de entidades privadas e associações culturais e recreativas, que se mobilizaram e estudaram a vida e obra de Zeca Afonso, levou a efeito nos dias 23 e 24 de Fevereiro de 2007, no Centro Cultural de Vila Flor, um vasto e diversificado programa de música, teatro, poesia, exposição, debate e cinema.

O Cineclube de Guimarães levou a efeito a exibição do filme de António Cunha Telles

"Continuar a viver (Os Índios da Meia Praia)" com música de José Afonso.

A AJA (Associação José Afonso) em cooperação com o Mundo da Canção promoveu a montagem e exibição de exposição sob o lema "O Que Faz Falta" com materiais inéditos de discografia, espectáculo e vida de José Afonso.

Em 23 de Fevereiro, teve lugar o concerto constituído por uma participação teatral "Menino D'Oiro/vida de José Afonso", peça inédita, fruto de pesquisa dos grupos de teatro participantes, e dramaturgia e encenação de Gil Filipe e representação dos grupos de teatro amador de Guimarães TERB/GT, Host d'Nuno/GT, Coelima/GT, CAMPELOS/GT, Citânia Associação Juvenil e com participação musical de Zeca Fusão, AJAForça, Manuel Abreu, Carlos Cunha, Academia Musical Valentim Moreira de Sá, Luís Almeida, Amigos de Guimarães, Tun'Obebes (U.M.), Grupo Nicolino.

Em 24 de Fevereiro a Banda Militar do Porto, sob a direcção do maestro capitão Lemos Botelho, associou-se à homenagem, levando a efeito um brilhante concerto com programa constituído por: "Uma vida no mar/Marcha do MFA"; "Overture to a new age"; "Fantasma da Ópera"; "Coro da Primavera"; "Pássaros do Brasil"; rapsódia de temas musicais de canções de Zeca Afonso com arranjo musical para instrumentos de orquestra de Amílcar Moraes.

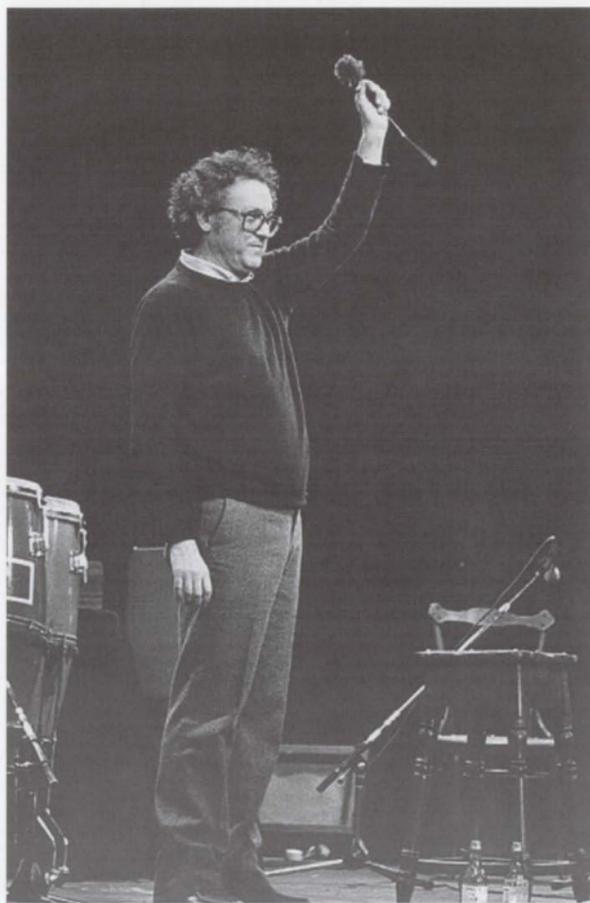
O concerto, muito apreciado e aplaudido, mereceu os maiores elogios pela elevada craveira técnica e musicalidade apresentada, muito prestigiando o Exército e as Forças Armadas.

A tarde cultural foi concluída com a apresentação da peça "O Inocorrível" do encenador Helder Costa e levada a cena com Gil Filipe, e de debate da obra de Zeca Afonso", com intervenções de Alípio de Freitas, Mário Barradas, José Mário Branco, Helder Costa e José António Gomes.

À noite, um concerto "Maio Maduro Maio" com José Mário Branco, Amélia Muge e João Afonso, concluiu o espectáculo iniciado com o Grupo Galego ARDENTIA e poesia dita por Manuela de Freitas.

Durante todo o mês de Fevereiro, e no âmbito da Homenagem, a empresa de panificação Pavico, desenvolveu acção cultural denominada "Pão com Sonho", distribuindo cerca de 50.000 exemplares de sacos d pão com biografia e poemas de Zeca Afonso.

A homenagem teve ainda momentos de exaltação das suas qualidades cívicas e de luta, salientadas em intervenção dos representantes do CAR, AJA, A25A e finalizada pelo presidente da Câmara Municipal, que salientou o gosto da cidade em celebrar o Homem Maior que o Pensamento, que nos tempos duros da ditadura, cimentou os sonhos de Liberdade e Justiça Social do Povo. ■





A Natureza

Saltitando de ramo em ramo
Andam os passarinhos a voar
É tão bonito o seu canto
É belo o seu trinar

Encantam bosques e campos
Várzeas, quintas e pinhais
Dão alegria à vida
Estes pequenos animais

Dá gosto ouvir seus gorjeios
Dentro da sua pureza
Vamos dizer não
À destruição da natureza

Existem no mundo inteiro
Muitas espécies de animais
Todos têm direito à existência
São os direitos naturais

Em nome da evolução
Vai-se destruindo a natureza
Nada mais lhes interessa
Que a sua própria e vil riqueza

Ar, Terra e Água
São um bem a preservar
Não vêem que a sua destruição
É a nossa morte a chegar

A natureza é no mundo
A Nossa Grande Riqueza
Tudo deve ser feito por ela
É a Nossa Maior Beleza

Artur Custódio da Silva

Ofertas feitas à A25A

LIVROS: «Almada do meu Olhar», de Albino Moura, Alexandre Castanheira, Rosa Reis, oferta dos autores; «Grito inútil tempo inconcebível» de Francisco Alves da Costa, oferta do autor; «Desafectos ao Estado Novo - Episódios da Resistências ao fascismo em Fafe» de Artur Ferreira Coimbra, oferta da CM Fafe; «Uma casa de memórias» de Victor Wladimiro Ferreira, oferta da Sociedade Portuguesa de Autores; «A Vida nos Versos - pedaços da minha vida» de Piedade Salvador, oferta do autor; «Espírito Santo em Festa» de Aurélia Fernandes e Manuel Fernandes, oferta dos autores; «Saúde Pública, farmacêuticos e medicamentos» de José Aranda da Silva, oferta do autor; «O saudoso tempo do Fascismo» e «4 comédias em 1 acto» de Hélder Costa, oferta do autor; «25 de Abril - 30 anos, poesia, fotografia,

pintura, antes e depois» oferta de Teresa Palma Fernandes; «Vozes da Democracia, história da comunicação na redemocratização do Brasil» oferta do associado Sérgio Gomes; «António José de Almeida e a República» de Luís Reis Torgal» e «Ó da Barca!... memórias da barca serrana do Mondego», oferta da Câmara Municipal de Penacova; «Do Fascismo» de Pascoal Ory, oferta do editor (Inquérito História); «Origens e evolução do Movimento dos Capitães» de Dinis de Almeida, oferta do associado Jaime André; «Memória Monográfica de Portimão» de Pe. José Gonçalves Vieira, oferta da CM de Portimão; «100 anos - Monografia Histórica da Casa de Três-os-Montes e Alto Douro» de Armando Jorge Silva, oferta do autor; «Viagem Sobre Carris Sinuosos», de Rosa Lapinha, oferta da autora.

DIVERSOS: serigrafia e boletins oferta da Junta de Freguesia de Almancil; medalha oferta da Câmara Municipal de Penacova; CD's de Música Portuguesa «Erva de Cheiro», oferta de Victor Sarmento; pintura sobre azulejo de Francisco Trigo, oferta do autor; medalha oferta da Câmara Municipal de Portimão; prato pintado à mão oferta da Assembleia Municipal de Loures; trabalhos efectuados pelos alunos do 9.º ano da Escola Básica 2.º 3.º ciclos de Fernão Pó - Bombarral no 33.º aniversário do 25 de Abril; medalha oferta da Junta de Freguesia de Matosinhos; CD realizado pelos alunos do 9.º ano da EB 2, 3 Marquesa de Alorna Lisboa, no 33º Aniversário do 25 de Abril; CD oferta da Comissão Organizadora da Homenagem a Adriano Correia de Oliveira. ■



Associados falecidos

REGISTAMOS O FALECIMENTO dos seguintes associados: José Miguel Fonseca Prazão (sócio efectivo n.º 3292); Carlos Alberto Cordeiro Coelho (sócio efectivo n.º 3023); José Guerreiro (apoiente n.º 1656); Armando da Fonseca

Pereira (sócio efectivo n.º 2042); Alfredo Ferreira de Barros (sócio fundador n.º 389); Joaquim Henrique dos Santos (sócio fundador n.º 1519); José Eduardo Martins Ormonde (sócio efectivo n.º 2515); Duclia da Conceição

Gaspar (apoiente n.º 1991); Eduardo Silva Flores (sócio efectivo n.º 1888); Rui Carlos Freire Montez (sócio fundador n.º 1015).

As famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências. ■

Convites feitos à A25A

Junta de Freguesia de Ferragudo – Homenagem a Hermínio da Palma Inácio, 1-05-2007. Reitoria da Universidade de Lisboa/Centro Documentação Europeia – Inauguração da exposição «Portugal e Espanha: Vinte Anos de Integração na Europa», 07-05-2007. Câmara Municipal de Odivelas – Inauguração da exposição «Diversidade Cultural – Encontros», 21-05-2007. Associação dos Deficientes das Forças Armadas – Sessão Solene Comemorativa do 33.º aniversário, 14-05-2007; tomada de posse dos seus Órgãos Nacionais e Regionais, 04-01-2007; Seminário «Stress Pós-Traumático de Guerra», 27-06-2007. Editorial Caminho, lançamento do livro «Manual para amantes desesperados» de Paula Tavares, 14-03-2007; Sessão de lançamento de «Tempo das Giestas» de José Casanova, 19-05-2007; lançamento de «Experiências Descritivas» 30-03-2007; lançamento do livro «Jornalistas do ofício à profissão» de Fernando Correia e Carla Baptista 06-06-2007; lançamento de «Os da minha rua», de Ondjaki 18-04-2007. Galeria 9arte – Inauguração da exposição «5 Desenhos» de Francisco Laranjo, 19-04-2007; exposição de pintura «Sixties» de Gracinda Candeias, 17-05-2007; inauguração da exposição de pintura «Pintas & pinturas» de Teresa Bravo 08-03-2007. Teatro Municipal de Almada – Inauguração da exposição de fotografia de André Gomes, 05-05-2007; inauguração da exposição de Vera Castro, 2-06-2007; estreia

de «Pedra, papel e tesoura» de Daniel Keene, 18-04-2007; estreia de «Quarto Minguante» de Rodrigo Francisco, 14-03-2007; estreia do espectáculo «A Gaivota» de Anton Tchecov, 10-05-2007. Galeria Casa do Pelourinho – Inauguração de exposição de pintura de Maria Pena Monteiro, 31-03-2007; inauguração da exposição de pintura de Laurence Forbin «Cargueiros», 01-03-2007. Galeria de Arte do Casino Estoril – inauguração da exposição de Paulo Ossião, 04-04-2007. Escultor José Aurélio e o Conselho de Administração do Armazém das Artes – Inauguração do espaço, 24-03-2007. Mestre Silva e as suas Marionetas, espectáculo «O Tesouro» de Manuel António Pina, 25-04-2007. Reitor da Universidade de Lisboa, Apresentação do FATAL 2007 à imprensa e aos Patrocinadores, 10-07-2007. Guarda Nacional Republicana, inauguração da exposição «O Carmo e o GNR e o 25 de Abril» 24-04-2007. Liga dos Combatentes, Dia do Combatente – 89.º Aniversário da Batalha de La Lys; Romagem ao túmulo do Soldado Desconhecido, 14-04-2007. Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Queluz – almoço e comemorações dos 33 anos do 25 de Abril, 25-04-2007. Editora Campo de Letras e Livraria Bulhosa, sessão de lançamento do livro «Etna no vendaval da Perestroika» de Miguel Urbano Rodrigues e Ana Catarina Almeida, 01-06-1007. Presidente da Câmara Municipal de Almada e o director do Festival

de Almada assistir aos actos de apresentação do Festival de Almada 2007 e inauguração da exposição de Costa Pinheiro – 22-06-2007. CTB – Companhia de Teatro de Braga, apresentação da antestreia do espectáculo «Páreme de repente» de Vergílio Alberto Vieira, 25-04-2007. A reitoria e a Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, cerimónia comemorativa do «Dia da Universidade», 31-03-2007. Direcção da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal e a administração do Estoril Sol, cerimónia de entrega do Prémio Personalidade do Ano, 20-03-2007. Câmara Municipal das Caldas da Rainha, cerimónias do 16 de Março de 1974, 17-03-2007. Conselho da Cidade Associação para a Cidadania, Sessão Comemorativa do 16 de Março de 1974, 16-03-2007. A Quidnovi, lançamento do romance «Hotel Memória» de João Tordo, 14-03-2007. Temas e Debates e o Círculo de Leitores, lançamento do livro «Que a vida me ensinou» de Valdemar Cruz, 14-03-2007. Associação de Praças da Armada, jantar comemorativo do 7.º Aniversário, 7-03-2007. Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, 8.º Aniversário, 18-03-2007. Edições Afrontamento, sessão de apresentação do livro de Teresa Cunha «Vozes das Mulheres de Timor-Leste» 28-02-2007. Câmara Municipal de Odivelas, inauguração do Centro de Exposições de Odivelas, 25-04-2007. São Luiz Teatro Municipal e Teatro da Cornucópia, estreia da

peça «A Tragédia de Júlio César» de William Skakespeare, 21-03-2007. Administração da Escola Profissional do Vale do Tejo – «Festas de Abril» 23-04-2007. Reitor da Universidade de Lisboa e o Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, «Cerimónia de Atribuição do Prémio Universidade de Lisboa 2006», 09-05-2007. Direcção artística do Teatro Nacional D. Maria II e ao Teatro das Beiras, assistir à estreia «Férias Grandes com Salazar» 24-04-2007. Bloco de Esquerda, V Convenção Nacional, 23-06-2007. Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos DINAMIA/ISCTE, conferência sobre o tema «Desenvolvimento Sustentável, o relatório Brundtland 20 anos depois» 13-02-2007. Associação Nacional de Sargentos, cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Sociais, 10-03-2007. Instituto Português da Juventude, lançamento do livro «Sete mulheres de Timor – Feto Timor Nain Hitu» de Teresa Amal, 06-03-2007. Victor Sarmento, lançamento do CD dos Erva de Cheiro de Homenagem a Zeca Afonso, 10-03-2007. Conselho de Administração da Odivelcultor, estreia do espectáculo «O Barão», 22-06-2007; inauguração da exposição de Victor Belém «...esta é a ditosa pátria minha amada...», 13-06-2007; espectáculo de teatro dança «Desassossego», 16-06-2007. Galeria de arte do Casino Estoril, exposição de pintura de Helena Liz, 16-06-2007. Câmara Municipal de Almada V Gala Gírmica «Noite de Portugal», 16-06-2007. ■

Troféu de Bridge da A25A

TERMINOU o Troféu de Bridge da A25A de 2006/2007, onde participaram cerca de noventa praticantes desta modalidade desportiva.

Este ano os vencedores foram Luís Galvão/Vasco Lourenço, ficando em segundo lugar o par constituído por Joaquim Fonseca Rocha/José Lopes.

O Prémio A25A (não acumulável e disputado pelos seus próprios associados) foi conquistado pelo par António Cardoso/José Maria Belo, terceiro classificado da Geral.

Fazemos votos para que os bridgistas tenham umas boas férias e venham cheios de força para disputar o Troféu 2007/2008, cujo calendário será oportunamente revelado.



Vamos aprender Bridge! (74)

LUÍS GALVÃO

MESMO tendo presente o objectivo proposto quando iniciámos a abordagem do tema SQUEEZES e que era fazê-lo de forma ligeira e despretensiosa, não podemos encerrar o capítulo dedicado ao SQUEEZE SIMPLES sem antes apresentar um artigo sobre GOLPE DE VIENA.

Esta manobra de carteo tem tanto de emblemática como de badalada entre os praticantes, mesmo por aqueles que apenas dela conhecem o nome e pouco ou nada sabem sobre a técnica de que se ocorre.

Porque é uma manobra acessível, vistosa e eficaz merece ser apresentada com algum pormenor e justifica constituir o tema deste artigo.

1 – O CARTEIO

1.4 – O SQUEEZE

1.4.1 – O SQUEEZE SIMPLES

1.4.1.6. O GOLPE DE VIENA

Ao longo dos artigos sobre o SQUEEZE alertámos os leitores para a importância das AMEAÇAS e sua imprescindibilidade para a montagem e execução do golpe, tendo também referido que as mesmas podiam apresentar-se de várias formas como SIMPLES ou ISOLADAS e COMUNICANTES ao serem constituídas por uma única ou por várias cartas.

Não causará qualquer dúvida de que a composição de cartas

A
X
-
D
x

constitui uma combinação muito frequentemente utilizada como AMEAÇA para a execução de SQUEEZES e que o carteador deve preservar até à "estocada" final. Foi o que dissemos e é o que acontece na maioria das situações.

Mas, como em tudo na vida, há excepções que confirmam a regra e que convém conhecer no que ao SQUEEZE se refere. Consideremos a seguinte posição final:

▲-
♥AD
♦Ax
▲-

Mão sem interesse



▲6
♥x
♦Dx
▲-

▲-
♥Rx
♦Rx
▲-

Se o carteador (S) precisar de fazer todas as vasas verifica que tal é uma missão impossível

porque o jogador em E não se encontra ameaçado de ser squeezed por poder, calmamente, baldar-se após o morto o fazer, depois de batido o 6▲ como eventual squeezeante. Se atentarmos com cuidado veremos que uma simples jogada de antecipação altera todo o cenário no que ao resultado final se refere. Consideremos que o carteador bateu, algumas jogadas antes, o A♥ do morto isolando a D♦ da mão e chegando à seguinte posição:

▲AD
♥x
♦x
▲-

Mão sem interesse



▲6
♥x
♦D
▲

▲
♥Rx
♦R
▲

Vejamos agora o que acontece ao ser batido o 6▲, sobre o qual o carteador balda o pequeno e inútil ♦ do morto: O "pobre" do E não tem balda útil e está irremediavelmente apertado, como urso em jaula exigua, pois se baldar o R♥ apura a D♦ de S e se baldar a pequena ♥ (fazendo o R) bastará ao carteador bater A♥ e D♥ para fazer todas as 3 vasas existentes no diagrama.

O sucesso do golpe deveu-se ao facto do carteador ter, previamente, batido o A♥ isolando a D♦ como AMEAÇA na MÃO. Esta forma de jogar substancia a manobra conhecida como GOLPE DE VIENA que, por bater previamente um A, apurando ilusoriamente o respectivo R do ADV, apresenta evidentes sinais de espectacularidade.

Não esqueçamos que o GOLPE DE VIENA, ao isolar a AMEAÇA, cria uma situação de SQUEEZE em que as duas AMEAÇAS (a ISOLADA e a COMUNICANTE) se encontram em mãos diferentes (são pois SEPARADAS) pelo que o diagrama final corresponde a uma posição de SQUEEZE AUTOMÁTICO ou INDEFINITE que permite actuar contra qualquer dos ADVs.

Analisemos agora uma mão que tipifica a utilidade do conhecimento e da aplicação do GOLPE DE VIENA:

▲ARV94
♥A5
♦93
▲ARD6

▲7
♥10876
♦RDV862
▲104



▲D108632
♥D3
♦A4
▲752

▲5
♥RV942
♦1095
▲V983

S marcou o contrato de 6▲ e W saiu, obviamente ao R♦.

O carteador elegeu a sua (S) como mão base e contabilizou as perdes relativamente à sua mão:

1 a ♥
1 a ♦
2 perdes

Feita esta análise primária o carteador concluiu que uma das perdes poderia, eventualmente, desaparecer na carta extra-ganhante a ▲ no caso, e só nesse, dos mesmos estarem divididos 3/3 nas mãos dos ADV, o que sabia corresponder a 33% de hipóteses de sucesso, percentagem muito baixa para a realização do contrato.

Procurando encontrar uma LINHA DE JOGO com maior probabilidade de êxito vislumbrou uma forma de ACUMULAÇÃO DE HIPÓTESES ao considerar um eventual SQUEEZE contra a mão que detivesse 4 ou mais cartas de ♠, desde que o mesmo jogador possuísse também o R♥.

Após ter concluído a sua análise e aprofundado o raciocínio mandou jogar o 3♦ do morto, fazendo, com tal cedência, o imediato AJUSTE que sabemos ser necessário para a execução do SQUEEZE.

Após ceder a primeira vasa o carteador entrou, na 2.ª vasa, com o A♦ e destruiu num único tempo batendo, em seguida, o A♥ do morto. Restava-lhe agora, depois de preparada a armadilha (isolando a D♥ como ameaça), bater 4 cartas de ▲ para chegar à seguinte posição final:

▲-
♥5
♦-
▲ARD6

Mão sem interesse



▲2
♥D
♦-
▲752

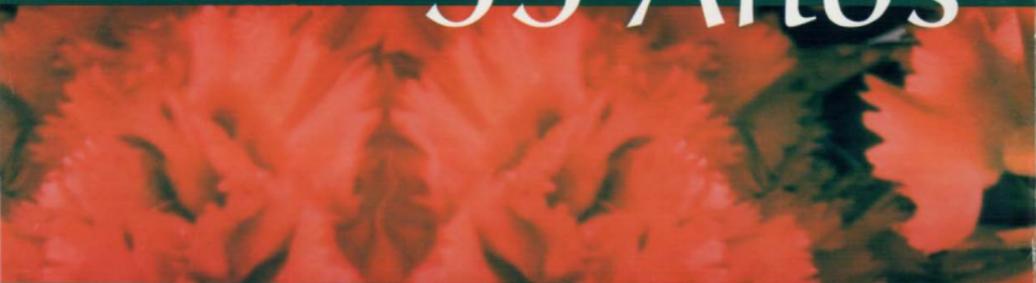
▲-
♥R
♦-
▲V983

É evidente que ao bater o 2▲ o jogador em E se encontra irremediavelmente squeezed entre o quarto ▲ e o R♥ e que o sucesso de S se deveu, unicamente à correcta aplicação do GOLPE DE VIENA ou seja, em termos práticos, ao isolamento da AMEAÇA constituída pela D♥ em S o que foi conseguido por ter, oportuna e previamente, batido o A♥.

Depois de interiorizada a técnica em apreço só espero que a sua aplicação, quando for o caso, vos traga a satisfação que o sucesso da manobra provoca nos carteadores.

Até ao próximo número. ■

33 Anos

A horizontal band of red carnations flowers runs across the middle of the page, separating the top and bottom dark green sections. The flowers are in various stages of bloom, with some showing their characteristic ruffled petals. The lighting is soft, highlighting the texture of the petals.